

Davis Moreira Alvim

# ANO 1 NO BRASIL

como cartografar resistências?

Davis Moreira Alvim

# ANO 1 NO BRASIL

como cartografar resistências?

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2022 o autor.

Copyright da edição © 2022 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

## CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

### Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

*Universidade La Salle, Brasil*

Adriana Flávia Neu

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

*Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil*

Aguimário Pimentel Silva

*Instituto Federal de Alagoas, Brasil*

Alaim Passos Bispo

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Alaim Souza Neto

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Alessandra Knoll

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Alessandra Regina Müller Germani

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Aline Corso

*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Ana Rosângela Colares Lavand

*Universidade Federal do Pará, Brasil*

André Gobbo

*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Andressa Wiebusch

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Andreza Regina Lopes da Silva

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Angela Maria Farah

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Anísio Batista Pereira

*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Antonio Edson Alves da Silva

*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

*Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil*

Arthur Vianna Ferreira

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Bárbara Amaral da Silva

*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Bernadette Beber

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

*Universidade do Vale do Itajaí, Brasil*

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Caio Cesar Portella Santos

*Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil*

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Carlos Adriano Martins

*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Carlos Jordan Lapa Alves

*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Caroline Chioquetta Lorenset

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Cássio Michel dos Santos Camargo  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil*

Christiano Martino Otero Avila  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*

Cláudia Samuel Kessler  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Cristiane Silva Fontes  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Daniela Susana Segre Guertzenstein  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Daniele Cristine Rodrigues  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Dayse Centurion da Silva  
*Universidade Anhanguera, Brasil*

Dayse Sampaio Lopes Borges  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Diego Pizarro  
*Instituto Federal de Brasília, Brasil*

Dorama de Miranda Carvalho  
*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Edson da Silva  
*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*

Elena Maria Mallmann  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Eleonora das Neves Simões  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Eliane Silva Souza  
*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

Elvira Rodrigues de Santana  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Éverly Pegoraro  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Fábio Santos de Andrade  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Fabricia Lopes Pinheiro  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Felipe Henrique Monteiro Oliveira  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Fernando Vieira da Cruz  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Gabriella Eldereti Machado  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Germano Ehlert Pollnow  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*

Geymeesson Brito da Silva  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Handherson Leylton Costa Damasceno  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Hebert Elias Lobo Sosa  
*Universidad de Los Andes, Venezuela*

Helciclever Barros da Silva Sales  
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Hendy Barbosa Santos  
*Faculdade de Artes do Paraná, Brasil*

Humberto Costa  
*Universidade Federal do Paraná, Brasil*

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Inara Antunes Vieira Willerding  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Ivan Farias Barreto  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Jaziel Vasconcelos Dorneles  
*Universidade de Coimbra, Portugal*

Jean Carlos Gonçalves  
*Universidade Federal do Paraná, Brasil*

Jocimara Rodrigues de Sousa  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Joelson Alves Onofre  
*Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil*

Jónata Ferreira de Moura  
*Universidade São Francisco, Brasil*

Jorge Eschriqui Vieira Pinto  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Juliana de Oliveira Vicentini  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Julierme Sebastião Morais Souza  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Junior César Ferreira de Castro  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Katia Bruginski Mulik  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Laionel Vieira da Silva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Leonardo Pinheiro Mozdzenski  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Lucila Romano Tragtenberg  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Lucimara Rett  
*Universidade Metodista de São Paulo, Brasil*

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho  
*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil*

Marcio Bernardino Sirino  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Marcos Pereira dos Santos  
*Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México*

Marcos Uzel Pereira da Silva  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Maria Aparecida da Silva Santandel  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Maria Cristina Giorgi  
*Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Marina Bezerra da Silva  
*Instituto Federal do Piauí, Brasil*

Michele Marcelo Silva Bortolai  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Mônica Tavares Orsini  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Nara Oliveira Salles  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Neli Maria Mengalli  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Patricia Biegging  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Patricia Flavia Mota  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Raul Inácio Busarello  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Roberta Rodrigues Ponciano  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Robson Teles Gomes  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Rodiney Marcelo Braga dos Santos  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Rodrigo Amancio de Assis  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Rodrigo Sarruge Molina  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Rogério Rauber  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Rosane de Fatima Antunes Obregon  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Samuel André Pompeio  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Sebastião Silva Soares  
*Universidade Federal do Tocantins, Brasil*

Silmar José Spinardi Franchi  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Simone Alves de Carvalho  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Simoni Urnau Bonfiglio  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Stela Maris Vaucher Farias  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Tadeu João Ribeiro Baptista  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno  
*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil*

Taiza da Silva Gama  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Tania Micheline Miorando  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tarcísio Vanzin  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Tascieli Feltrin  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tayson Ribeiro Teles  
*Universidade Federal do Acre, Brasil*

Thiago Barbosa Soares  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

Thiago Camargo Iwamoto  
*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

Thiago Medeiros Barros  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Tiago Mendes de Oliveira  
*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil*

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Vania Ribas Ulbricht  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Wellington Furtado Ramos  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Wellton da Silva de Fatima  
*Instituto Federal de Alagoas, Brasil*

Yan Masetto Nicolai  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

## PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

### Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton

*Universidade Luterana do Brasil, Brasil*

Alexandre João Appio

*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Bianka de Abreu Severo

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Carlos Eduardo Damian Leite

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Catarina Prestes de Carvalho

*Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil*

Eliisene Borges Leal

*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Elizabete de Paula Pacheco

*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Elton Simomukay

*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Francisco Geová Goveia Silva Júnior

*Universidade Potiguar, Brasil*

Indiamaris Pereira

*Universidade do Vale do Itajaí, Brasil*

Jacqueline de Castro Rimá

*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Lucimar Romeu Fernandes

*Instituto Politécnico de Bragança, Brasil*

Marcos de Souza Machado

*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Michele de Oliveira Sampaio

*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Samara Castro da Silva

*Universidade de Caxias do Sul, Brasil*

Thais Karina Souza do Nascimento

*Instituto de Ciências das Artes, Brasil*

Viviane Gil da Silva Oliveira

*Universidade Federal do Amazonas, Brasil*

Weyber Rodrigues de Souza

*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

William Roslindo Paranhos

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial Patricia Biegging  
Raul Inácio Busarello

Editora executiva Patricia Biegging

Coordenadora editorial Landressa Rita Schiefelbein

Marketing digital Lucas Andrius de Oliveira

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Naiara Von Groll

Editoração eletrônica Peter Valmorbida  
Potira Manoela de Moraes

Imagens da capa André Alves

Revisão Wilberth Claython Ferreira Salgueiro

Autor Davis Moreira Alvim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A475a

Alvim, Davis Moreira

Ano 1 no Brasil: como cartografar resistências? / Davis Moreira  
Alvim. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-500-2

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95002

1. História do Brasil. 2. Política. 3. Resistência. I. Alvim,  
Davis Moreira. II. Título.

CDD: 981

Índice para catálogo sistemático:

I. História do Brasil

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

ISBN da versão impressa (brochura): 978-65-5939-499-9

**PIMENTA CULTURAL**

São Paulo · SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 2

Ano 1  
no Brasil



*Para Bruno Simmer,  
Miranda, that ghost just isn't holy anymore...*



# SUMÁRIO

**Prefácio:** Junho ainda espera por nós..... 10

**Apresentação:** Ano 1 no Brasil ..... 16

## Capítulo 1

### **Destituições virais e legitimação maquínica:**

de Junho de 2013 a Jair Bolsonaro ..... **22**

Legitimação maquinopolar ..... 26

Destituições virais ..... 33

Interrupção conectiva..... 42

## Capítulo 2

### **Coletivos e ocupações estudantis:**

a fênix, o leão e a criança ..... **49**

Escolas de resistência ..... 52

Shortinhos, espelhos e bocas:  
coletivos estudantis..... 55

Uma fênix pousou na escola ..... 62

## Capítulo 3

**Como cartografar resistências?**..... **70**

O que é um contradispositivo?..... 72

Onde há resistências, há poder:  
o que é resistência? ..... 80

Capítulo 4

**Cartografias do silêncio I:**

resistências e pós-modernidade.....	89
Cartografias da condição pós-moderna: um silêncio .....	91
Resistências e pós-modernidade .....	97
Afirmar é resistir .....	102

Capítulo 5

**Cartografias do silêncio II:**

resistências e educação.....	104
Escolas do poder: não se apaixone pelo grande irmão! .....	107
O desertor e o combatente.....	114
Escolas sem luta: refreadores, defensores e aceleracionistas.....	118
Ano 2091 – por uma cartografia das resistências escolares.....	126
<b>Conclusão .....</b>	<b>133</b>
<b>Posfácio.....</b>	<b>143</b>
<b>Referências .....</b>	<b>150</b>
<b>Sobre o autor .....</b>	<b>161</b>

## PREFÁCIO

### JUNHO AINDA ESPERA POR NÓS

*Ano 1 no Brasil: como cartografar resistências?*, o livro de Davis Moreira Alvim, inventaria a memória para o por vir de um ciclo de lutas heterogêneo e inatual. Mais do que heterogêneo, diferencial; e mais do que inatual, intempestivo.

Escrito sob o signo híbrido, e a meia distância, entre as filosofias de Michel Foucault e de Gilles Deleuze, *Ano 1 no Brasil* é muito mais do que uma reconstrução singular das lutas e suas comunicações transversais no Brasil das duas primeiras décadas do século XXI. É um dispensário de contradispositivos políticos para ultrapassar “esses dias maquinais”, que marcam o giro em falso e a temporalidade esgotada, carente de virtualidades, que se tornou a “roda morta” que ainda atende pelo nome de esquerda institucional.

Por isso, Davis faz questão de apresentar-nos não um *Theatrum Philosophicum* – como Foucault via no Deleuze d'*environ 1967-1968* –, mas um teatro das resistências reais, no fundo do qual se descobre uma usina social de maquinação coletiva do desejo: a presença do *Anti-Édipo*. Um teatro abolido de personagens, em que a mística de 1968, de suas lutas e do pensamento que elas produziram em escala mundial – e que ainda hoje arrepia as peles ao tocá-las –, é apontada contra o 1984 de uma sociedade que se torna a cada dia mais orwelliana em suas servidões maquinicas, em suas extorsões automáticas de consentimento social e carece comportamental.

O ano 1 dessas cartografias não é um ano, mas duas décadas. Ele designa a unidade virtual sintética – isto é, sempre e já aberta, e sem totalização possível – das pulsações e das contracondutas que soubemos inventar como sociedade nos últimos 20 anos. O ano 1 é uma espécie de ano “n-1”, de “ano x” ou e “ano 0”. O avesso do numerável. A antimatéria que embaralha o sentido único e cronológico do fluxo do tempo social; que emancipa o tempo social de uma cronologia histórica fechada nos imperativos de poder que comandam seus enunciados, sempre entupidos pela esfera formal do político.

No tempo infinitamente contraído, nanocronológico, que o desenvolvimento exponencial das técnicas informacionais e comunicacionais suscitam, Davis vai abrindo seus mapas, que exigem uma aceleração ainda mais veloz, historicamente mais impossível e sacana. *Contra o Um*, precisamos de uma síntese tão veloz que mal a vemos, e ela já sofrera o desaparecimento forçado: obra do consórcio amigável e espúrio entre o que as direitas e as esquerdas partilham de pior: o poder (este falso personagem da política), o mercado e os fisiologismos eleitoriais antidemocráticos, imbricados ao infinito.

Seria necessário, é claro, perguntar como ainda nos seria lícito usar um léxico aparentemente tão desgastado nos quadros da própria institucionalidade política? Especialmente, quando a palavra “resistências” parece evocar séries infinitas de comportamentos reativos, recursivos, performaticamente lacunares e autolaudatórios de uma esquerda que parece temer tudo, menos dizer seu nome, já desprovido de qualquer significado substantivo.

Ex-querdas que só sabem conjugar as ações no futuro do pretérito, tendo-se por sujeitos e mantendo as resistências como objetos, predicados, complementos, e que, talvez por isso mesmo, tardem quase uma década em reconhecer o advento de sua extinção, claramente consolidada na sociedade brasileira, e descrita nos trabalhos de muitos dos intelectuais que comparecem neste livro, sob a pena de Davis Alvim.

As resistências aqui são outra coisa. É que o elo entre o Foucault e o Deleuze de Davis Alvim são o Nietzsche da Segunda Consideração Intempestiva, e o Nietzsche da Genealogia da Moral. São eles que permitem “remexer as cinzas” de Junho de 2013 atrás de uma brasa incendiária que possa outra vez pôr fogo a tudo.

Na constelação de possíveis que este livro torna outra vez navegáveis, a História – longe de comparecer como a narrativa do poder, ou a ave de Minerva hegeliana (que só levanta voo ao entardecer, quando o *télos* do Espírito Absoluto já se cumpriu) – é posta a serviço da vida. E as resistências vêm definidas como ação e como atividade livre, criadora, constituinte.

Elas são a brasa que devemos reencontrar e comunicar umas às outras sob as cinzas do bolsonarismo, da máquina polarizadora de que participam as esquerdas institucionalizadas, do bloqueio subjetivo e afetivo a que as guerras culturais nos destinam, e nas quais nos engajamos servil e voluntariamente.

Se Nietzsche é o antídoto para a História, promovendo um outro uso dessa memória, agora feita fardo que favorece devires (camelo-leão-criança) e reconversões subjetivas possíveis, o jovem iconoclasta Étienne de la Boétie surge como um vetor que nos arranca das subjetivações polarizadas, maquinadas, e de seu funcionamento como dispositivo algorítmico-social de contrainsurgência.

Por isso, cartografar se torna algo muito diferente de um procedimento representativo de um espaço definido – como no conto de Borges, em que um rei demanda um mapa tão perfeito de seu reino, em escala 1 : 1, que a representação, inteiramente inútil, termina por cobrir a integralidade de seu território.

Cartografar é outra coisa: é reconhecer terrenos, captar seus antagonismos, mas avaliá-los pelas linhas de fuga e pelos territórios exis-

tenciais que eles podem fazer surgir. Assim, cartografar é muito menos uma atividade representativa que criativa; menos extensiva do que intensiva; menos geográfica que kairológica; e menos objetiva que subjetiva.

Um território é uma ecologia de relações atuais e de devires virtuais, de subjetivações em processo. Todo um *ethos* e toda uma etologia percorridos por vírus que, ao destituir uma trama biopolítica, a reconfiguram porque são “forças afirmativas, dinâmicas, plásticas, confusas e fugidias do sistema”, como diz Davis em seu ensaio sobre as destituições virais e as legitimações maquinais.

A escola tem, aqui, um papel central, especialmente porque, na leitura de Davis, ela está muito longe de ser um laboratório de disciplinas ou uma etapa do experimento a céu aberto, característico das sociedades de controle, que teria por alvo a formação biopolítica do capital humano criador de valor econômico. Como em tudo neste livro, Foucault é levado a sério: *as resistências são primeiras, e o poder é o elemento reativo*. Falso personagem, falso ator. Reagente disfarçado de agente para o qual o pensamento das resistências torna-se o desejável antídoto.

Então, mesmo em meio a numerosos dispositivos de poder e contrainsurgência, estratégias disciplinares e de subjetivação, uma escola deveria ser analisada muito mais do que como uma instituição; deveria ser analisada como um território e como uma ecologia de relações em que os poderes (e as resistências que os antecedem) circulam. Por isso, já não se trata de saber “o que é uma escola?”, como ela pode ser descrita como um dos aparelhos ideológicos de poder e dominação, em uma versão althusseriana, mas “o que pode uma escola?”.

O fato é que, do ponto de vista específico das resistências que a constituem, “Não sabemos o que pode uma escola”. Saiços? Formações de grupelhos feministas? LGBTs? Penetração de pautas da

*cosidetta* “grande política”? “Ocupas”, que desinstalam a escola *na* escola, e *a despeito* da escola? Reversões experimentais potentes do imperativo neoliberal que comanda a autoconstituição dos sujeitos na autoconstituição do comum?

A lição deste livro, que ainda não aprendemos completamente, e se tivermos sorte talvez estaremos em vias de aprender, é que o poder sempre chega por último. Ele é, no fim das contas, a Ave de Minerva da História; a restauração de Junho; a autoextinção da ex-querda; as plataformas polarizadas; o *firewall* identitário e o *antimalware* correndo no encaicho das linhas de destituição e invenção virais; as funções variáveis de legitimação maquinopolar que tornam o #Somos70% um projeto fadado ao fracasso, porque do desejo narcísico de uma alternativa a Bolsonaro, não surgirá nada, exceto outro Bolsonaro (mais à centro-esquerda, quem sabe?).

A boa notícia é que este livro testemunha uma crença inabalável nas resistências como pulsão social elementar e como analisador teórico-político. Ele reafirma o que Deleuze e Guattari diziam, e que parafraseio de memória, sem desejo algum de citar com precisão: as sociedades se definem menos pelas suas contradições que por suas linhas de fuga, ou de ruptura.

Essa crença inabalável está longe de ser um *wishfulthinking*. Esta cartografia, entre muitas outras que Junho e sua posteridade conhecem, bem o prova. Ela é uma intuição direta, sem mediação, das linhas de força constitutivas de um campo social, que não se confunde com suas formas atuais axiomáticas e de estratificação, nem mesmo com suas linhas flexíveis, moleculares.

Ela é o testemunho de *uma memória infinita, para o por vir*. Um dispensário para o cansaço político. O ponto de partida feliz e incontornável que reconhece o esgotamento, a exaustão e a extinção como

as condições transcendentais para o novo, que, em troca, pede-nos apenas o mais difícil: afirmação e resistência contra as capturas.

Talvez ainda seja pouco dizer que Junho de 2013 não ocorreu. Junho é um território existencial ao qual um povo essencialmente falta, embora não cessemos de tentar inventá-lo estendendo territórios, navegando os mapas, tomando parte em reconversões subjetivas selvagens. Por isso, creio que para Davis, assim como para mim, *Junho de 2013 ainda espera por nós*.

*Murilo Duarte Costa Corrêa*  
Professor do Programa de Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Escreveu *Filosofia Black Bloc*, publicado pela Editora Circuito em 2020



# APRESENTAÇÃO

## ANO 1 NO BRASIL

Em 1888, Friedrich Nietzsche, o primeiro programador da história, reiniciou o calendário gregoriano. Na lei fictícia intitulada *Lei contra o Cristianismo*, ele propôs o encerramento do período cristão e a desinstalação desse sistema religioso. Com certa ironia, essa lei foi datada por Nietzsche da seguinte maneira: dia da salvação, primeiro dia do ano 1 (30 de setembro de 1888, pelo falso calendário). Podemos sintetizar nossa proposta a partir de uma reconfiguração da sentença que inicia a lei desse filósofo. Ao invés de “guerra mortal ao vício: o vício é o cristianismo” (Nietzsche, 2007, p. 81), nós diríamos: *resistência vital ao vício, o vício é o poder*.

Estabelecer o ano 1 para o Brasil é agenciar uma abertura, pois um dos maiores desafios da atualidade é fazer as resistências se encontrarem com elas mesmas. Cartografar resistências é operar um movimento, ou uma reviravolta, em um ambiente intoxicante, que nos impele a promover ataques incessantes contra o inimigo. No Brasil, particularmente, não há um só dia no qual não sejamos solicitados a denunciar um absurdo qualquer, como a tentativa de retirar o termo “golpe militar” dos livros escolares, a flexibilização no acesso a armas e munições, a produção em massa de desinformação e *fake news* ou a recusa em seguir recomendações médicas voltadas para o combate à pandemia de Covid-19.

A lista de absurdos é, sabemos, interminável. Talvez seja preciso, contudo, desertar a trincheira de guerra por alguns instantes, respirar um pouco de ar puro e reinventar um encontro entre as nossas

próprias criações resistentes. Ou ainda: é preciso afirmar que nossa história recente é, sem dúvida, uma história de resistências. Com uma brevíssima cronologia das lutas do século 21 brasileiro, torna-se possível notar que nossa atualidade se produz em meio a um emaranhado de insurgências que, repetidamente, balançam e reinventam o país.

Por exemplo, em agosto de 2003 uma mobilização popular – organizada, principalmente, por estudantes – emerge na cidade de Salvador. Esse movimento, chamado Revolta do Buzu, é disparado por um ciclo de protestos contra o aumento das passagens de ônibus. Ainda no campo das lutas contra o aumento das passagens, eclodem as Revoltas da Catraca, que chacoalham a cidade de Florianópolis em 2004 e 2005. Em Vitória, capital do Espírito Santo, outro ciclo de revoltas estudantis se forma nos anos de 2005, 2011 e 2012. E as insurgências não pararam por aí. A partir de 2011, uma rede de protestos feministas chamada Marcha das Vadias varreu o país, avançando em cidades como São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Brasília, Vitória, Rio de Janeiro, Itabuna, Teresina e São José do Rio Preto. Inspiradas na *Slutwalk* canadense, manifestantes brasileiras tomam as ruas, denunciando a violência contra as mulheres e ressignificando insultos machistas. Nosso século vivencia, ainda, pelo menos 17 anos de Marchas da Consciência Negra, que percorrem o Brasil operando manifestações contra o racismo e o genocídio da população negra. Além disso, a Parada do Orgulho LGBT vem acontecendo no Brasil desde 1997 e, em sua versão carioca, já chegou a reunir cerca de dois milhões de pessoas. Em 2015, o evento foi marcado por uma das ações políticas mais potentes de sua história: a polêmica encenação da crucificação de Jesus Cristo, protagonizada pela atriz e modelo transexual Viviany Beleboni.

Esse imenso e ininterrupto contradispositivo de lutas converge para as Jornadas de Junho de 2013. São manifestações populares voltadas, inicialmente, para se contrapor aos aumentos nas tarifas de transporte público. Em um dos maiores ciclos de protestos da história

brasileira, milhões vão às ruas reivindicando a redução das tarifas dos transportes coletivos, fazendo oposição à violência policial, aos gastos estatais com grandes eventos esportivos, à má qualidade dos serviços públicos e expressam indignação com a corrupção do sistema político. Os levantes de junho de 2013, por sua vez, reverberaram em outras insurgências. Entre elas estão os chamados “rolezinhos”, eventos nos quais os jovens das periferias marcam grandes encontros em espaços de consumo privilegiados, reafirmando, ali, suas existências, seu direito à cidade e, enfim, fazendo ver o *apartheid* em ação nos *shopping centers*.

Entre 2015 e 2016, ocupações de escolas secundárias e universidades brasileiras criam um imenso laboratório pedagógico em rede que, além de reinventar a educação escolar, visa impedir os planos de reorganização do ensino propostos pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; a PEC do teto de gastos, defendida pelo então presidente Michel Temer; bem como conter o avanço do projeto neoconservador chamado Escola sem Partido. Além disso, novas configurações grevistas se abrem por meio da Greve dos Garis, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 2014. A greve levou centenas de profissionais da limpeza a cruzarem os braços. Enquanto toneladas de lixo acumulado se espalhavam pela cidade, os garis exigiam aumento de salário e melhores condições de trabalho. Outra paralisação significativa foi a Greve dos Caminhoneiros que, em 2018, promoveu uma interrupção dos trabalhos realizada por transportistas autônomos, impulsionando uma comoção de alcance nacional, posta em prática por intermédio de bloqueios nas rodovias de 24 estados e no Distrito Federal.

Também poderíamos mencionar as diversas edições da Marcha da Maconha, os protestos contra a Copa do Mundo de 2014 e o Movimento Ele Não (#EleNão), que disparou uma série de levantes de matriz feminista contra a candidatura de Jair Messias Bolsonaro. Seria possível, ainda, lembrar as resistências produzidas em 2020, especialmente durante o período de pandemia de Covid-19, tais como

os atos dos profissionais da saúde em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, as manifestações dos entregadores do setor de *delivery* de aplicativos, como IFood, Uber Eats e Rappi, chamadas de “breque dos apps” e, enfim, os protestos organizados pelas torcidas antifascistas a favor da democracia e contra o governo de Bolsonaro.

Designamos como *ano 1 brasileiro* as duas primeiras décadas insurgentes do século 21. Um período marcado por resistências e desejos de democracia que circulam nas redes de resistência micropolíticas, promovendo um avolumamento das lutas nacionais. É um bloco de tempo no qual a multidão brasileira opera uma disseminação de redes democráticas e desafia o poder. Na *multitude* brasileira, as multiplicidades sociais são capazes de, ao mesmo tempo, se comunicar, agir em comum e manter-se internamente diferentes. O ano 1 não indica a passagem de um período histórico a outro, tampouco um fim para a era cristã, como queria Nietzsche. Com ele se expressa, antes, a emergência de uma configuração das lutas. Ele comporta, assim, décadas de resistências virais que embaralham o sistema operacional cronológico para afirmar: *nós viemos antes do poder*. Na esteira desse ano inaugural, nosso livro busca responder a algumas perguntas. Qual a relação entre resistências e polarização política? Como as resistências reinventam a escola, a política e a democracia? Como as resistências forjam a atualidade? O que aconteceu com a esquerda? E, enfim, como cartografar resistências?

Não se trata, propriamente, de escrever uma história do tempo presente, mas sim da investigação de um tempo que habita o agora: o tempo das lutas. Também não se trata de relembrar as lutas do passado. Diferentemente, buscaremos acompanhar linhas resistentes que ressoam na atualidade. Nesta narrativa sem protagonistas, nossas personagens coadjuvantes – ou menores – são as ruas de junho de 2013, as escolas ocupadas por estudantes secundaristas, as estradas bloqueadas por caminhoneiros, os enclaves piratas, a fuga dos escravizados, as redes feministas, as barricadas *black blocs*, o

colorido LGBT e, enfim, as lutas alterglobais. Essas personagens não devem ser tomadas como heróis do passado, mas sim como fagulhas ou centelhas para hoje. Não há, portanto, antagonistas ou vilões, mas, antes, um falso protagonista, ou seja, uma figura sobre a qual o enredo parece estar concentrado apenas para confundir os espectadores. O nome desse falso protagonista é “poder”.

Mas parece que as coisas não acabaram bem, já que o ano 1 brasileiro comporta uma enérgica ascensão da extrema direita. O que aconteceu? Uma volumosa produção literária está disponível para quem quiser compreender a catástrofe brasileira. São pesquisas variadas que investem sobre temas como o colapso da democracia no Brasil, a ferocidade do estado de exceção, a articulação entre políticos, empresários e a força-tarefa da Operação Lava Jato, a crise política e econômica desencadeada pelo Golpe Parlamentar de 2016, a relação entre o avanço do fascismo e a reinvenção das direitas, entre outros. Esses trabalhos estão voltados, prioritariamente, para desvendar os mecanismos de poder no Brasil. Ou ainda, essas pesquisas produzem a recente história brasileira centradas na Operação Lava Jato, no encerramento repentino dos governos petistas e na eleição de Jair Messias Bolsonaro. São textos em jornais, artigos em periódicos científicos e livros que, perplexos, se perguntam: como chegamos a esse ponto?

Uma das melhores expressões da investigação sobre a atual catástrofe brasileira é o texto *Bem-vindo ao estado suicidário*, de Vladimir Safatle (2020). Safatle indica que presenciamos, na atualidade, o aparecimento de um fascismo propriamente brasileiro. Sob a liderança do atual presidente, Jair M. Bolsonaro, a nação brasileira seria governada por um tipo de Estado interessado não apenas em gerar a destruição e o desaparecimento, mas em operar a implementação do que ele chama de “estado suicidário”. Esse modelo de governança se fortalece testando sua vontade diante do fim e flertando, continuamente, com a morte generalizada de sua própria população.

Nosso livro não é, porém, sobre o poder e sim sobre um primado não cronológico das resistências no Brasil e além. O capital, a pós-modernidade, os dispositivos escolares voltados para a submissão dos corpos, a servidão voluntária, a radicalização da polarização entre a esquerda progressista e a extrema direita são distopias que, hoje, estão prontas para serem invertidas e recolocadas em suas devidas posições: o depois, o segundo lugar, o reagente e, finalmente, o poder. Na temporalidade sinuosa do ano 1 predominam atividades, afirmações, conexões e criações resistentes diante das quais o poder reage, maneja, distribui, controla, separa, elimina, ganha ou perde. Eis o essencial sobre o ano 1: os manifestantes vêm antes da polícia, as ocupações secundaristas vêm antes da escola, as dissidências sexuais vêm antes dos conservadores, as alianças vêm antes da polarização e, por fim, as resistências vêm antes do poder. A máquina mortífera que hoje se abate sobre nosso campo político não pode ser compreendida e combatida sem uma cartografia das resistências que, por sua vez, resetam o calendário e dão início ao ano 1 brasileiro – também conhecido como século 21, pelo falso calendário.

*Ano 1 no Brasil: como cartografar resistências?* é um convite para um reencontro entre o pensamento e as lutas. Para realizar esse encontro, você talvez tenha problemas com o Sistema Básico de Entrada/Saída de sua máquina política e pode, ainda, enfrentar hostilidades em sua *network* de amigos virtuais. Para começar a acessar uma nova plataforma subjetiva, siga as instruções: desmarque a opção “Usar opções recomendadas pelas relações de poder”, acesse “Painel de Controle”, “Segurança” e, em seguida, “Firewall”. No canto superior esquerdo da tela clique em “Desativar o Firewall”. Para que seu antissistema operacional fique mais leve e rode melhor, marque a opção “Cartografar Resistências”. Recomendamos a redefinição das datas e dos horários de sua máquina. Clique com o botão direito sobre a data e a hora no canto inferior direito da tela e marque a opção “Alterar data e hora”. Selecione “Ano 1 no Brasil”. Caso aceite as novas diretrizes, teclé *Enter*.



1

**Destituições virais  
e legitimação maquínica:  
de Junho de 2013  
a Jair Bolsonaro**

O século 21 brasileiro eclode permeado por uma trama de resistências que contagiam as ruas das cidades e as vias subjetivas, impondo urgência, velocidade e abertura ao pensamento político. São turbulências que fazem oscilar a esfera política. Entre elas estão as Jornadas de Junho de 2013, acompanhadas das atuações do Movimento Passe Livre (MPL) e da tática *black bloc*, as manifestações contra a Copa do Mundo de 2014, as mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff e em defesa da Operação Lava-Jato, o cada vez mais intenso uso das redes sociais como ferramenta de organização política, a intensificação das lutas minoritárias – como os feminismos, os movimentos negros e LGBT –, as ocupações de escolas por estudantes secundaristas em 2015 e 2016 e a controversa greve dos caminhoneiros em 2018. São emergências que, em sua diversidade, esboçam práticas políticas, ao mesmo tempo, tradicionais e experimentais, colocando em funcionamento tecnologias de produção de subjetividades e preparando o terreno para um futuro que não conseguem prever com exatidão.

Tais movimentos são, contudo, sistematicamente detidos, apreendidos ou reorganizados por uma máquina polarizadora instalada sobre os trópicos brasileiros. Trata-se de um aparelho que faz circular as grandes narrativas que, hoje, disputam o território subjetivo nacional. Uma delas sugere que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) legaram uma era perdida ao país. Seus enunciados operam por meio de elementos discursivos como recessão econômica, fraudes fiscais e crises de segurança. O Brasil surge como uma plataforma mergulhada em violência, degeneração moral e corrupção. Contra tal decadência, ao menos três episódios virtuosos se imporiam: a votação do *impeachment* de Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em 2016, as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por corrupção e, finalmente, a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018. Outra narrativa, porém, sustenta que um conjunto de forças conservadoras arquitetou, de maneira sistemática e abjeta,



a desestabilização dos governos do Partido dos Trabalhadores. Suas enunciações falam em produção de desordem a partir das grandes manifestações de Junho de 2013, em operações judiciais persecutórias e seletivas contra atos de corrupção inexistentes, em deflagração de mobilizações que levaram as massas a participar de um golpe de Estado em 2016 e, por fim, em condenações politizadas, com o objetivo de evitar a candidatura de Lula da Silva nas eleições de 2018.

O maquinário narrativo polarizador propagou um efeito hierárquico e dualista pelas redes de luta brasileiras de tal forma que, entre esquerdas e direitas, observa-se um crescimento da rigidez política. Por exemplo, a pesquisa de Ana Luiza Aguiar, Marcio Moretto e Pablo Ortellado (2019) no ato “Juntos contra o centrão” – promovido na Avenida Paulista, em 26 de maio de 2019, por apoiadores do governo de Jair Bolsonaro – observa que, em comparação com as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, operou-se uma acentuação em direção a identidades como “direita antipetista”, “conservadora” e “não feminista”. Já no campo das esquerdas, Bruno Cava (2016) nota que, ao menos a partir da vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2014, o Partido dos Trabalhadores moveu um processo de fechamento e controle identitário, reduzindo a multiplicidade política das esquerdas a uma comédia de estereótipos por meio da intensificação da propaganda de tonalidade vermelha e socialista, ou seja, um *red washing* edificado para se opor simbolicamente à ascensão conservadora.

Decerto, isso não ocorre apenas no Brasil. Em *Como as democracias morrem*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) indicam que a polarização política, sectária e extremada ameaça a democracia norte-americana ao menos desde os anos 1980. Trata-se de um processo que envolve a busca de votos a qualquer custo, o enfraquecimento das normas democráticas e a exacerbação de conflitos no campo da cultura e da raça. Maurício Moura e Juliano Coberllini (2019), no livro *A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu*, sugerem que a dispu-

ta eleitoral de 2018 no Brasil opera em uma espécie de cristalização dos polos, caracterizada por campanhas agressivas que giram principalmente em torno dos índices de rejeição de Jair Messias Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). A polarização política envolve, porém, mais do que uma disputa por votos. Ela arrasta as subjetividades em direção a mundos maniqueístas e simplórios. Segundo Félix Guattari (1990), existem três ecologias: as ecologias do meio-ambiente, das relações sociais e dos processos subjetivos. O ambiente polarizado apresenta indícios daquilo que Guattari entendeu como desequilíbrio ecológico social e subjetivo, uma vez que contamina as redes de parentesco e as relações domésticas, reduz as relações horizontalizadas de vizinhança, provoca infantilização regressiva e, enfim, induz à formação arcaica de campos subjetivos homogêneos e binários.

No entanto, a atual polarização política não deve ser tomada como uma condição dada na sociedade brasileira, mas, antes, como um sintoma para o qual a investigação filosófica pode se voltar. A pergunta que nos colocamos é a seguinte: a quem interessa polarizar a política brasileira? A resposta para tal questão pode ser oferecida pela análise do conjunto dinâmico de forças em atuação no campo político-social, ou melhor, em uma maquinação – não devendo resultar, portanto, em uma lista de pessoas ou de interesses individuais. A configuração polarizada nos parece, antes, um sintoma específico da reorganização do maquinário político brasileiro. Quais as razões da atual radicalização da polarização política? Nossa resposta é simples e direta: a polarização é uma reação às insurgências movidas pelos brasileiros, especialmente durante as Jornadas de Junho de 2013, as ocupações secundaristas e a Greve dos Caminheiros. Trata-se, portanto, de uma contra-insurgência, ou melhor, uma máquina que tem como objetivo barrar e controlar as resistências que se fazem no decorrer do século 21 brasileiro. Para compreender essa reorganização, propomos dois conceitos, a saber: *legitimação maquinopolar* e *destituição viral*.

## LEGITIMAÇÃO MAQUINOPOLAR

O primeiro movimento da reorganização da esfera política brasileira, que chamaremos de *legitimação maquinopolar*, sugere um deslocamento no formato dos processos de validação da democracia representativa brasileira. Sob um viés sociológico clássico, a legitimidade visa a produzir um grau de consenso que promova obediência sem a necessidade frequente de recorrer às forças da repressão. Segundo Lucio Levi (2002), os diferentes níveis de um processo de legitimação, quando bem-sucedidos, produzem pontos de referência para a orientação política de indivíduos e grupos, indicando maneiras válidas para que a participação política ocorra. Nesse sentido, a produção de legitimação não se faz somente entre aqueles que apoiam um governo, mas também nas oposições – ao menos nos casos em que há a aspiração de se transformar em governo. Apesar disso, a legitimação comumente comporta pontos falhos e mal instalados, de tal forma que a legitimidade de um poder de Estado não é, nunca, uma situação plenamente realizada, a não ser como uma aspiração.

No contexto brasileiro, os processos de legitimação política deixaram de buscar representar os interesses da população nacional (como queriam certas concepções das direitas liberais) e, também, não são mais uma maneira de conduzir as condutas para manter as multidões sob o domínio de um Aparelho de Estado (como indicavam, criticamente, certas esquerdas marxistas). Uma nova legitimidade se impõe sobre as velhas democracias representativas: a legitimação maquinopolar. O termo “maquínico” pretende sugerir – conforme insinuam Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010) – um uso de redes de conexão que operam máquinas acopladas a outras máquinas, visando, justamente, a gerenciar, cortar, torcer e processar os fluxos em prol de um organismo que, no caso brasileiro, é polar. Ou seja, trata-se de uma *maquinação* de sis-

temas binários que se *legitimam* a partir da produção de *polarização* social. Tal dinâmica não precisa mais lançar mão de um grande manto ideológico – a partir, por exemplo, de antigos emissores televisivos – para produzir alienação generalizada, mas, antes, modular diretamente um conjunto hermético de seguidores. Os processos de legitimação passam pela produção de uma dualidade rígida e, para tanto, instalam mecanismos de separação e vigilância. Busca-se, agora, constituir uma plataforma subjetiva própria para cada um dos campos político-subjetivos, recortando os fluxos entre esquerdas e direitas estanques e arquiteando, assim, uma solidariedade servil entre líderes de esquerda e seus seguidores, bem como entre líderes de direita e seus *followers*.

As duas plataformas são mantidas separadas pelo uso de um *firewall* vigilante que trabalha para trancar todas as portas e janelas da máquina política, de modo que somente os elementos autorizados possam entrar e sair. Na legitimação maquinopolar, opera-se um poderoso *firewall* *identitário*, que fecha nossos corpos para as emissões de sinais que vêm do “lado de fora”. Para protegerem suas próprias redes desses sinais externos, esquerda e direita produzem uma verdadeira política de segurança, que funciona por meio da produção de identidades rígidas. A lista de identificações é tão extensa quanto simplista: coxinha, comunista, fascista, neoliberal, alienado, feminazi, manipulado, gado, esquerdopata, bolsominion, petralha ou golpista. Ao forçar tais rótulos sobre um sujeito, grupo ou instituição se busca bloquear e controlar suas possíveis conexões. Ou, então, ao receber uma identificação no *firewall*, que separa direita e esquerda, impõe-se um bloqueio imediato ao emissor que, a partir daí, não mais dispõe de receptores do outro lado do jogo político.

São produções identitárias e estigmatizantes que visam a preservar sob controle as micropolíticas dissidentes, mantendo-as reféns de um dos campos, seja ele esquerdo ou direito, da polarização. O *firewall* *identitário* e polarizador opera, portanto, com uma função preci-

sa: imunizar um lado contra as afetações (ou o tráfico de informações) do outro. O opositor político torna-se, imediatamente, um mentiroso compulsivo. Não é, exatamente, um novo Muro de Berlim, mas uma membrana de segurança baseada em um *hardware* ou um *software* que, a partir de um conjunto de regras, analisa o tráfego de rede para determinar quem pode operar transmissões ou quais recepções de dados podem ser executadas. Nesse contexto de polarização, os grupos tendem a optar pela estratégia do *bonding* ao invés do *bridging*. Ou seja, priorizam-se os laços grupais fortes e coesos (*bonding*) que operam por lealdade política e antagonismo externo, enquanto, por outro lado, evita-se a construção de pontes (*bridging*) que possam nos atirar na direção dos elementos mais conectivos e abertos (BOSCO, 2017).

A manutenção do apoio servil de cerca de um terço do eleitorado brasileiro é um objetivo explícito da governança bolsonarista. Segundo Marcos Nobre (2020, p. 17), “Bolsonaro nunca pretendeu governar para todo mundo”. Diversamente, seu governo reconfigura a máquina sob uma configuração que visa submeter o a esfera política nacional aos anseios do terço bolsonarista, entendidos como expressão autêntica dos brasileiros. Eles seriam, assim, o verdadeiro povo brasileiro. Nesse sentido, as declarações presidenciais que relativizam a gravidade da pandemia relacionada ao Covid-19 desenharam uma tática de *fidelização* do eleitorado. Com o advento da pandemia, Bolsonaro opta por reforçar o maquinismo polarizado. Ao contrário de buscar uma aliança com outros setores da população brasileira, Bolsonaro opera uma aceleração das lealdades por meio de um recuo estratégico ao núcleo constituído pelo patriotismo fanático e pela orbitação em torno de sua liderança. As técnicas de produção de consentimento político do governo de Jair Bolsonaro são a versão mais atualizada do que chamamos de legitimação maquinopolar.

Um dos efeitos do *firewall* identitário foi encontrado por uma pesquisa recém-publicada pelo Centro de Pesquisas Pew, nos Estados Unidos. Esse estudo mostrou que eleitores norte-americanos não só ten-

dem a acreditar mais facilmente naquilo que confirma o que já pensam, como também se mostram mais inclinados a considerar como fatos as opiniões convenientes e, ao contrário, a considerar como opiniões os fatos inconvenientes. Segundo Pablo Ortellado (2018), os mesmos efeitos parecem se repetir entre os brasileiros, especialmente em relação aos indivíduos partidários, ou seja, aquelas pessoas que se identificam mais diretamente com os partidos ou líderes políticos em disputa. Eles tendem a tomar as afirmações convenientes as suas crenças como fatos e, por outro lado, afirmações desfavoráveis como mera opinião.

A legitimação maquinopolar produz polarização como forma de validar um campo político. Isso, porém, não é o mesmo que afirmar que a sociedade brasileira é polarizada. A polarização indica, antes, um corte sobre a esfera política que estabelece uma organização verticalizada, atingindo fundo a carne do microcosmo social: as famílias, as escolas, os relacionamentos amorosos, as redes sociais e as amizades. Como toda plataforma, ela não estabelece, contudo, um controle totalitário sobre os dispositivos que, por sua vez, comportam suas zonas de indiscernibilidade, insegurança e instabilidade. São erros críticos que acabam por consentir acesso a usuários não autorizados (Erros de Autorização), *heartbleeds*, isto é, falhas no método criptográfico (Falha Criptográfica) ou mesmo uma explosão por excesso de dados, fazendo com que um *software* se comporte de maneira lenta, instável e inesperada (*Buffer Overflow*). A polarização se mostra, então, como uma projeção sobre a máquina brasileira, desejando-a binária e hermética sem, todavia, excluir a existência de zonas cinzentas, franjas e sombras não polarizadas.

A máquina polarizadora bolsonarista, por exemplo, tem ao menos duas regiões. A desconfiança radical de tudo que vem de fora é um dos componentes importantes da primeira região dessa máquina: a grande mídia, o eleitor de outros candidatos, o professor, as ciências humanas, o ambientalista e as pesquisas eleitorais são, em larga medida, elementos suspeitos. Já entre os eleitores de Jair Bolsonaro, as informações tendem a ser compartilhadas com alto grau de con-

fiabilidade e aceitação. Trata-se de uma rede que faz uso de *bots* e estrategistas, mas não se deve esquecer que sua eficácia e criatividade residem, em grande parte, na participação engajada de uma rede descentralizada de pessoas de carne e osso (MOURA; CORBELLINI, 2019). Em uma segunda região, porém, a máquina é falha ou aberta nas bordas. Conecta-se com o moderado, o indiferente, o cinza, o médio e o pouco engajado por meio de uma dinâmica mais suave que fala em honestidade, união, paz, renovação e esperança. É aquilo que Silvio Pedrosa (2019) chamou de franjas do bolsonarismo, regiões de adesão mais frágil, mas ainda numerosa, que funcionam para além do núcleo duro de seguidores próximos.

Não obstante, a legitimação maquinopolar, lançada como a mais nova máquina do mercado político brasileiro, funciona sob a antiga dinâmica de um *sistema* e, portanto, não pode contar simplesmente com o controle do *firewall* para separar os lados direito e esquerdo. Para manter sua integridade e fidelidade sistemáticas é preciso instalar um *malwarebyte* ou *antimalware*: um escâner que remove *softwares* maliciosos, aqueles *softwares* internos que se infiltram de forma inconveniente nos sistemas, com a finalidade de causar danos ou roubar informações. No jogo dual da polarização vermelha e verde-amarela, configurações autônomas e terceiras margens não são bem-vindas. O tratamento dado ao *malware* da máquina política se assemelha ao processo utilizado na batalha informacional. Para combater esses *softwares* mal-intencionados, alguns cursos de introdução aos *malwarebytes* indicam passos, como: 1) erradicar o incidente; 2) impedir que um usuário tenha acesso a certo sistema; 3) determinar qual o tipo de comprometimento; e, finalmente, 4) produzir uma assinatura de reconhecimento. Para evitar a invasão de seus sistemas, bolsonarismo e lulismo precisam instalar ferramentas de detecção (caracterizar os dissidentes políticos), aproximação (chantageá-los emocionalmente), ameaça (responsabilizá-los pelo futuro catastrófico que está por vir) e, enfim, quarentena (limitar sua circulação). Trata-se de contornar as dissidências inesperadas, de colocar sob qua-

rentena as diferenças políticas internas, avaliar a capacidade de compromisso/domesticação das linhas de fuga e anular as ameaças. No campo político polarizado, a tarefa mais urgente dos poderes políticos é evitar a emergência de uma terceira linha diferencial, que precisa ser impedida, a todo custo, em benefício do sistema maquinaopolarizador.

Enquanto o *firewall* identitário bloqueia o tráfico horizontal das forças com o objetivo manter separados os sistemas esquerda/direita, o *antimalware*, por sua vez, rastreia e monitora as ameaças internas aos sistemas, impondo um funcionamento composto por lideranças carismáticas e seguidores engajados, que promovem a anulação, a cooptação e o cancelamento das dissonâncias. Nas plataformas de esquerda, por exemplo, se faz amplo uso do *antimalware* para garantir a integridade sistemática. Giuseppe Cocco e Bruno Cava (2018) salientam que posições minoritárias, tendências alternativas e emergências parciais comumente não têm o direito de se exprimirem entre as esquerdas. Ao contrário, costumam ser combatidas pelo *antimalware* por meio de acusações como desestabilização, golpismo e terrorismo. Há um maquinário que guarda relações com o velho stalinismo, pois concebe que “o poder efetivado encarna *ipso facto* a razão superior” (COCCO; CAVA, 2018, p. 114), o que produz, como consequência, uma grande incapacidade de atualização. Já à direita, o *antimalware* segue colocando sob suspeita qualquer proximidade com as esquerdas. Por exemplo, o deputado federal Kim Kataguirí (DEM-SP), um dos principais representantes da organização em defesa do liberalismo econômico chamada Movimento Brasil Livre (MBL), foi alvo de insultos nas redes sociais porque foi fotografado no restaurante da Câmara dos Deputados conversando com o deputado de esquerda, Marcelo Freixo (PSOL-RJ). O mesmo Freixo seria amplamente criticado por setores da esquerda por passar quarenta minutos conversando com a autora do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, Janaína Paschoal (PSL-SP), em um vídeo divulgado no YouTube pelo projeto Fura Bolha.



Um dos processos de identificação do *antimalware* ocorre com a utilização da terminologia “isentão”. Na esquerda, o isentão é “uma espécie de hooligan da (falsa) neutralidade” (Scalzilli, 2020) ou, ainda, “é alguém viciado no elogio que recebe quando é chamado de ‘sensato’ (...) é refém do próprio personagem, acreditando que está sendo moderado e racional” (Pinheiro-Machado, 2020). Na direita, uma receita de Rodrigo Constantino (2020) diz “esprema um ‘isentão’ que logo sai um esquerdista do outro lado” e, se quisermos ficar com o próprio Eduardo Bolsonaro (2020), é “o cara que diz ser de direita mas vive criticando o ‘extremismo’ de Bolsonaro e posa de superior, enquanto se cala a respeito de toda destruição feita pela esquerda”. Trata-se de uma categoria utilizada na esquerda e na direita para controlar suas dissidências internas, decretando a impossibilidade de uma fuga subjetiva ou uma terceira via que não respeite o funcionamento político polarizado. O isentão é uma identificação utilizada para bloquear a fuga do pensamento e da ação para áreas desconhecidas pela dualidade política lulista/bolsonarista. Ou seja, chamar alguém de isentão é uma maneira de reforçar a coesão de um grupo e condenar uma tendência, um fluxo ou escorrimento que não se deve deixar escapar ao rebanho.

O *firewall identitário* e o *antimalware*, quando estão afinados, buscam uma encapsulação das micropolíticas, acomodando-as ao fundo de cada um dos lados (esquerdo e direito) da máquina polar. Eles passam a funcionar como um caldo subjetivo que têm a função de apoiar, incondicionalmente, quaisquer movimentos dos grandes líderes de seu campo político e, também, de condenar quaisquer deslizamentos para fora da máquina polarizadora. Tal processo produz um grau altíssimo de fidelidade, dificilmente abalado pela descoberta de esquemas de corrupção ou por declarações públicas de extrema violência dos seus respectivos líderes. É uma *necromicropolítica* que, ao invés de celebrar a leveza das conexões imanentes, coloca, voluntariamente, as lutas a serviço dos tiranos e suas bocas devoradoras de votos eletrônicos. Conforme sugeriu Étienne de La Boétie (1975) em seu *Discurso*

sobre a *servidão voluntária*, trata-se de um tipo específico de servidão, consentida e desejada. Ela ocorre quando as pessoas não estão exatamente manipuladas por um líder, mas, antes, se entregam a um funcionamento que subjetiva e preenche o corpo a partir do desejo de servir ao líder. Não é uma cilada, nem exatamente um autoengano, mas uma forma de existir que se faz imersa no desejo de servir aos líderes.

As máquinas polarizadoras, à direita e à esquerda, não estão, simplesmente, disputando o poder de Estado, mas produzindo, cada qual em sua própria plataforma, um ambiente de terror antiecológico que tem como objetivo arrebanhar um exército de servidores/seguidores voluntários, sempre prontos a acatar comandos de compartilhamento e propagação. Nessa atmosfera, mal se nota a diferença entre o usuário humano e os robôs virtuais (*bots*), uma vez que ambos estão navegando na Internet operando tarefas repetitivas e automatizadas muito similares. É uma nova forma de legitimação governamental que faz com que as cabeças soberanas não mais busquem uma representação da sociedade como um todo e não sonhem mais com uma população apassivada sob sua liderança. O novo súdito ideal é um internauta ativo politicamente e extremamente comprometido em apoiar, de modo integral, o líder que escolheu entre os *slots* A ou B.

## DESTITUIÇÕES VIRAIS

A noção de legitimação maquinopolar é, contudo, meramente formal, pois apenas descreve uma configuração aparentemente dual da esfera política brasileira. Para que se possa compreender as forças que operam sob esse formato polarizador, precisamos recorrer a uma segunda categoria: *destituição viral*. Não se compreende a legitimação maquinopolar brasileira sem compreender que o vírus vem antes do *firewall* e, no mesmo sentido, que o *software* maléfico é anterior ao *antimalware*.

Não são anterioridades simplesmente porque foram inventadas antes, mas porque são forças afirmativas, dinâmicas, plásticas, confusas, fluidas e fugidias dos sistemas. O século 21 brasileiro se iniciou propagando vírus e *malwares* extremamente agressivos, maleáveis, confusos e criativos, que chamamos de destituições virais. Uma verdadeira proliferação viral tomou conta da embarcação nacional. São exemplos as Jornadas de Junho de 2013, as ocupações secundaristas ocorridas entre 2015 e 2016 e a greve dos caminhoneiros em 2018. Tais movimentos, em sua confusão relativamente acentrada, contagiante e dispersa, ameaçaram fazer saltar uma máquina micropolítica e virótica sobre as antigas formas de luta hierarquizadas pela esquerda e intimidando, igualmente, a direita fisiológica e estatal. Não que essas destituições não comportem seus endurecimentos próprios, suas hierarquias e suas simpatias à direita ou à esquerda, mas faz-se notar que, aqui e ali, certo maquinismo horizontal e fluido ameaçou, gravemente, a dinâmica da esfera política brasileira. Precisamente: as coisas fugiram ao controle.

Em curto período, uma profusão de lutas virais fez vibrar a geografia política brasileira. O primeiro grande abalo sísmico acontece com as Jornadas de Junho de 2013. Seu evento disparador ocorre quando o Movimento Passe Livre convoca uma jornada de manifestações contra o aumento das passagens de ônibus na cidade de São Paulo, então governada pelo prefeito Fernando Haddad (PT). A convocação inicial do MPL faz parte de uma sequência de lutas históricas, que buscaram derrubar aumentos nas passagens de ônibus, como a Revolta do Buzu e a Revolta da Catraca (POMAR, 2013). Em 2013, os protestos se dilataram, porém, na direção de outras pautas, como a recusa da violência policial contra manifestantes, a denúncia da má qualidade dos serviços públicos e o reconhecimento da impotência de certos formatos políticos representativos – como os partidos e os sindicatos (GOHN, 2015). Em um espantoso contradispositivo de luta, as 27 unidades federativas brasileiras experimentaram manifestações populares significativas. Segundo Pomar (2013), as lutas convocadas

pelo MPL de São Paulo iniciam uma das quatro maiores mobilizações populares do Brasil dos últimos quarenta anos. A dinâmica desses protestos se dá de forma horizontalizada, rejeitando a configuração hierarquizante dos carros de som, preferindo o batuque, os cantos coletivos e as palmas. Os insurgentes de junho operam linhas resistentes que, para além das próprias pautas reivindicatórias, colocam em funcionamento um ensaio ou uma pré-figuração de uma nova democracia, sem lideranças verticalizadas ou forças centralizadoras, acionando uma ampla participação nos processos decisórios.

“Em junho, a terra tremeu”, sugeriu Bruno Cava (2013, p. 133). Cava (2013) indica que, durante as Jornadas de Junho de 2013, forças subterrâneas, até aquele momento mantidas escravas e domesticáveis, eclodem. Em um processo dinâmico e altamente contagiante, as manifestações destampam a imaginação política nacional, fazendo proliferar fóruns, assembleias, mídias alternativas e frentes de autodefesa (física e jurídica). Ocorrem ocupações de casas legislativas em diversos estados, campanhas como “Cadê o Amarildo?” conectam a periferia ao centro das percepções políticas e, enfim, adeptos da tática *black bloc* trazem à baila a estética das máscaras e a insubordinação direta contra a repressão policial. Mas as insurgências junhistas também provocaram medo em um amplo espectro político. Por exemplo, à direita, se denunciam as manifestações como criminosas, sugerindo serem práticas vazias de uma espécie de violência pela violência ou violência gratuita. À esquerda, sugere-se que os manifestantes seriam irresponsáveis, fascistas e ameaças à democracia. Esse ataque ao levante de junho não se faz, todavia, apenas no campo das ideias. Um dispositivo de repressão, recheado de atualizações autoritárias, é colocado para funcionar em pleno governo de esquerda. Ocorrem perseguições a manifestantes, bombardeio de multidões com armas químicas, agressões, humilhações, há casos de pessoas que ficaram cegas, ativistas são investigados nas redes sociais, arquivos políticos são montados, proibem-se as máscaras no Rio de Janeiro e, finalmente, chovem mandados de busca e apreensão.

Apesar da repressão policial e da perseguição política que se abatem sobre os manifestantes durante e após as Jornadas de Junho de 2013, as destituições virais insistem em se prolongarem no tecido social. Um desses prolongamentos foi o movimento de ocupações secundaristas. Disparadas em 2015, as ocupações eclodiram quando o governo do estado de São Paulo ameaçou uma reestruturação da organização do ensino, que implicaria o remanejamento de cerca de 310 mil alunos e 74 mil professores. Tal proposição levou os estudantes a organizarem diversos protestos, atos públicos e, principalmente, ocupações de prédios escolares. No mesmo ano, no estado do Paraná, um novo processo de ocupações se alastrou pelas escolas quando o governo estadual tentou fechar mais de cem unidades educacionais. Enfim, em 2016, o governo federal brasileiro propôs medidas que fariam as ocupações secundaristas tomarem proporções nacionais: uma Emenda Constitucional, que congelaria os investimentos públicos, e a Medida Provisória nº 746/2016, voltada para a reestruturação do ensino médio (BOUTIN; FLACH, 2017). Reagindo às medidas governamentais, cerca de 1.197 escolas foram ocupadas em todo o Brasil. As linhas virais das Jornadas de Junho ecoaram no interior das escolas brasileiras, resultando em um importante experimento educativo, que esboçou formas coletivas de liberdade e responsabilidade direcionadas pela horizontalidade dos processos decisórios, ensaiando uma nova cultura escolar radicalmente democrática em que os estudantes participam, ativa e diretamente, da gestão das escolas ocupadas (ALVIM; RODRIGUES, 2017).

Segundo Pablo Ortellado (2016, p. 12) as ocupações secundaristas foram “a primeira flor de junho”, um vasto processo de criações resistentes que forjam novas relações sociais entre estudantes, professores e direções escolares. Rompe-se o isolamento individualista da disciplina escolar, mergulha-se em novas formas de sociabilidade baseadas na corresponsabilidade, nos processos decisórios horizontalizados e no cuidado com o patrimônio público em uma espécie de “antecipação performativa daquilo que se busca” (ORTELLADO,

2016, p. 13). Entre os frutos das ocupações estão a emergência de grêmios escolares mais horizontalizados, alterações nas dinâmicas hierárquicas das salas de aula, maior participação dos pais dos estudantes nas escolas e, além disso, um legado de aprendizados para os estudantes que vivenciaram estratégias políticas diversas, como a produção de abaixo-assinados, a organização de protestos escolares, a realização de passeatas ou aulas públicas e, ainda, a vivência autônoma nas próprias escolas ocupadas, promovendo uma completa autogestão das escolas. Com as ocupações, as escolas se transformaram em laboratórios pedagógicos em rede.

Em 2018, as destituições virais brasileiras emergem mais uma vez, agora em uma luta contra o aumento do preço do barril de petróleo. Trata-se da greve dos caminhoneiros. O movimento recebe grande atenção dos brasileiros e impacta fortemente no sistema de transportes nacional, provocando falta de combustível nos postos de abastecimento, voos cancelados e ônibus circulando com frota reduzida. A paralisação se inicia no dia 21 de maio e coloca em questão temas como a política de preços da Petrobras, problemas logísticos do transporte no país e a própria saúde dos transportistas, em sua maioria trabalhadores autônomos. Ocorrida durante o governo de Michel Temer (2016-2019), a nova configuração grevista é marcada por uma composição heterogênea, pela rejeição aos sindicatos e pela pulverização de lideranças. A organização das lutas dos caminhoneiros – feita basicamente pelo WhatsApp e não por entidades sindicais – opera bloqueios fluidos nas estradas, que impedem a circulação de caminhões e, ao mesmo tempo, dispara diferentes formas de auto-organização dos trabalhadores. Reunidos em postos de gasolinas ou nos flancos das estradas, os caminhoneiros em greve realizam assembleias, manifestações, cultos evangélicos, debates e, enfim, reivindicam uma polêmica intervenção militar. Assim, às demandas de caráter econômico, os caminhoneiros acrescentam a exigência política que pede a intervenção do exército brasileiro contra a corrupção, que teria se tornado um modo de

funcionamento sistêmico no Brasil, “dirigindo a essa instituição suas demandas de proteção” (COCCO, 2019, p. 18). Ao final, a entrada dos militares no jogo acaba se voltando contra eles mesmos, com a ação de forças do Exército Brasileiro e da Polícia Rodoviária Federal para desbloquear as rodovias e sobrepujar o movimento.

Henrique Costa (2018) indica que existem proximidades entre as dinâmicas resistentes das Jornadas de Junho de 2013 e a greve dos caminhoneiros de 2018, uma vez que os transportistas se conectaram a um dos maiores legados das manifestações de junho: a desmistificação da ação direta nas ruas e a desautorização de organizações tradicionais de representação. Movendo-se das ruas de 2013 para as estradas de 2018, as destituições virais caminhoneiras sugerem novas possibilidades para que uma categoria de trabalhadores possa expressar suas insatisfações, sem necessidade absoluta da mediação controlada de políticos e organizações representativas, recorrendo a formas auto-organizadas de luta e facilitadas pelo uso das redes sociais. Os caminhoneiros se conectaram a “um desejo de rompimento pela força com as instituições democráticas, vistas como inerentemente corruptas” (COSTA, 2018).

Trata-se de uma dinâmica nacional que compartilha, de forma viral e dispersa, dos ciclos de insurgências que balançaram o mundo em uma rede conectiva de lutas. São bons exemplos dessa rede a Revolução dos Pinguins, no Chile; a Revolta das Panelas, na Islândia; a Primavera Árabe; o *Occupy Wallstreet*, nos EUA; as manifestações contra a Reforma Trabalhista, na França; a mobilização dispersa dos *gilets jaunes* (coletes amarelos), também na França; e os levantes equatorianos e chilenos de 2019. Foram lutas que expressaram uma dinâmica disjuntiva de assembleias e manifestações, inventando outra forma de os corpos aparecerem em linhas radicalmente horizontais e micropolíticas que, em muito, escaparam ao controle das vanguardas políticas das esquerdas tradicionais, inserindo uma dinâmica viral

nas lutas e provocando, enfim, uma reação – tão violenta quanto conservadora – entre partidos, aparelhos midiáticos, políticos, sindicatos e discursos instituídos das esquerdas e das direitas.

No Brasil, toda uma confusão se operou entre a dispersão acentrada das Jornadas de Junho de 2013, a multiplicação de formas autônomas de educação nas ocupações secundaristas de 2015 e 2016 e a disseminação dos bloqueios fluidos dos caminhoneiros pelas estradas em 2018. Entre parte significativa das esquerdas, emergiu uma espécie de “pânico moral”, ou seja, um medo coletivo com relação às mudanças, especialmente aquelas percebidas como repentinas e ameaçadoras. Desqualificaram-se as Jornadas de Junho sob a ideia de operar um movimento niilista (CEI, 2015) que teria, inclusive, sido a raiz do Golpe de 2016 (SOUZA, 2016). A incompreensão segue diante das ocupações secundaristas e sua extraordinária profusão de práticas educativas autônomas. Grande parte das esquerdas não conseguiu extrair das ocupações nada além de um repúdio a pautas como a Reforma do Ensino Médio ou um pálido grito “fora Temer!”. Dessa forma, mantiveram intactos certos tradicionalismos de seus sistemas de compreensão educativos supostamente emancipadores – como aqueles baseados nas proposições de Paulo Freire ou Dermeval Saviani – e, ainda, ignoraram a criação de uma nova escola autogestada pelos próprios estudantes. Quando os caminhoneiros grevistas se manifestaram contra os reajustes nos preços dos combustíveis as esquerdas já estavam, plenamente, desnorteadas. Os discursos se dividiam entre a condenação da greve por conta da prática de *locoute*, o repúdio aos pedidos de intervenção militar do movimento e, enfim, o esboço de um apoio crítico e confuso aos caminhoneiros grevistas. Em outras palavras, grande parte das esquerdas institucionais se desconectou profundamente das lutas virais, abraçando um discurso “conservador” que, diante das emergências e resistências em rede, projetou imagens fantasmáticas para deslegitimar a intensa fuga das lutas em direção às destituições virais.



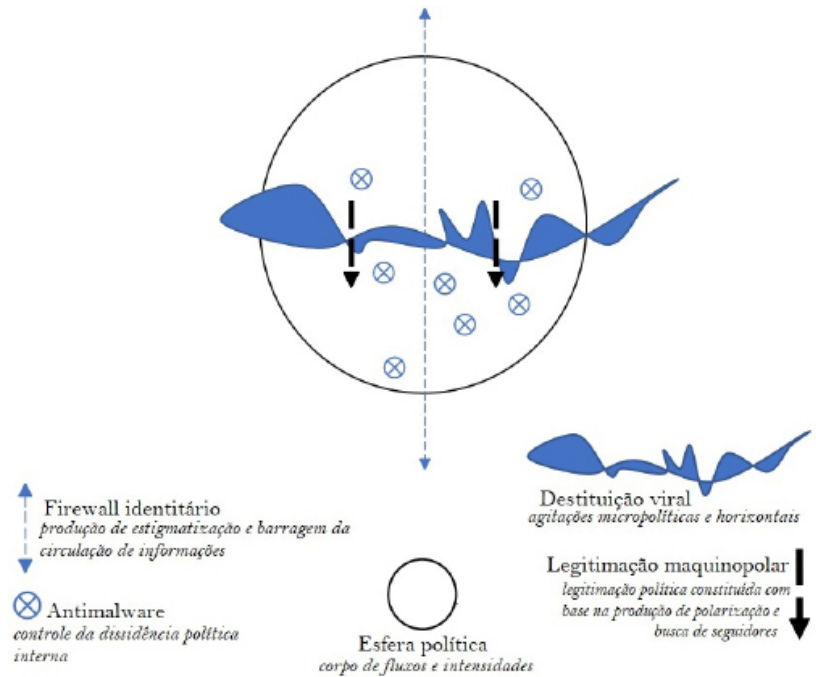
Ainda assim, as destituições virais brasileiras não deixaram de gerar ganhos objetivos. Por exemplo, as Jornadas de Junho atingiram seu objetivo inicial e o aumento das passagens de ônibus foi revogado no Rio de Janeiro e em São Paulo. Diante das ocupações secundaristas, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciou a suspensão da reestruturação escolar. Finalmente, o presidente em exercício à época, Michel Temer, anunciou uma redução temporária do preço do diesel e, além disso, foram publicadas no Diário Oficial da União algumas medidas provisórias atendendo às exigências dos caminhoneiros, como o estabelecimento de preços mínimos para os fretes. Para além desses ganhos objetivos, foi a inclinação dessas destituições virais, voltadas para a proposição de uma completa reorganização das resistências e das maneiras de experimentar a participação política na democracia, que, verdadeiramente, assombrou as formas clássicas da política brasileira. As redes acentradas de resistência, a recusa de lideranças carismáticas e partidos, a dinâmica decisória por assembleias, a insinuação de uma enorme crise no modelo representativo, bem como o aparecimento virtual de uma configuração subjetiva diferente do modelo binário direita-esquerda, provocaram uma resposta, reativa e identitária, nos mecanismos de poder nacionais. Diante do comportamento viral da multidão brasileira, operou-se uma restauração violenta na direção de uma esfera política binária e arcaica, aparelhada sob os velhos parâmetros dos partidos e da inacabável campanha pelas eleições presidenciais. Vemos aí um movimento do qual participam, especialmente, a nova extrema direita e as forças progressistas.

Mas, afinal, por que designamos como *virais* a tríade de insurgências expressas nas Jornadas de Junho, nas ocupações secundaristas e na greve dos caminhoneiros? Depois que o Brasil experimentou a crise pandêmica ligada ao novo coronavírus sob a governança, altamente irresponsável, de Jair Bolsonaro, tal designação pode pa-

recer grosseira ou mesmo ameaçadora. Segundo Emanuele Coccia (2020), o vírus é, antes de tudo, uma força anárquica de metamorfose, pois circula de vida em vida sem obedecer às fronteiras corporais, contorna o planeta desprovido de pertencimentos a um único indivíduo e comporta incrível capacidade de mutação. Vírus são forças de novidade, transformação, modificação e exprimem a inconveniente verdade de que “não somos senão identidades genéticas de uma bricolagem multiespecífica” (COCCIA, 2020). Essa pandemia transnacional, que rearranjou a vida humana no planeta Terra, mostrou que mesmo o menor ser vivo pode paralisar a civilização humana. O vírus convida a um tipo específico de desequilíbrio natural no qual os seres são essencialmente migrantes e, nesse sentido, ocupam frequentemente as casas uns dos outros. Ele é vida que cai de um corpo ao outro, de uma espécie para outra, de um reino a outro por intermédio do nascimento, da nutrição, do toque e, também, da morte que, em seguida, se tornará vida em outro ser.

Tal como os vírus, quando emergem no campo político e subjetivo, as destituições virais incitam a composição de outras formas de vida: uma afirmação da horizontalidade sobre a verticalidade, da fluidez sobre a restrição circulatória, da micropolítica sobre a macropolítica, do devir sobre o porvir, do contágio sobre a politização piramidal ou dos ratos sobre a velha máquina do navio. A legitimação maquinopolar tem, ao contrário, a função de operar uma grande restauração antiviral sobre tais maquinismos destituidores, promovendo um bloqueio da duplicação das células consideradas infectadas. Sua aparente triunfante vitória sobre as destituições maquinicas se deu por meio de dois vetores: a esquerda e a direita. Em conjunto, tais vetores imprimem uma forte restauração das verticalidades hierárquicas, exercendo suas operações altamente rígidas e centralizadoras contra as linhas acentradas, pós-identitárias, horizontais e metamórficas das oscilações virais.

Figura 1 – A esfera política brasileira



Fonte: Davis Moreira Alvim e Izabel Rizzi Mação, 2019.

## INTERRUPÇÃO CONECTIVA

Nossa hipótese passa pelo entendimento de que a radicalização projetiva da atual polarização política entre direita e esquerda – e sua legitimação maquinopolar – é uma resposta reativa ao devir viral que arrasta os brasileiros, especialmente depois de junho de 2013. Trata-se de um mecanismo de controle e separação que opera em benefício não apenas de uma sobrevivência, mas da reinstalação da dominação do sistema partidário e representativo polarizado. Com seu *firewall* identi-

tário e seu *anti-spyware* policialesco, a nova configuração legitimadora produz novas direitas e esquerdas, com amplo controle de suas plataformas enraizadas em identidades rígidas e subjetividades policiadas. Ao mesmo tempo, ela também corta ou separa, com incrível precisão, a potente conexão horizontal que dá vida às destituições virais.

Mas o que, exatamente, a máquina polarizadora separa, divide ou corta? Em *The mask and the flag: Populism, Citizenism, and Global Protest*<sup>1</sup>, Paolo Gerbaudo (2017) sugere que a grande novidade do movimento das acampadas, desencadeados de forma global a partir de 2011, está na proposição de uma intensa conexão entre, de um lado, a emergência de uma nova espécie de populismo e, de outro, as dimensões autonomistas e neo-anarquistas. Tais dimensões, quando conectadas, produzem um *novo cidadanismo*, representado pelas bandeiras nacionais (*the flag*) e pela máscara de Guy Fawkes (*the mask*).

Erguidas durante a Primavera Árabe, bem como em protestos na Grécia, na Turquia, na Espanha e no Brasil, as bandeiras nacionais simbolizam união nacional contra regimes políticos opressores, busca de independência contra a colonização econômica externa e senso de solidariedade popular contra inimigos comuns. Segundo Gerbaudo é um populismo que comporta diferenças em relação aos elementos xenofóbicos que se insinuam em governos como o do presidente norte-americano Donald Trump e em movimentos como o “Brexit”, cujo resultado foi a saída do Reino Unido da União Europeia. O populismo democrático reivindica, diversamente, soberania popular – entendida como controle coletivo da comunidade política sobre seu próprio destino – e move uma luta contra oligarquias formadas por especuladores financeiros, lobistas, além de políticos corruptos e autoritários.

Já a máscara de Guy Fawkes – utilizada pelo personagem central do filme *V de Vingança* (2006) – é o outro símbolo das revoluções

1 Em tradução livre “A máscara e a bandeira: Populismo, Cidadanismo e Protesto Global”, ainda sem lançamento no Brasil.

de 2011. Sorridente e bigoduda, ela indica reivindicações de liberdade em uma configuração libertária. Evoca influências neo-anarquistas presentes no arco dos movimentos de protesto nas sociedades pós-industriais, como os levantes de 1968 na Europa e o movimento anti-globalização dos anos 1990 e 2000, expressando desconfiança contra corporações multinacionais, bancos e governos. Assim, enquanto a primeira tendência indica uma ação de massa voltada para a construção de políticas populares pela união do povo, a segunda sugere a ação participativa por meio de processos decisórios mais horizontalizados e a valorização das singularidades individuais.

A conexão entre a bandeira e a máscara forma o que Gerbaudo chama de “cidadanismo”. A partir de um populismo libertário, participativo e sem lideranças, o novo cidadanismo reivindica que os indivíduos sejam membros ativos da comunidade política e que participem, diretamente, de todas as decisões importantes. Ou, ainda, trata-se do poder dos cidadãos comuns contra os privilégios das elites políticas, dos mercados financeiros, dos super-ricos, tecnocratas e políticos de carreira, acusados de governar distantes dos desejos e necessidades da maioria. Segundo Gerbaudo, as acampadas são o “ano zero” para um novo progressivismo do século 21, profetizando uma democracia que vem.

Em *Vertigens de Junho: os levantes de 2013 e a insistência de uma nova percepção*, Alexandre Mendes (2018) sugere que o traço mais importante do livro de Gerbaudo é reconhecer que o movimento das acampadas cria novos atores políticos “monstruosos”, ou seja, uma força revolucionária com características enigmáticas. O enfrentamento às bandeiras dos velhos partidos e movimentos sociais não anunciaria nenhuma forma de fascismo, ignorância ou direita disfarçada, mas, antes, um movimento iconoclasta que pratica uma aliança ampla e heterogênea entre pessoas comuns em busca de mais democracia. As denúncias feitas pelas multidões com relação às práticas

de corrupção não são, necessariamente, um signo de moralização conservadora, mas “uma estratégia política concreta para enfrentar a expropriação da democracia através de uma percepção compartilhada por toda a população” (MENDES, 2018, p. 125).

Mendes (2018) indica, porém, que *The mask and the flag* é um livro com certas limitações para compreender as manifestações sociais na América Latina. Ao contrário das acampadas europeias e norte-americanas que, num contexto de recessão econômica, se insurgiram contra a tecnocracia financeira geradora da crise de 2008, nos países latino-americanos se operou uma insurgência contra as torções soberanistas realizadas por governos progressistas. Para Mendes, Gerbaudo negligencia o papel do governo de Dilma Rousseff na organização de diversas repressões contra as manifestações de 2013 e, portanto, seu papel na destruição da aliança que se forjou entre os manifestantes brasileiros.

É importante para nós esta sugestão, feita por Mendes (2018), para quem houve *uma separação entre as máscaras e as bandeiras nacionais*. Talvez devêssemos dizer que, no contexto brasileiro, tratou-se de uma separação entre dois tipos de camisetas: a camisa verde e amarela, muito utilizada durante as Jornadas de Junho de 2013, e a camiseta negra, que cobre os rostos dos adeptos da tática *black bloc*. Ou, ainda, em nossos próprios termos, a máquina polarizadora, com seu *firewall* e seu *anti-spyware*, opera uma cisão violenta entre o levante do cidadão que conclama pela união do povo contra a corrupção das oligarquias nacionais e os ativismos ou militâncias que reivindicam um levante horizontal, combativo e autônomo. Não cessamos de pagar o preço por essa cisão.

A máquina polarizadora impõe sobre as destituições virais uma cisão que as separa em duas plataformas disjuntas. Na primeira plataforma, o cidadanismo democrático – expresso entre as linhas de Junho por meio de reivindicações como as de “saúde e educação padrão

FIFA” ou de combate à corrupção – reconfigura-se em tonalidade excludente e autoritária. Seus elementos democráticos e universais são desinstalados em prol de uma nova configuração: o “cidadão de bem” ou o “patriota”. Sua insígnia está, agora, reduzida a fazer uma “arminha com a mão”, gesto amplamente utilizado por Bolsonaro e seus seguidores em sua campanha presidencial. Enquanto isso, entre as esquerdas, busca-se, de muitas formas, desinstalar as linhas autônomas e horizontalizadas para reinstalar uma militância eleitoreira cada vez mais dependente do carisma de Lula da Silva e da hierarquização partidária. Uma das expressões da opção antijunho está no fato de Fernando Haddad – prefeito que governava a cidade de São Paulo durante os diversos massacres policiais perpetrados contra manifestantes em 2013 – ter sido o candidato que representava as esquerdas no segundo turno das eleições de 2018.

Praticam-se diferentes formas de interrupção conectiva. A máquina bolsonarista foi extremamente eficaz diante das lutas virais. Fazendo amplo uso das redes sociais em sua campanha, Jair Bolsonaro (2018) prestou apoio à greve dos caminhoneiros, criticando figuras da grande mídia que condenaram a greve, denunciando a indústria das multas, apontando o problema dos roubos de carga e aderindo às principais bandeiras do movimento, como, por exemplo, a denúncia dos reajustes frequentes nos preços dos combustíveis realizados pela Petrobras. Encerrando uma de suas populares *lives*, o atual presidente sugeriu, nada mais nada menos, que o movimento dos caminhoneiros seria mais importante para o Brasil do que qualquer eleição (YOUTUBE, 2018). No ano seguinte, Ernesto Araújo (2019), ministro das relações internacionais de Jair Bolsonaro, profere um discurso intitulado “O Brasil está de volta” (*Brazil is back*), no qual sugere que a nação estaria de volta ao lugar correto. Ao recuperar a trajetória histórica desse processo, Araújo elege seu ponto de origem: as manifestações de Junho de 2013. Trata-se, segundo ele, da revolta contra um sistema político-econômico que não forneceu os serviços ou oportunidades econômicas que as pessoas desejavam

e, também, de uma revolta cultural contra a apropriação do discurso público pela mídia “politicamente correta” que, mais tarde, reemergiu de forma mais madura nas manifestações favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Embora Bolsonaro e Araújo não tivessem nenhum papel proeminente durante Junho de 2013, seus discursos sugerem que a orientação da nova extrema direita seria de proximidade e tentativa de canalização dessas revoltas.

Por outro lado, encontramos posições diferentes e, em certo sentido, mais conservadoras, entre os líderes de esquerda. Por exemplo, em 2017, no Ato pela reconstrução do Estado Democrático de Direito, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diante de aplausos efusivos, Luiz Inácio Lula da Silva disse que “esse país ainda não foi compreendido desde o que aconteceu em Junho de 2013. Eu acho que nós nos precipitamos em achar que 2013 foi uma coisa democrática” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2017, 1h,49m,11s). Em março de 2015, o então líder do PT na Câmara, Sibá Machado (PT-AC), sugeriu que a agência norte-americana CIA (*Central Intelligence Agency*) estava coordenando as manifestações de 2013, com o objetivo de enfraquecer os governos da América do Sul “não alinhados” (CARVALHO, 2018). Chegou-se ao ponto de, em palestra realizada nas academias de polícia, a pensadora de esquerda Marilena Chauí ter classificado, diante de sua plateia militar, a tática *black bloc* como fascista (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). E ainda Guilherme Boulos, coordenador do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), repudiou a ação da tática *black bloc* em sua Frente Povo Sem Medo (BOLDRINI, 2018).

Não é surpreendente que a direita bolsonarista possa ter assumido uma tonalidade aparentemente antissistêmica, uma vez que parte significativa das esquerdas operou com uma configuração física e um suporte lógico desatualizados e conservadores em relação às lutas virais. As máquinas de esquerda não souberam operar os



*uploads* apropriados, tratando as emergências virais enquanto *malwares* a serem combatidos. Ou ainda, a máquina conservadora de direita soube operar *copylefts*, enquanto, à esquerda, as lutas foram colocadas sob a lógica dos *copyrights*. Dessa maneira, a entrada bolsonarista no jogo político brasileiro implicou uma mudança na dinâmica da máquina polar que acabou dando à extrema direita uma feição estranhamente insurgente.

As Jornadas de Junho, as ocupações secundaristas e a greve dos caminhoneiros expressam uma dinâmica viral que coloca o sistema político do Brasil em questão, disparando um poderoso processo viral de lutas. As máquinas políticas, à direita e à esquerda, não demoraram, porém, a investir sobre tais tramas acentradas e fluidas, propondo sua reorganização sob regimes mais duros e hierárquicos. Enquanto a extrema direita soube surfar de forma oportunista nas revoltas emergentes no Brasil, a esquerda partidária, por sua vez, não esteve nem próxima de estar à altura dos levantes virais. Para além de uma oposição entre a esquerda e a direita, o conflito mais intenso da história recente do Brasil se faz entre, de um lado, uma nova forma de legitimação, maquínica e polarizada, levada a cabo pela nova extrema direita e por boa parte das forças progressistas de esquerda; e, de outro lado, as destituições virais, expressas nos levantes de Junho de 2013, nas ocupações secundaristas e na greve dos caminhoneiros. São duas linhas de referência que estão em razão inversa: enquanto uma escapa, a outra detém; enquanto uma deserta, a outra impede a continuidade da fuga; enquanto uma cria, a outra gerencia. Dessa forma, entre os desafios da esquerda brasileira, está não apenas a vitória eleitoral contra a extrema direita, mas, também e principalmente, renovar-se a partir das lutas virais.

# 2

## coletivos e ocupações estudantis: a fênix, o leão e a criança<sup>2</sup>

2 O texto que se encontra neste capítulo faz parte de uma pesquisa de pós-doutorado realizada no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI/Ufes), sob a supervisão de Alexandro Rodrigues. Foi reescrito e atualizado para a publicação deste livro. Somos imensamente gratos aos movimentos Fala Boca, Icacheou e Vai ter shortinho, sim!, aos coletivos Cineclube Nome Provisório, Colorifes, Feminifes e Melanina e aos secundaristas ocupados das escolas Aristóbulo Barbosa Leão, Irmã Maria Horta e Maria Ortiz pelas conversas, pelo aprendizado, pela afetividade e pela atenção dispensados. A publicação original pode ser encontrada em: <http://https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647747/15184>

A escola pode, perfeitamente, se transmutar em um espaço de democracia plena administrado pelos estudantes, onde há prazer nas aprendizagens e horizontalidade nas relações. Primeira flor de junho (Ortellado, 2016), primavera secundarista (Ubes, 2016), escolas de luta (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016), aula de cidadania (Kóka, 2016), revolução secundarista (Oliveira; Puerta, 2016), anarquismo temporário (Moreira, 2015) ou, quem sabe, um dos gestos coletivos mais arrojados da história atual do Brasil (Pelbart, 2016): essas são algumas das maneiras de expressar as potências das resistências secundaristas brasileiras. As ocupações de escolas varreram o território nacional e quase todos os estados da federação tiveram escolas ocupadas. São movimentos que se insurgem contra medidas governamentais – como o projeto de “reorganização escolar” no estado de São Paulo, a instituição do Novo Regime Fiscal (PEC 55/2016) ou a medida provisória de reforma do ensino médio (MP 746/2016) – mas tendem, ao mesmo tempo, a reivindicar melhorias nos processos educativos e experimentar novas formas de estar e aprender juntos. O texto que se segue foi escrito em meio a um trabalho intenso em relação aos “ocupas”: visitas, participação em redes de apoio, vigílias nas portas das escolas, realização de atividades com secundaristas e, enfim, entrega de alimentos e produtos de higiene, alguns sutilmente escorregados entre os portões em momentos de proibição policial.

As ocupações são parte de uma rede mais ampla de lutas secundaristas. Coletivos, movimentos e protestos têm se tornado experiências cada vez mais virais nos espaços escolares. São meninas que se movimentam contra a regulamentação de seus uniformes escolares dizendo “vai ter shortinho, sim!” ou “legaliza a *legging!*”, meninos que usam shortinhos em apoio aos movimentos femininos, alunos e alunas que celebram o fim da distinção de gênero em seus uniformes, protestos pelos direitos das minorias, car-

tazes colados nas paredes, coletivos que experimentam relações horizontais e movimentos que denunciam opressões perpetradas no ambiente escolar. Trata-se de confrontar medidas administrativas e, simultaneamente, criar outras formas de estar e lutar nas escolas por meio do diálogo com movimentos sociais, rodas de conversa, arraiais de ocupação, cineclubes, formação de coletivos, produção de curtas-metragens, ocupações de recreios, composição de músicas, organização de rádios escolares e, ainda, grupos de dança, teatro e poesia.

Nossa proposta é cartografar resistências secundaristas, indagando em que medida a construção da democracia e a conversação entre as diferenças podem ser suscitadas por operações de resistência no campo educativo, especialmente na forma de coletivos, ocupações e protestos. Pretendemos desdobrar aquilo que as lutas secundaristas comportam em termos de potência inventiva, “ainda que de modo balbuciante ou embrionário, de novo, de inaugural, de fundante” (Pelbart, 2016). Nesse sentido, desejamos compreender em que medida as lutas dos estudantes produzem contornos de processos educativos e convivências mais autônomos, envolvendo possibilidades da construção de uma educação horizontal. Para tanto, encontraremos mais de perto alguns processos de resistência específicos, como o movimento “Vai ter shortinho, sim!”, organizado por estudantes do Colégio Anchieta em Porto Alegre – RS, as experiências dos coletivos Feminifes, Colorifes, Melanina e Icacheou, formados no contexto das lutas estudantis no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) na cidade de Linhares – ES, o Cineclubes Nome Provisório e o Movimento Fala Boca, que emergiram na Escola Irmã Maria Horta, em Vitória – ES; além das experiências entre os movimentos secundaristas de ocupações brasileiras.

## ESCOLAS DE RESISTÊNCIA

Mas o que entendemos por resistência? Diante de poderes que submetem e oprimem, invariavelmente, operam resistências. Judith Revel (2012) se aproximou da noção de resistência com o objetivo de compreender as lutas que possibilitam o rompimento com “o círculo dialético que transforma insidiosamente todo contrapoder em um outro poder” (Revel, 2012, p. 107), evitando defini-la como um mero hiato de libertação, necessariamente reabsorvido pelas relações de poder ou, ainda, como simples reações invertidas ou especulares. Forças que operam na negatividade – sob as formas da supressão e do aniquilamento – não podem ser chamadas de resistências que, por sua vez, funcionam sobretudo no terreno mais difícil, raro e pleno da positividade e da afirmação.

Gilles Deleuze (1996), sintetizando suas colaborações com Félix Guattari, sugere que nas ações resistentes não predominam a conservação, a permanência, a imobilidade ou a oposição ao movimento. O poder não é o responsável pela ação constituinte, uma vez que há certo primado das resistências sobre as relações de poder, que são formações secundárias, ou melhor, reterritorializações. Dessa forma, Deleuze e Guattari nos possibilitam pensar as resistências como fluxos capazes fazer o mundo fugir em direção a outros mundos possíveis, de tal maneira que não podem ser tomadas apenas como enfrentamentos fragmentários ou focos de luta contra os mecanismos de poder (Rodrigues; Alvim, 2016).

Algumas formulações de Michel Foucault (2006) ressaltam o aspecto produtivo das relações de poder e aparentam dar certa ênfase ao aspecto opositor das resistências sob o papel “de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão” (Foucault, 2006, p. 106), ou seja, um funcionamento que tende à participação no jogo

do poder. Contudo, progressivamente, o filósofo passou a destacar o aspecto criativo das resistências, entendidas sobretudo como força criadora de vidas, prazeres, amizades, éticas e políticas. Nesse sentido, a “resistência vem em primeiro lugar, e ela fica superior a todas as forças do processo” (Foucault, 2014, p. 257), passando a ser uma palavra-chave na dinâmica das relações de poder.

Michael Hardt e Antonio Negri (2016) concordam que não se deve pensar as relações de poder como primordiais e as resistências como simples reações. Se o poder se exerce sobre sujeitos livres é importante ressaltar que não só a liberdade é anterior a ele como, mais importante, as resistências operam esforços “para fomentar, expandir e fortalecer essa liberdade” (Hardt; Negri, 2016, p. 99). Resistência e liberdade constantemente ultrapassam as relações de dominação e, por isso, comportam potências para liberar novas forças criativas que vão além da simples oposição.

As forças resistentes, portanto, são sempre duplas: são combativas, uma vez que enfrentam e recusam determinadas relações de poder, mas sobretudo criativas, já que incessantemente propõem, de forma autônoma, a reorganização das relações sociais, não somente desafiando as normas instituídas, como também propondo novas formas de convívio, amor e de maquinação do comum. Nômades, as resistências envolvem, a um só tempo, o confronto, a conexão em rede e os fluxos de invenção autônoma capazes de transformar, por exemplo, “os procedimentos que utilizamos habitualmente ao designar o que pode/não pode ser feito, o que é aprender, o que é ensinar, o que é participar” (Heckert, 2004, p. 156).

A máquina escolar não está livre do atravessamento reativo do poder e nem das ações resistentes. Nela opera a produção de uma subjetividade sujeitada e reativa que tende a fechar ou controlar as possibilidades de liberdade e criatividade. A naturalização de hierarquias, as micropenalidades (como as ocorrências, as suspensões

ou as transferências), a atribuição de notas, a obrigatoriedade da presença ou do silêncio e a obediência ao comando sonoro do sinal não são simples resquícios do passado, mas um jogo binário de negatividades e positivities voltados para a organização, reativação, conservação e efetivação das relações capitalistas pelas capilaridades sociais (Carvalho; Camargo, 2015).

O aparelho escolarizador arranja um espaço de circulação de discriminações de diversas ordens, como o etarismo, o racismo, o machismo, a LGBTfobia e tantas outras formas de normalização. Para Rogério Diniz Junqueira (2014) tais opressões não são elementos intrusos ou marginais, antes, são “elementos estruturantes do espaço escolar, onde são cotidiana e sistematicamente consentidos, cultivados e ensinados, produzindo efeitos sobre todos/as” (Junqueira, 2014, p. 101). É uma “pedagogia do insulto” que opera por meio de ações preconceituosas, medidas discriminatórias, constrangimentos, ameaças, ridicularizações, agressões físicas e medidas desumanizantes, constantes na cotidianidade escolar.

Paralelamente, porém, fluem problematizações e conexões que podem curto-circuitar a máquina escolar, instigando e convocando o pensamento a agir, ativando rupturas, atopias e engendrando novas experiências. A recusa a se submeter à disciplina escolar, a negação da coisificação de si e a produção de relações horizontais, por exemplo, fazem “oscilar, rachar, o caráter de totalização de uma instituição” (Guattari, 2004, p. 69), produzindo uma miríade de pequenas máquinas que, por meio da sabotagem criativa, esboçam sintomas da afirmação de outros mundos possíveis, da inserção e ação nos coletivos e, enfim, de cortes no sono dogmático da educação formal (Carvalho; Camargo, 2015). Diante da profusão das lutas secundaristas, talvez estejamos em condição de precipitar “relações experimentais e libertárias, em que ensinar e aprender sejam aventuras do pensamento” (Gallo; Figueiredo, 2015, p. 48).

## SHORTINHOS, ESPELHOS E BOCAS: COLETIVOS ESTUDANTIS

Uma das micromáquinas resistentes que se alastrou pelas escolas brasileiras foi a luta contra a desigualdade de gênero relacionada aos uniformes. Ganhou destaque nas redes sociais e na grande mídia o movimento “Vai ter shortinho, sim!”, organizado pelas alunas do Colégio Anchieta, na cidade de Porto Alegre. As alunas relatam que se insurgiram contra o posicionamento da instituição que não apenas proibiu o uso de shorts, mas fez uso de justificativas machistas para legitimar a interdição. Uma delas conta que “eles abordavam a menina falando que, se ela não trocasse de roupa, teria que sair da aula e ir para casa porque sua roupa poderia ‘causar acidentes’ e ‘distrair os alunos e professores’”<sup>3</sup>. O movimento operou três ações coordenadas: primeiro, a criação de um grupo de discussão virtual (com cerca de 300 alunas) que rapidamente levou à criação da página “Vai ter shortinhos, sim!” no *Facebook* (com mais de 20.000 curtidas); segundo, a criação de um abaixo-assinado “que em poucas horas recebeu mais de 3 mil assinaturas”<sup>4</sup>; e, enfim, um protesto na hora do recreio da escola no qual as meninas usaram camisas pretas e shortinhos.

Disponível no site Change.org (2016), a petição do movimento é um verdadeiro tratado político e pedagógico. Nela se denunciam as opressões da escola que, com a regulamentação do uniforme, reforçam o poder masculino, promovendo a ideia de que assediar é da natureza dos homens, culpabilizando as mulheres e colocando sobre elas a responsabilidade de evitar o assédio. O texto problematiza também o modelo de educação tecnicista que visa o treinamento para a prova

3 Relato enviado por participante do movimento “Vai ter shortinho, sim!”. **Relato 1** [13 set. 2016, 20:27] Porto Alegre. Messenger.

4 Relato enviado por participante do movimento “Vai ter shortinho, sim!”. **Relato 1** [13 set. 2016, 20:27] Porto Alegre. Messenger.



do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e reivindica a importância do que chama de educação social e política. Com essa expressão, as alunas manifestam seu anseio por uma educação que combata violências e, assim, criar um mundo em que as mulheres sejam respeitadas sem imposições estéticas sobre seus corpos e comportamentos, nem julgamentos sobre sua sexualidade. Promover educação social e política que debata a legalização das drogas e do aborto para que cesse a aniquilação das incontáveis vidas perdidas na guerra contra o tráfico e nos procedimentos abortivos ilegais; criar um mundo em que os cotistas também sejam tratados com respeito e exista laicidade na política. Enfim, que o capital não seja mais importante que a vida.

Embora não tenha tido êxito na mudança da regulamentação do uniforme do Colégio Anchieta, o movimento se conectou com outras resistências estudantis, suscitando ressonâncias onde menos se poderia esperar. Por exemplo, no Colégio Sinodal, em São Leopoldo, no Vale do Sinos, meninas e meninos, usando shortinhos, realizaram um protesto de apoio ao movimento (Vasconcellos, 2016). Enquanto isso, meninas do Colégio Etapa, em São Paulo, aderiram ao movimento promovendo uma síntese das táticas utilizadas nos colégios Anchieta e Sinodal: a criação de uma página no *Facebook*, a petição on-line (com mais de 4.000 assinaturas), o protesto com cartazes e o apoio dos meninos – que subiram a bainha de suas bermudas para ficarem mais curtas (Aguiar, 2016). Dessa vez, houve sucesso na mudança da regulamentação do uniforme.

No Instituto Federal do Espírito Santo, em Linhares, a regulamentação do uniforme também precipitou resistências. Uma delas veio com o coletivo Feminifes que, desde sua criação, se colocou “contra o silenciamento, o submetimento e a opressão das mulheres” (Feminifes, 2016) e procurou organizar uma agenda pública com ações em faculdades locais e em cursos de extensão. No verão de 2015, uma nova regulamentação de uniforme proibiu as alunas da instituição de utilizarem short, bermuda e calça *legging*, adotando a calça jeans como

única vestimenta regular permitida. As alunas do coletivo realizaram um protesto colando cartazes nas paredes da escola e reivindicando a legalização da *legging*. A história de luta do Feminifes guarda similaridades e diferenças com o movimento “Vai ter shortinho, sim!”. Também começou como “um grupo para comentar coisas entre meninas feministas”<sup>5</sup> e “acabou se tornando o local de manifesto de várias revoltas por conta de situações de violência vivenciadas por nós”<sup>6</sup>. Também teve como ponto de intensificação de suas ações a regulamentação do uniforme e as falas consideradas machistas na tentativa institucional de explicar a desigualdade de gênero nas roupas: “em especial, protestávamos contra a proibição da *legging*, visto que a justificativa para tal proibição era de um machismo absurdo”<sup>7</sup>.

Diferente do “Vai ter shortinho, sim!”, o Feminifes encontrou uma reação avaliada como agressiva por parte de setores da escola. Uma das participantes do coletivo contou que havia alunos dizendo “palavras de ódio nos corredores”<sup>8</sup> e “professores nos criticando em sala de aula”<sup>9</sup>. Algumas participantes relataram ainda que saíam das aulas para chorar mediante os comentários de alguns docentes e alunos: “naquela semana que os cartazes estavam colados, chorei todos os dias”<sup>10</sup>. Em resposta ao machismo institucional, alguns alunos e alunas escreveram de batom nos espelhos dos banheiros femininos frases de empoderamento (você é linda!) e no banheiro masculino frases contra o machismo (machistas não passarão!). O episódio dos espelhos acabou gerando mais reações negativas contra as mulheres do coletivo.

A resposta das secundaristas feministas foi intensificar sua auto-organização. Em suas redes sociais publicaram fotos de outros

5 Relato enviado por participante do Coletivo Feminifes. **Relato 2** [14 set. 2016, 23:32] Linhas. WhatsApp.

6 Ibid.

7 Ibid.

8 Ibid.

9 Ibid.

10 Ibid.

escritos nos banheiros, ignorados pelos críticos, e sugeriram que a preocupação com o batom nos espelhos era seletivamente machista. Afirmaram ainda que, apesar das escritas no banheiro não serem deliberação do coletivo, se colocavam firmemente em apoio às alunas perseguidas pelo ato. Apesar – ou por causa – dos conflitos, o campus do Ifes revogou a portaria de uniforme, que foi reformulada, permitindo o uso da calça *legging*.

A auto-organização feminina serviu ainda de exemplo para que outras minorias também se organizassem, surgindo em seguida o Colorifes, um coletivo de alunos e alunas LGBT, além do Icacheou e o Coletivo Melanina, voltados para as questões étnico-raciais. Entre as muitas potências advindas da participação nos coletivos da escola, alunas e alunos ressaltaram o apoio mútuo quando o “professor veio me perguntar o que as feministas achavam disso (como sempre faz) e aí outras meninas responderam no meu lugar”<sup>11</sup>, a percepção de agora ter “capacidade de falar o que eu penso em público sem medo e melhor também”<sup>12</sup>, o empoderamento para “me sentir negra, gorda e bonita, porque o Ifes trouxe um balde cheio de amor próprio pra mim”<sup>13</sup>, a criação de “um interesse mais forte pela política e pelas coisas da coletividade”<sup>14</sup>, além do fim do desejo de “matar o gay dentro de mim”<sup>15</sup>. Mesmo o processo de dor, advindo da escrita nos espelhos, fez uma aluna achar “força no desespero: encontrei a mim mesma enfrentando as violências que sofri porque escrevi nos espelhos”<sup>16</sup>.

A escola Irmã Maria Horta, localizada na cidade Vitória, capital do Espírito Santo, também vivenciou uma profusão de resistências entre seus muros. Entre elas se destacam o Cineclube Nome Provisório e o Movi-

11 Entrevista coletiva com participantes dos coletivos Colorifes, Coletivo Melanina e Icacheou. **Entrevista 1** [20 set. 2016] Linhares. Arquivo de mp3. 01h 32min 18s.

12 Ibid.

13 Ibid.

14 Ibid.

15 Ibid.

16 Ibid.

mento Fala Boca. O cineclube foi criado em 2012 com o desejo explícito de deslocar as coisas e fazer oscilar o espaço escolar “com o propósito de exibir, transmitir e espalhar coisas maravilhosas pro público” (Cineclube Nome Provisório, 2016). Em seguida, como uma espécie de desdobramento das atividades do cineclube, surgiu também o Movimento Fala Boca, que buscava combater o que chamaram em sua página do *Facebook* (2016) de “um cenário silenciador e repleto de opressões cotidianas” por meio de manifestações culturais, artísticas e denúncias que visavam demonstrar o mal-estar dos e das estudantes com o cotidiano escolar.

Os encontros com o Cineclube Nome Provisório são marcados por abraços e partilha de carinhos. Uma presença no ar expressa uma história de luta e de dor. O termo “acolhimento” é repetido inúmeras vezes nas narrativas para descrever a experiência de participar do cineclube pela primeira vez. No decorrer das conversas a palavra aparece em seu significado pleno: trata-se da experiência de “construir relações mais horizontais”<sup>17</sup>, onde a fala seja partilhada e respeitada por todos e todas e as hierarquias que marcam o aparato escolar sejam questionadas. Não se trata apenas de exibir e debater filmes, mas de, conscientemente, construir novas relações e outras maneiras de existir: “a criação de horizontalidade é um desejo nosso”<sup>18</sup>. O cineclube é um local onde secundaristas conseguiam se sentir bem na escola, de resto marcada por uma lógica que lhes era hostil – com os sinais, as chamadas, as notas e as avaliações.

O cineclube é entendido como um lugar de *intermezzo*, um espaço híbrido que não pertence completamente à escola mas, ao mesmo tempo, não está completamente fora dela. Segundo um dos participantes, trata-se de “usar de forma estratégica o espaço institucional”<sup>19</sup> para “‘afetizar’ as relações”<sup>20</sup>. O cineclube é “da escola”, quando é

17 Entrevista coletiva com participantes do Cineclube Nome Provisório e do Movimento Fala Boca. **Entrevista 2** [1 out. 2016] Vitória. Arquivo de mp4a. 01h, 28min, 54s

18 Ibid.

19 Ibid.

20 Ibid.

necessário fazer uso do aparato institucional, mas, na verdade, apenas ocorre “na escola”, pois privilegia sua autonomia em relação ao dispositivo disciplinar escolar. “Não queríamos ser um braço pedagógico da escola”<sup>21</sup>, explica um dos participantes do coletivo. A horizontalidade confunde as pressuposições hierárquicas de diretores/as, professores/as e mesmo de pesquisadores/as que insistem, de maneira equivocada, em entender que “o professor coordenador” (Cazé, 2015, p. 84) estava (ou não) presente nas sessões cineclubistas, sem notar, contudo, que são todos e todas coordenadores – ou, melhor ainda, que não há coordenadores/as.

Entre as principais potências despertadas pela experimentação no coletivo foram citados o prazer de colorir o cinza da escola caminhando pelos corredores com os rostos pintados, “perturbando o cotidiano da escola”<sup>22</sup> com cantos coletivos que repetiam “o cineclubista vem aí! o cineclubista vem aí!”<sup>23</sup> e o sentimento de autonomia ao realizar sessões sem a presença de professores. Um dos relatos que mais nos chamou a atenção veio de um participante que contou ter criado uma nova relação com a educação em que não é mais o professor quem conduz e planeja as ações de forma centralizada, sendo de responsabilidade estudantil programar e administrar atividades, como escolher os filmes, organizar os debates, fazer inscrição em editais de fomento e calcular o tempo adequado do evento. “O professor não pode ser colocado num pedestal”<sup>24</sup>, resumiu.

Como um desdobramento das atividades do cineclubista surgiu, na mesma escola, o Movimento Fala Boca. Por meio de uma dinâmica de ocupações de recreios, o movimento teve por objetivo a crítica das opressões praticadas no cotidiano escolar. Para isso, produziu um curta-metragem, disponível no *YouTube* (2016), chamado “Escola

21 Entrevista coletiva com participantes do Cineclubista Nome Provisório e do Movimento Fala Boca. Entrevista 2 [1 out. 2016] Vitória. Arquivo de mp4a. 01h, 28min, 54s.

22 Ibid.

23 Ibid.

24 Ibid.

sem opressão – Movimento Fala Boca”, que inicia com um grupo de alunos e alunas repetindo a frase “escola sem opressão! escola sem opressão!” e em seguida anuncia: “não aceitaremos mais: desmandos, autoritarismos, machismos, racismos e homofobias dentro da escola”. Um projeto é colocado pelo curta-metragem: uma escola que respeite a pluralidade de subjetividades discentes e que garanta o exercício da autonomia, uma escola sem opressões, plural, sensível, horizontal, libertária e mais humana.

O aparelho escolar tensionou ao limite quando o movimento organizou um evento com a temática “Qual escola não queremos? Quais escolas queremos?”, em que estudantes fizeram uso do microfone para comentar situações de opressão que viviam no cotidiano escolar e houve o que se entendeu como um “boicote por parte da coordenação da escola”<sup>25</sup> que, em seguida, levou à decisão administrativa de encerrar as atividades do cineclube sob a justificativa de que suas ações ameaçavam “a paz no espaço escolar”<sup>26</sup>. O Cineclube Nome Provisório e o Movimento Fala Boca foram impedidos de funcionar na escola, que deliberou pelo fim das atividades de ocupação do recreio e instaurou um processo administrativo contra o professor que integrava as ações junto com o grupo.

A ação resistente dos secundaristas poderia ter se encerrado com o remanejamento de sala ou de turno de estudantes vinculados ao Cineclube Nome Provisório e ao Fala Boca, com o processo administrativo contra o professor, com a proliferação de “tratamento do-

25 CINEBLUBE NOME PROVISÓRIO. **Nascer:** sob os olhos de quem nascemos? Narrativas tecidas do tempo Fala Boca do Cineclube Nome Provisório [texto não publicado que narra a história do Cineclube Nome Provisório e do movimento Fala Boca, gentilmente cedido pelo coletivo], 2016. Cf. também a nota de repúdio escrita pelo movimento disponível em: <<https://www.facebook.com/cinenomeprovisorio/posts/1036878006404951>>

26 CINEBLUBE NOME PROVISÓRIO. **Nascer:** sob os olhos de quem nascemos? Narrativas tecidas do tempo Fala Boca do Cineclube Nome Provisório [texto não publicado que narra a história do Cineclube Nome Provisório e do movimento Fala Boca, gentilmente cedido pelo coletivo], 2016.

cente indiferente e ou ríspido aos discentes envolvidos”<sup>27</sup> ou com a proibição da continuidade das atividades desses movimentos. Porém, o cineclubes continuou operando de forma intensa em outras escolas, em espaços educativos não formais e participando ativamente da vida cultural e política do Espírito Santo. No momento em que escrevemos, um desfecho potente e irônico aconteceu: o colégio Irmã Maria Horta – o mesmo que coibiu as atividades dos movimentos – foi ocupado pelos secundaristas e, em seu primeiro cronograma de atividades, a página Ocupa Irmã Maria Horta (2016) no *Facebook* anunciou: “19:00h – exibição do Cineclubes Nome Provisório”.

## UMA FÊNIX POUSOU NA ESCOLA

A partir de outubro de 2016 o Espírito Santo foi surpreendido por uma onda de resistências que contou com mais de 50 escolas ocupadas em cerca de duas semanas. A disseminação das “ocupas” não estava desconectada da rede de resistências secundaristas que já operava por meio de protestos, movimentos, coletivos e até mesmo tentativas abortadas de auto-organização que vinham fazendo a geografia escolar oscilar. Nesse sentido, além de se insurgirem contra as medidas governamentais, as ocupações não deixavam de comportar revoltas contra as relações de poder que impedem, regulam e desestimulam os processos de resistência discentes, durante o período regular das aulas.

Em algumas escolas, ocupantes improvisaram um jogo de inversão disciplinar, fazendo com que os profissionais da educação sentissem na pele as opressões que estudantes vivenciam continuamente

27 CINECLUBE NOME PROVISÓRIO. **Nascer:** sob os olhos de quem nascemos? Narrativas tecidas do tempo Fala Boca do Cineclubes Nome Provisório [texto não publicado que narra a história do Cineclubes Nome Provisório e do movimento Fala Boca, gentilmente cedido pelo coletivo], 2016.

nos colégios. Um integrante do coletivo O Mal Educado narra que, no colégio Heloisa de Assumpção, em Osasco-SP, depois de ter tentado retirar as faixas da ocupação no dia anterior, a diretora retornou à escola e escutou da comissão de segurança da ocupação que “hoje vocês não entram, chegaram atrasados. O sinal já bateu” (*apud* Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016, p. 90). No mesmo sentido, no colégio Irmã Maria Horta, em Vitória, um professor tentou entrar na escola durante a ocupação e foi impedido. O docente argumentou que a ocupação estava impedindo seu direito de ir e vir. Imediatamente, um dos estudantes responsáveis pela segurança do portão rebateu: “tipo do mesmo jeito que você me proíbe de beber água, ir no banheiro e entrar durante as suas aulas?” (informação verbal)<sup>28</sup>.

Para além da simples inversão das opressões escolares, as ocupações ajudam a experimentar uma escola mais democrática, horizontal e prazerosa (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). Em Vitória visitamos a ocupação da escola EEEFM Maria Ortiz para um estudo coletivo do projeto de lei Escola sem Partido (PL 193/2016). Fomos recebidos por uma comissão de segurança predominantemente feminina. Uma das alunas nos levou para conhecer a escola ocupada. Ela nos apresentou as salas de aula, a cozinha e a sacada do colégio com sua bela vista para o porto de Vitória. Tudo estava impecavelmente limpo e organizado. Em seguida fomos conduzidos para a sala onde ocorreria a atividade. Ainda estava acontecendo uma roda de conversa sobre gênero e violência contra a mulher em que alunas e alunos relatavam casos de machismo no ambiente escolar e familiar. Alguns secundaristas nos perguntaram qual seria o tema a ser trabalhado e respondemos “Escola sem Partido, a popular ‘Lei da Mordação’” e parte da sala comemorou animada.

<sup>28</sup> As informações e diálogos relacionados às ocupações capixabas provêm diretamente dos acontecimentos que presenciamos no trabalho da Rede de Apoio às Ocupações Capixabas e nas atividades oferecidas nas escolas ocupadas. Não realizamos entrevistas formais ou gravação dessas atividades, com exceção da roda de conversa realizada na Escola EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão, gravada por iniciativa dos e das ocupantes que, gentilmente, nos concederam o arquivo.



Durante a leitura do projeto de lei, um dos trechos que mais provocou indignação foi o que diz respeito ao “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções” (BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 193, 2016, Art. 2º). Reagindo ao artigo da lei, alguns problemas com as famílias foram ressaltados. Um secundarista se declarou portador de autismo leve e relatou que seus pais haviam tratado sua condição como indício de possessão demoníaca durante grande parte da sua infância. De forma emocionada, contou sobre seu processo de autocontrole da doença feito de forma solitária e autônoma – sem ajuda médica. O tema das roupas femininas retornou quando uma estudante disse que, desde que passou a usar shortinhos, sua mãe a proibiu de sair de casa e convocou amigas para rezarem contra o demônio que estaria em seu corpo. Houve ainda indignação geral com o projeto por sua preocupação em punir professores que estimulam estudantes a participarem de manifestações, mas negligencia casos em que o docente diz, por exemplo, que uma mulher de short curto está pedindo para ser estuprada.

Já cansados do trabalho exaustivo nas redes de apoio às ocupações capixabas, fomos convidados para fazer um “aulão para o Enem” na ocupação da Escola EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão, na Serra. Embora hostis ao modelo do chamado “aulão”, acatamos o desafio. Quando chegamos ao colégio encontramos um grupo de estudantes esgotados devido aos três “aulões” seguidos que haviam assistido. Em conversa com os e as ocupantes decidimos mudar a proposta para uma roda de conversa no refeitório da escola. Iniciamos a atividade falando sobre nossa experiência nas visitas às outras ocupações, relatando o que havíamos visto e aprendido. Rapidamente um conjunto de narrativas se fez.

Um dos ocupantes achou curioso o espanto de um professor com a quantidade de estudantes, tidos como indisciplinados e problemáticos pelo corpo escolar que, porém, se engajavam cumprindo

as regras coletivas e participando, ativamente, das aulas promovidas na ocupação. Insinuou-se ainda que a ocupação dilui as individualidades e reforça a lógica coletiva por meio das assembleias, da aproximação entre estudantes que antes se hostilizavam e do suporte em momentos difíceis: “a gente quer saber como o outro está, isso é mágico!”<sup>29</sup>, exclamou uma ocupante. Os ocupantes também ressaltaram mudanças na relação com seus pais. Em alguns casos contou-se que, a princípio, os pais reprovavam as ocupações mas que, com o tempo, alguns entenderam o movimento. Um deles ressaltou que foi dormir em casa um dia e sua mãe o chamou logo cedo: “acorda menino, você não vai pra ocupação?”<sup>30</sup>.

Na mesma ocasião, uma aluna ressaltou que as atividades nas “ocupas” são mais interessantes do que as aulas regulares em que alunos e alunas são obrigados a “escutar, ficar quieto e fazer o dever”<sup>31</sup>. Na ocupação, ao contrário, “é tudo muito diferente”<sup>32</sup>, pois “você não é aquela coisa de copista, você não precisa copiar porque está aprendendo”<sup>33</sup>. Outro estudante complementou ainda que “o mais legal é que quem está organizando isso tudo é a gente”<sup>34</sup>. Um ocupante evangélico explicou que conviveu com um grupo de amigos que odeiam homossexuais, que abominam o contato, dizendo que, agora, dorme lado a lado com seu novo amigo gay e jamais irá permitir novamente que falem ou tratem LGBT dessa forma: “pô velho, são irmãos, são irmãs, como a gente pode querer distância? (...) eu tô saindo daqui uma pessoa nova, uma pessoa transformada”<sup>35</sup>. Enfim, outro ocupante concluiu: “poderíamos ser vistos como uma fênix, porque quando nossos preconceitos chegaram aqui eles

29 Roda de conversa feita com participantes do Ocupa ABL. **Roda de conversa 1** [3 nov. 2016] Vitória. Arquivo de mp4a. 55min, 54s

30 Ibid.

31 Ibid.

32 Ibid.

33 Ibid.

34 Ibid.

35 Ibid.

morrem e nós renascemos pessoas renovadas”<sup>36</sup>. Ao final, aconteceu um abraço coletivo, embalado pelo já clássico canto dos secundaristas ocupados: “ocupar e resistir! ocupar e resistir! ocupar e resistir!”.

Embora as resistências secundaristas possuam suas singularidades, em linhas gerais pode-se indicar elementos comuns. Entre os coletivos e as ocupações ressaltou-se que as atividades diversificadas e dinâmicas estimulam a aprendizagem, sendo indicadas como mais produtivas e prazerosas que o excesso de aulas expositivas, a repetição dos exercícios e as cópias de trabalhos no quadro. Os estudantes se veem empolgados diante do desafio de se auto-organizar, criando, por exemplo, programações de atividades, marcando e realizando reuniões entre si ou com a administração da escola e gerindo coletivamente páginas na internet. Coletivos, ocupações e protestos tendem ainda a produzir um espaço comum entre estudantes de diferentes turmas, turnos e grupos de afinidade, antes divididos e esquadrinhados pela lógica espacial e temporal disciplinar da escola.

Estamos vivenciando um processo de resistências, no sentido forte do termo. São movimentos contra as discriminações, as abordagens tendenciosas das mídias tradicionais, a centralização administrativa das escolas, a mercantilização da educação e a certas propostas de lei governamentais. Ao mesmo tempo são resistências inventivas, que delineiam um espaço de experimentação educacional e político, configurando uma alternativa real ao que está dado no campo da política representativa e das escolas disciplinares. Os secundaristas desenham uma contínua renovação de ações criativas e constituintes (Mendes, 2015) e inventam sociabilidades que levam à reapropriação do espaço disciplinar e normalizador da escola.

Trata-se da pré-figuração de formas coletivas de liberdade e responsabilidade direcionadas pela busca da horizontalidade de pro-

<sup>36</sup> Roda de conversa feita com participantes do Ocupa ABL. Roda de conversa 1 [3 nov. 2016] Vitória. Arquivo de mp4a. 55min, 54s.

cessos decisórios, pela inexistência de líderes – exceto “lideranças” informais de caráter organizativo – e, desse modo, pelo ensaio de uma cultura autonomista (Corrêa, 2016) ou de uma espécie de temporalidade autônoma (Negri; Hardt, 2015). Por um lado, as ocupações funcionam como investida “momentânea” sobre o espaço escolar, prefigurando uma educação horizontal e autônoma, por outro, os coletivos e os movimentos se instauram com um pouco mais estabilidade nas escolas propondo, incessantemente, uma (re)educação que comporte, por exemplo, a diversidade de gêneros, de etnias, de orientações sexuais e que respeite a inclinação de alunas e alunos para organizar suas próprias atividades educativas.

As lutas estudantis com as quais nos encontramos desmentem as perspectivas anunciadas de que alunos e alunas em luta são vítimas de operações doutrinadoras da parte de seus professores e professoras. Antes, suas resistências se depararam com forte oposição do corpo escolar. Nas ocupações que visitamos, bem como nas práticas dos coletivos, foram várias as tentativas de desmobilização, crítica e difamação da parte do corpo docente e administrativo. Não encontramos indícios de que as lutas em torno de temáticas feministas, raciais e LGBT, por exemplo, tenham partido de professores ou mesmo de discussões sobre tais temas em sala de aula – em geral apontadas como inexistentes ou insuficientes. Em alguns casos, os professores e professoras que ensaiaram algum apoio a esses movimentos sofreram sanções administrativas, perderam seus empregos ou ficaram com um sentimento de exclusão e perseguição em seu ambiente de trabalho. Estamos, sem qualquer dúvida, diante de práticas resistentes amplamente autônomas e, em grande medida, contrárias às práticas pedagógicas de suas escolas.

Enquanto as resistências secundaristas produzem cada vez mais experiências plurais e ensaiam um comum nas lutas, as relações de poder e as noções de propriedade que perpassam as instituições educacionais, em suas formas estatais ou privadas, parecem incapazes

zes de captar a nova realidade, a saber: as lutas secundaristas formulam novos princípios de ampla relevância política e educacional. Para além da dualidade enrijecida entre o público e o privado e da polaridade, igualmente pernicioso, entre capitalismo e socialismo, uma espécie de tratado de alunologia vai sendo redigido, reivindicando um modelo de autogestão não apenas participativo, mas radicalmente democrático. São experiências politicamente potentes que a governança representativa e as administrações escolares – mergulhada em suas próprias crises – tendem a ver como ameaça, baderna ou infantilidade, tamanho é o desafio que as resistências secundaristas apresentam.

A convocação da imagem da fênix feita pelo estudante “ocupado” na Escola Aristóbulo Barbosa Leão expressa uma potência para a transmutação. Rica em variações, a história do pássaro parece comportar ao menos duas constantes: a força para transportar cargas pesadas enquanto voa e o processo de renascimento pois, quando morre, entra em autocombustão, renascendo das próprias cinzas (BULFINCH, 2006). A fênix está presente no imaginário contemporâneo por suas aparições em grandes produções cinematográficas como, por exemplo, no escritório do bruxo Alvo Dumbledore, personagem da saga *Harry Potter* e no codinome da mutante Jean Grey, uma das heroínas mais poderosas entre os *X-Men*.

A fênix encerra em si as três metamorfoses narradas por Friedrich Nietzsche (2007): como o espírito se torna camelo, como o camelo se torna leão e, finalmente, como o leão se torna criança. O camelo é um animal transportador, é a “besta de carga” (NIETZSCHE, 2007, p. 40), sua função é carregar o peso dos valores estabelecidos e os fardos da educação, da moral e da cultura. O leão, por sua vez, é um destruidor, deseja liberdade, autonomia e, por isso, exerce “o direito sagrado de dizer não” (NIETZSCHE, 2007, p. 41), partindo as estátuas, pisoteando os fardos e dirigindo a crítica a todos os valores. Por fim, o leão transforma-se em criança para produzir um novo

começo e criar novos valores, princípios e mundos. Há certo risco ao anunciarmos tão rapidamente essa fórmula de Nietzsche, mas não há exagero em afirmar que os e as secundaristas em luta não suportam mais carregar o fardo da escola e sua máquina produtora de corpos dóceis. Coletivos, ocupações e protestos secundaristas avançam contra e além das submissões escolares, não apenas para criticá-las por seus preconceitos, suas exclusões e sua incapacidade de produzir autonomia, mas também para reivindicar outras formas de estar junto, de inventar e aprender em comum. A fênix secundarista não quer mais voar carregando o peso morto do aparelho escolar, por isso, sua morte em fogo vai sendo anunciada, aqui e ali, indicando o desejo pelo frescor de um novo começo.

Não há nada de necessário ou evolutivo na fórmula insinuada por Nietzsche. As resistências secundaristas permanecem em aberto e suas potências não estão livres de serem esmagadas por relações de poder que emergem no intuito de controlar as novas forças. No entanto, suspeitamos que uma outra escola e uma outra educação só são possíveis se experimentamos a escuta radical dos e das secundaristas e nos propomos a trabalhar e lutar “com” e “ao lado” deles e delas. Talvez a única conclusão possível venha na forma de uma coincidência feliz. Depois de quase três semanas sem retornar à universidade devido ao trabalho de apoio às ocupações, voltamos para uma aula. Na saída, já tarde da noite, passamos ao lado de uma reunião de universitários que ocupavam o prédio das Ciências Sociais e da Geografia. Observamos uma gatinha brincando no jardim e paramos para acariciá-la. Quando estávamos indo embora, uma ex-aluna, uma das primeiras participantes do coletivo Feminifes que estava na ocupação, nos chamou para um abraço apertado. Então, ela disse algo mais ou menos assim: “já conheceu nossa gatinha, né? O nome dela é Resistência”.

# 3

como cartografar  
resistências?

Cartografar o contemporâneo é espreitar suas lutas. A Revolução da Liberdade e a Revolta das Padeiras, respectivamente na Tunísia e na Islândia, o grande ciclo de manifestações no Egito, a generalização das insurreições árabes, o movimento dos indignados na Espanha, a grande mobilização estudantil entre 2011 e 2012 no Chile, o movimento *Occupy Wall Street* e as ondas de protestos Hong Kong de 2019 são apenas alguns exemplos da complexa rede de lutas que se insurgiu durante o século 21. São resistências que afirmaram “nossa demanda é simples: não nos matem” (Bülow, 2016) e ecoaram na frase do norte-americano George Floyd quando, ao ser asfixiado por um policial, pronunciou sua última frase em vida: “I can’t breathe” (eu não consigo respirar). Declarações que dispararam uma multiplicidade de protestos antirracistas nos E.U.A e que poderiam, perfeitamente, terem sido ditas por um morador das periferias brasileiras. As multidões do território brasileiro não ficaram alheias ao panorama mundial, como mostraram a Revolta do Buzu em Salvador, a Revolta da Catraca em Florianópolis, o ciclo de revoltas dos estudantes capixabas de 2011, as Jornadas de Junho de 2013, as marchas contra o genocídio da população negra, os atos dentro das paradas LGBT – como a encenação da crucificação da atriz e modelo transexual Viviany Belebónin em São Paulo –, as ocupações de escolas públicas por estudantes secundaristas e as manifestações feministas #EleNão que se colocaram a contra a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

Diante desses fluxos de subjetividades emergentes, novas e velhas formas de reação e negatividade do poder também afloraram. Para focarmos apenas no âmbito latino-americano observa-se, por exemplo, a oposição vigorosa e mesmo o impedimento de governos desenvolvimentistas que se apresentam à esquerda, bem como tentativas de barrar as discussões sobre gênero, orientação sexual e pluralidade religiosa nas escolas, além de repudiar as interpretações marxistas sob a alegação de serem doutrinadoras (Chiozzini, 2016). Em um contexto de ascensão da extrema direita mundial é urgente car-



tografar as linhas, os afetos, as melodias e as ondulações resistentes. A prática cartográfica vem de um diálogo indireto entre os filósofos Gilles Deleuze e Michel Foucault, o que faz dela uma espécie de criação a quatro mãos conectada a certa tradição nietzschiana (Filho; Teti, 2016). Em versão supersônica, cartografar é o oposto de mapear territórios buscando regularidades, trata-se, ao contrário, de encontrar campos de forças e potências, procurando preferencialmente os movimentos às posições fixas. Cartografa-se, por exemplo, jogos de verdade, enunciações, enfrentamentos, modos de subjetivação, de estetização de si e lutas pela invenção de um comum. Diante da composição dos dispositivos, apontam-se linhas de fuga, rupturas e fraturas. A pergunta que gostaríamos de nos colocar é simples e direta: como cartografar resistências? Pergunta metodológica antes que teórica, uma vez que gera sugestões híbridas ou monstruosidades anárquicas.

## O QUE É UM CONTRADISPOSITIVO?

A cartografia é, entre outras coisas, uma maneira de desembranhar um dispositivo, como se desfizéssemos um novelo. Segundo Gilles Deleuze (1992, p. 159), é “preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal”.

Mas o que é um dispositivo? Em um dos raros momentos em que Michel Foucault (1999, p. 244) definiu o conceito ele explica que:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições fi-

losóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. (...) Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

O dispositivo comporta, portanto, ao menos três pontos. Primeiramente, trata-se de um conjunto heterogêneo, linguístico e não linguístico, que compreende discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, “virtualmente qualquer coisa”, pois o dispositivo é uma rede que conecta elementos. Em segundo lugar, o dispositivo desempenha uma função estratégica e se inscreve em relações de poder. E, por fim, encerra em si uma *episteme*, permitindo distinguir aquilo que é ou não aceito como enunciado válido em uma formação histórica. Giorgio Agamben (2005) adverte que não se deve reduzir o dispositivo a uma tecnologia específica do poder, pois ele admite um novelo que atravessa cada uma dessas técnicas e forma uma rede de conexão. Por outro lado, não devemos pensar que com esse conceito encontramos o funcionamento universal das relações de poder, obtido pela somatória de todos ou por abstração, pois elas estão dentro de um campo historicizado.

Já para Deleuze (1992), o dispositivo envolve quatro dimensões. As duas primeiras são duas máquinas: a primeira faz ver, a segunda faz falar. Todo dispositivo contém, por um lado, um regime de visibilidades que permite distinguir entre zonas de luz e escuridão e, por outro, um regime de enunciados que distingue palavras, frases e proposições: o asilo como local de visibilidade da loucura, a medicina como dizibilidade da desrazão, a prisão como espaço que vê e faz ver o crime, a

delinquência como forma de dizê-lo. Em seu livro sobre Foucault, Deleuze (2005, p. 58) explica que “cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável”. O saber é formado justamente pela combinação ardilosa entre o visível e o enunciável.

A terceira dimensão do dispositivo é constituída pelas linhas de força. São elas que retificam, manejam e operam o movimento entre o “ver” e o “dizer”, ou seja, funcionam como flechas que entrecruzam as coisas e as palavras. Trata-se de uma dimensão fluida que imprime dinâmica ao dispositivo, uma vez que arranja e rearranja suas regiões e impõe-lhes certo funcionamento. Ou seja, a terceira dimensão é constituída pelo campo das relações de poder. Contudo, para além dessa linha de força que *envolve*, existe também a *ultrapassagem* ou *transposição* dessas mesmas linhas. Nesse sentido, Deleuze indica ainda a subjetivação como quarta dimensão do dispositivo. Enquanto o poder funciona por uma espécie de compromisso entre uma linha e outra, a subjetivação implica uma dobra, quando a linha volta-se para si mesmo e escapa das dimensões do poder e do saber. Nessa dimensão, a linha de força perde sua concordância linear com as outras forças, recurva-se ou volta-se para si mesma, como uma espécie de “agulhão que deve ser implantado na carne dos homens, cravado na sua existência”, que “constitui um princípio de agitação” ou “de permanente inquietude no curso da existência” (Foucault, 2006, p. 11).

As definições anteriores sugerem, portanto, que a noção de dispositivo comporta os diferentes vetores atravessados pelo pensamento de Foucault: o saber, o poder e a subjetivação, embora esse último plano não tenha presença garantida em todos os dispositivos. Diante disso, a pergunta que gostaríamos de colocar é a seguinte: que relações são possíveis de se estabelecer entre as resistências e o dispositivo? Agamben (2007, p. 65) não ignora a questão, mas busca fora da noção de dispositivo – mais precisamente na ideia de “profanação” – as formas de resistência ou, como ele mesmo chamou, o

“corpo-a-corpo” que deseja “liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos” (Agamben, 2005, p. 14). Deleuze (1992) enfrenta a questão apenas quando Fati Tricki o questiona sobre como ou onde introduzir nos dispositivos a possibilidade de destruição das técnicas de servidão. Em resposta, Deleuze argumenta que apenas uma análise apropriada de um dispositivo em particular pode dizer se as linhas de fratura encontram-se no nível do poder, do saber ou da subjetivação.

Se cartografar é desfazer um dispositivo, cartografar resistências é grifar o que chamamos de *contradispositivo* (Alvim, 2012). Uma cartografia das resistências compreende que poder e resistências estão em relação, enquadrados em certa impossibilidade de escapar um ao outro por completo, embora as lutas se recusem a participar inteiramente do funcionamento do dispositivo, optando por pervertê-lo, desqualificá-lo, deturpá-lo, recusá-lo por completo e, principalmente, criar contra ele. Não nos parece apropriado conceber um dispositivo sem levar em consideração a afirmatividade destrutiva e criativa de suas linhas de resistência. As resistências são imanentes ao funcionamento do poder, agem, por vezes, como réplicas políticas, sempre múltiplas, acentradas, o que nos leva a pensar também que, sem elas, os próprios dispositivos tornar-se-iam estáticos e, no limite, vazios. Se o dispositivo compreende uma rede conectada por relações de poder, as resistências podem funcionar como contradispositivos na medida em que não cansam de inverter, recusar, reorganizar, perverter e recriar contra o funcionamento de suas relações de dominação. Ou então, um contradispositivo procede não apenas desregulando as engrenagens ou o *hardware*, mas cria máquinas e inventa plataformas.

Quando busca responder à questão “o que é um dispositivo?”, vimos que Deleuze indica, como uma de suas dimensões, as relações de força. Porém, um ponto que precisa ser repensado é o seguinte: para explicar esse vetor que maneja, canaliza e retifica visibilidades e dizibilidades, essa força que é invisível e indizível e que se embarça

em todas as outras linhas do dispositivo, é ao campo do poder que Deleuze se remete. Contudo, não seria mais exato definir essa dimensão como constituída, ao mesmo tempo, por um vetor-resistência e um vetor-poder? O próprio Deleuze (1993) já havia se perguntado sobre certa inconveniência do conceito de poder para definir as relações de força. Por isso, se o saber é definido como uma relação entre duas máquinas irreduzíveis uma a outra, o mesmo não aconteceria com a dimensão das relações de força? Somos levados a pensar que a linha de força é, na verdade, dupla. Ou então, são duas linhas imanentes, dispersas e fluidas, que circulam em conjunto pelo dispositivo e nele se embarçam. Assim, poderíamos conceber as resistências como algo além de um complemento necessário ao poder, mas também como um vetor próprio do dispositivo, um traço do qual ele não consegue livrar-se e com o qual ele entra em combate; uma linha que ele persegue e espreita, mas que, por outro lado, o ameaça, enfrenta e recusa. Duas linhas que não são equivalentes.

A linha difusa das resistências nunca é suprimida. Ela irrompe por todo o dispositivo, em geral guardando com a linha do poder uma relação bastante próxima, embora exterior e heterogênea. Ameaça formar um contradispositivo na medida em que transporta o potencial de contaminar o dispositivo, infectando fragmentos do visível e do dizível – produzindo novas maneiras de ver e falar – ou intensificando processos de subjetivação – e inventando outras configurações de si. As resistências tornam-se contradispositivo quando, menos do que atacam uma manifestação específica das relações de poder, elas desestabilizam sua circulação pelo dispositivo, afetando sua ação administradora geral.

O contradispositivo se forma quando essas linhas atingem uma velocidade tal que ameaça desestabilizar o dispositivo, pois há um momento em que elas *escapam em conjunção*, a ponto de forçar o movimento reativo das linhas do poder e desafiá-las a organizar uma

nova configuração que, sem dúvida, almeja capturar as linhas fugidias. Trata-se de um campo interior ao dispositivo, mas que é também capaz de atravessar seus limites ou perfurar suas extremidades. Toda linha de resistência comporta essa ameaça virtual: inventar um contradispositivo por perfuração, fuga ou contaminação. Difusão e fluidez são potências próprias das resistências. Suas tramas e sua liquefação podem, contudo, encontrar um devir comum que envolve, em um movimento, as maneiras de produzir os questionamentos religiosos, as migrações, os saberes, as estéticas de si e as revoltas sem a necessidade de um órgão central de coordenação. Trata-se, sem dúvida, de minar um ponto de apoio das relações de poder, mas também subverter e reinventar a rede que faz o poder circular. Quando levadas ao seu termo, as resistências *contradispositivam*, o que quer dizer que elas deixam o poder em defasagem, nem que seja apenas por um momento.

Cartografar resistências implica em avaliar os momentos em que as resistências *contradispositivam*. Para essa cartografia das fugas inventivas é importante notar que, perante as linhas fugidias, os poderes agem, preferencialmente, por estratificação, seleção e administração, enquanto as resistências operam linhas de fuga, colocando-se como matéria desestratificada e desterritorializada. Resistências e poder são dois vetores que não possuem uma mesma natureza. É preciso pensar as resistências como linhas ou vetores entrelaçados e, em certa medida, separados do poder. Trata-se também de sugerir que ela pode mudar diferindo de si mesma, de forma ativa e afirmativa, possuidora de uma lógica e um movimento próprios que não acompanha mecânica ou dialeticamente as oscilações do poder. O poder, por outro lado, embora certamente produtivo, opera reações secundárias de totalização, manipulação e canalização dos desejos dissidentes. A lição cartográfica é não tomar os mistos por uma realidade homogênea, de forma a fazer perceber que as instâncias molares e moleculares do poder se esforçam para capturar o contradispositivo e, no limite, pará-lo, o que só pode ocorrer em uma operação secundária ou uma reação.

A configuração de um contradispositivo pode ser encontrada, por exemplo, nas lutas contra o processo escravista brasileiro. Durante a vigência do processo de escravização, os escravizados praticavam pequenos furtos, fingiam ignorância diante das ordens, promoviam sabotagens, incêndios e fugas enquanto, ao mesmo tempo, construíam estratégias solidárias de sobrevivência, religiosidade, dança, amor e afetividade. Essas recusas criativas se voltavam contra questões precisas, como um rompimento brusco das relações afetivas por ocasião de uma venda ou contra castigos considerados excessivos (Chalhoub, 1990, p. 57) enquanto, ao mesmo tempo, se colocavam contra a vigência do processo escravizador, como mostra a Revolta dos Malês que chegou a ambicionar a tomada do governo e propor o fim do catolicismo. Alguns historiadores insistiram em atribuir o fim da legalidade da escravidão aos sentimentos da princesa Isabel de Bragança, ao humanismo dos movimentos abolicionistas brancos ou às necessidades econômicas do capitalismo industrial inglês. Tais explicações, contudo, não levam em conta as revoltas e a efervescência política dos próprios escravizados em seus contradispositivos de combate e criação.

O peso das revoltas e das organizações negras nas decisões dos políticos profissionais está expresso na imensa quantidade de comutações de penas de escravos condenados à prisão – em todo o Brasil cerca de metade dessas “graças” dirigiam-se aos escravizados revoltados do sudeste. O vigor das resistências era ainda potencializado pelo medo da elite brasileira de que os escravizados brasileiros repetissem a fórmula da Revolução do Haiti (1791-1804). Mesmo as mudanças legais que lentamente levam ao fim da legalidade do processo de escravização no Brasil, como as leis do Ventre Livre (1871), a nº 3.310 (1886) – que proíbe a aplicação de castigos corporais aos escravos foragidos – e a dos Sexagenários (1887), só se tornaram eficazes porque foram acompanhadas pelo avolumamento das fugas, dos ataques, das revoltas, da formação generalizada de quilombos e mesmo das festas que celebravam as conquistas negras e que ameaçaram a

circulação do poder branco e escravocrata por meio de uma conexão gigantesca entre as lutas. Em uma palavra: a prática escravizadora encerra-se mediante a formação de um contradispositivo negro<sup>37</sup>.

A incursão de Michael Hardt e Antonio Negri (2005a) na parábola bíblica do geraseno indica o plano específico em que um contradispositivo opera. Com algumas variações, Marcos, Lucas e Mateus (1996) relatam que quando Jesus chega à província dos gerasenos, depara-se com um homem conhecido por transformar cadeias em pedaços e “grilhões em migalhas” (Marcos, 1996, p. 35). Ao encontrar-se com o endemoninhado que vagava entre túmulos e montes, Jesus pergunta-lhe o seu nome e o endemoninhado responde “Legião é meu nome, porque somos muitos” (Lucas, 1996, p. 59). Hardt e Negri localizam um ponto importante na parábola: a confusão entre os sujeitos singular e plural. A força demoníaca é contradispositivante pois promove uma indistinção entre “eu” e “nós” no formato da união instável de uma legião. Esse atributo próprio dos seres infernais é também uma característica dos contradispositivos. O termo *legio* expressa o grande número, a reunião de muitos (cerca de seis mil homens), mas indica também a capacidade do grupo de formar uma unidade e agir em conjunto, ainda que momentaneamente. Trata-se de um número indefinido, fugidio, não porque não pode ser contado, mas porque opera uma espécie de destruição da distinção numérica em prol da transitoriedade e da conectividade.

As forças resistentes que contradispositivam são ao mesmo tempo uma e muitas. Deparamo-nos, assim, com sua estranha unidade, unidade que existe virtualmente, unidade que se apresenta como conexão descentralizada. “O contradispositivo vem aí!”, uma vez que não para de ameaçar os dispositivos, espreitando suas rachaduras, produzindo brechas e inventando circuitos por onde uma conexão virótica

37 Agradecemos à Lavinia Coutinho Cardoso e Larissa Evelyn pelas correções e sugestões no que diz respeito às revoltas de negros e negras contra o processo escravizador.



está por se fazer. Nos termos de Paul B. Preciado (2013), trata-se de uma “rede viva descentralizada” na qual ao invés de se dizer “poder”, se diz “potência” e ao invés se de dizer “integração”, se diz “código aberto”. “Eles dizem homem-mulher, branco-negro, humano-animal, homossexual-heterossexual, Israel- Palestina. Nós dizemos: você sabe que teu aparelho de produção de verdade já não funciona mais...” (Preciado, 2013). Eis a ameaça virtual que indica a instalação de um ou mais contradispositivos: sua rede de circulação de poder não funciona(rá) mais!

## ONDE HÁ RESISTÊNCIAS, HÁ PODER: O QUE É RESISTÊNCIA?

Mas, afinal, o que é resistência? Trata-se de pensar as resistências em si mesmas, independentes das categorias do negativo. Busca-se, assim, romper o enquadramento que privilegia o viés do poder, uma vez que as molduras precisam ser rompidas e os enquadramentos permitem evasão – tal como as poesias de Guantánamo puderam ser recuperadas por advogados dos direitos humanos e expostas ao mundo (Butler, 2015b).

Fazendo alusão ao mestre de capoeira Almir das Areias e sua fórmula – em todos os movimentos tu deves ser como a corrente do rio que contorna o rochedo –, indica-se a questão paradoxal das resistências: não é a obra de arte nem o jogador que se opõem a uma ordem ou força, “inversamente, é uma certa ordem do mundo ou uma estrutura social dada que, como o rochedo, constitui uma força de resistência contra a corrente da vida” (Dumoulié, 2007, p. 1). Ou ainda, é João Pedro – em entrevista para o documentário Bichas (Parente, 2016) – quem afirma: “a bicha não deve só resistir, mas reexistir”, pois resiste aos ataques homofóbicos justamente quando se reinventa e se

reimpõe na sociedade, criando formas de estar junto. Ou seja, encontramos forças resistentes que tendem ao enfrentamento generalizado dos poderes e, ao mesmo tempo, criam modos de viver ou de estar junto. Nômade e microfísica, as resistências não podem deixar de captar uma potência que envolve, em um só tempo, o enfrentamento e a destruição dos núcleos duros, mas também o fluxo da invenção.

Nas últimas décadas, uma diversidade de pesquisadores demonstrou que as resistências não são bem compreendidas quando associadas exclusivamente ao desejo pelo poder. Segundo Foucault (1988, p. 91-93), assim como não existe um grande poder, não existe um local único de recusa: “a” resistência se move para a pluralidade. Tais resistências fragmentadas e focais parecem estar bem expressas nas “vidas breves” que Foucault (2003, p. 203) costumava encontrar em suas pesquisas nos arquivos do internamento do Hospital Geral e da Bastilha. Na penumbra em que estavam, tais vidas foram encontrados pelos holofotes do poder que, ao menos por um instante, prestou-lhes atenção, perseguiu-os e os espreitou. Uma formulação sugestiva surge daqui, pois, para Foucault, o ponto mais intenso das vidas, sua mais intensa capacidade de resistência estaria expressa, justamente, no instante em que elas colidem e se debatem com o poder:

Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força de uma relação com o poder? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas (FOUCAULT, 2003, p. 203).

Uma cartografia das resistências acena para a compreensão de que os corpos são produtos de relações de forças que o compõem, ou seja, são fenômenos múltiplos e sua aparente unidade é sempre uma “unidade de dominação” (DELEUZE, 2001, p. 63). Segundo a leitura deleuzeana de Nietzsche, as forças inferiores são chamadas de “reativas” pois exercem funções de conservação, de adaptação e de utili-

dade. Exercidas por meio de regulações, elas exprimem o poder das forças dominadas. As forças ativas, por sua vez, são inconscientes, superiores, espontâneas, agressivas, conquistadoras e transformadoras, indicam incessantemente novas direções e exercem uma misteriosa “primazia fundamental” (Nietzsche, 1998, p. 67). Deleuze (2001) segue Nietzsche de perto quando afirma: ser ativo é tender para a potência.

Contudo, é preciso deixar os termos explícitos para evitar contrassensos. “Apoderar-se” quer dizer ser capaz de impor formas, ou melhor, criar formas, explorando as circunstâncias, pois “assenhorear-se é uma nova interpretação” (NIETZSCHE, 1998, p. 66). A força ativa afirma sua diferença e faz dela uma forma de gozo ou alegria, a reativa, por sua vez, funciona separando, limitando e restringindo. Existe algo de administrativo na reação, enquanto algo da ordem da criação se exprime na afirmação. A força ativa é plástica, agressiva e predomina sobre a simples adaptação ao meio.

Uma das características centrais da reatividade talvez seja sua dependência das forças ativas. Ela só pode existir quando se coloca em relação ao ativo. Sua existência é “relativa à”, ou seja, não é capaz de se afirmar por si própria. Temos aqui uma aproximação entre poder e a reatividade. O poder tem afinidade com a reação, sua função é re-agir por meio do controle das forças ativas, exerce ficção em relação a tudo aquilo que tende a agir ativamente e criar. Sua situação é instável, eternamente rancorosa e pregadora do ódio às diferenças, pois está frequentemente ameaçada por forças que desejam ultrapassar sua lógica adaptativa, nutritiva e reguladora. Justamente por isso ele precisa barrá-las, impedi-las e não deixar que cheguem ao seu termo: o poder funciona separando – e não exatamente reprimindo.

O poder tende para a reatividade e seu funcionamento depende fortemente de um exercício de separação. O poder é essencialmente reativo, pois se predispõe a ser tomado por essa força, sua produtividade é antes um exercício de separação em relação a tudo aquilo que é ativo e

afirmativo. Por outro lado, as resistências dificilmente são inevitavelmente afirmativas, mas há uma linha que resiste por meio da afirmação. Se quisermos cartografar esse vetor é necessário aproximar resistência e criação para fazer surgir resistências ativas. Para Foucault, em primeiro lugar, está a potência estritamente resistente das resistências, ou seja, sua capacidade de enfrentamento, sua ação enquanto contrapoder. Porém, talvez devêssemos reformular sua fórmula que diz “lá onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1988, p. 91) e enunciar que onde há resistências, há poder, para dessa forma apontar o viés reativo que o poder tende a assumir e desapossá-lo das criações que ele meramente administra, enquanto, por outro lado, restituímos às resistências sua potência inventiva.

Um exemplo da importância da noção de resistência enquanto potência de criação pode ser encontrado na obra de Hardt e Negri (2005b), *Império*. Para explicar o confronto entre o que chamam de “multidão” e a organização do Império, os autores recorrem ao antigo emblema do Império Austro-Húngaro: uma águia de duas cabeças. Porém, ao contrário do símbolo original, no Império contemporâneo, as cabeças se voltam para dentro, como se estivessem encarando e atacando uma a outra. A primeira cabeça é constituída por uma máquina de comando biopolítica que, constantemente, propõe a ordem e a paz, apesar de efetivamente exercer seu poder por meio de uma ação militarista e policial. A outra cabeça representa uma pluralidade de subjetividades interligadas, que trabalham e produzem no mundo global, é produtiva, criativa e está em constante animação. Trata-se de uma multidão que vive dentro e contra o Império, em uma espécie de nomadismo universal. Contudo, as duas cabeças não se encontram no mesmo nível, pois a águia imperial se ergue contra a multidão e a submete ao seu comando, como um Leviatã pós-moderno.

O Império revela-se uma força produtora de submissão e obediência, mas é vazia, espetacular e parasitária. Segundo os autores, a multidão é a força viva da nova ordem contemporânea, ao passo que

o Império funciona como um aparelho de apropriação, que sobrevive à custa da vitalidade dessa multiplicidade a quem submete. É a multidão a verdadeira força-mundo, que cria redes, desafia as fronteiras e mundializa as lutas. Isso sugere a possibilidade de abandonar a perspectiva segundo a qual o poder é o núcleo da criatividade e das invenções humanas e, no mesmo sentido, recusar a enxergar a vida pelos olhos do poder, dando-lhe um crédito que deve ser buscado em outra linha de força.

Tomemos como exemplo a progressiva transformação dos movimentos LGBT e dos ativismos *queer* em supostas ameaças para as “famílias” brasileiras. Parte da cultura cristã e conservadora passou, repentinamente, a eleger as orientações sexuais que divergem da heteronorma – assim como os gêneros dissidentes – como pecados primordiais e modelares. Tal condenação, antes de voltar-se contra um ato sexual em si, expressa um exercício reativo contra o fato de que, cada vez mais, pessoas LGBT constroem comunidade e produzem coletivamente outras formas de ter prazer, de amar, de afetar, de fazer política, de fazer amizade e de estabelecer relações com a política. É justamente essa a razão do ódio contemporâneo aos LGBTs: a criação resistente e a contradispositivação do amor.

As orientações homossexuais, bissexuais e os gêneros dissidentes, por exemplo, antes relegados às esquinas escuras, aos motéis, à prostituição e aos guetos, agora reivindicam espaço e dignidade em plena luz do dia: na escola, na família, na política, na mídia, nos transportes públicos e nas ruas. Há uma fórmula anunciada por certas famílias aos seus filhos e filhas LGBT que resume bem essa perspectiva: “tudo bem ser gay, mas não precisa ser afeminado e sair por aí de mãos dadas com o namorado”. Isso sugere que não é à homossexualidade, à bissexualidade ou às pessoas trans, por exemplo, que se dirigem tais opressões, trata-se antes de uma hostilidade contra uma rede de conexão e amparo, contra a capacidade de inventar um comum, de ocupar os espaços e de construir relações e afetos de forma

relativamente autônoma das comunidades cristãs, heteronormativas e/ou cisgêneras. A maioria dos conservadores não deseja, exatamente, suprimir as diversidades sexuais e os múltiplos gêneros mas, antes, impedir que essa diversificação invente um comum de lutas. Ou seja, trata-se de barrar sua contradispositivação.

Os hereges e os grupos perseguidos jamais foram aqueles que simplesmente cometeram *um* pecado, mas os que ameaçaram formar uma nova conexão e anunciar outros amores. Nesse sentido, cartografar resistências implica em encontrar contradispositivos e criações resistentes, examinando as conexões entre as resistências e estudando como elas circulam pelos dispositivos produzindo maneiras de ver e falar, modos de subjetivação e, enfim, como trabalham para a criação de novas maneiras de estar junto. Quando contradispositivam, as resistências tendem inventar um comum que lhes permite agir em conjunto. Por *common* Hardt e Negri (2009) entendem não apenas os bens já dados pelo mundo material, como o ar, a água ou os frutos do solo, mas principalmente os resultados da produção social que são necessários à interação e a produção, tais como conhecimentos, linguagens, informações, afetos, imagens, entre outros. Um contradispositivo apresenta-se como ameaça ao poder uma vez que está focado na capacidade de ação e produção coletiva baseada no autogoverno. No extremo das deserções, as resistências querem formar a sociedade de forma autônoma. Para além das rebeliões guerrilheiras – que não raro apresentam resquícios de uma centralização arbórea e se tornam antidemocráticas – as multidões radicalizam a disseminação das redes democráticas e desafiam a circulação do poder.

Por toda a história as pessoas inventaram contradispositivos e resistiram pela criação combatente. Encontramos contradispositivos nos enclaves piratas formados pela mistura de ex-servos e ex-escravizados foragidos, criminosos, prostitutas e membros de tribos nativas voltados para a libertação de navios negreiros e para a expe-

rimentação da posse comunitária da terra, configurando contradispositivos que desafiam e criam contra a prática colonialista desde dentro, ocupando seus espaços “vazios” nos mapas e inspirando outras tantas “utopias piratas” (BEY, 2011). São invenções de um comum que se colocaram diretamente contra as relações de poder colonialistas, elaboraram formas diferentes de saber, de perceber a si mesmo e, enfim, inventaram novas maneiras de estar junto em conexão com outras experiências resistentes de suas épocas.

Porém, os contradispositivos não operam exclusivamente pela formação de zonas autônomas temporárias (Zats), uma vez que nem a territorialidade, nem o isolamento, são condições necessárias ao seu funcionamento. É mais comum que um contradispositivo opere por contaminação das linhas e trabalhe para retorcê-las as relações do poder de forma desterritorializada. A prática contemporânea das lutas feministas, por exemplo, cria uma dimensão ética e política entre as mulheres de forma dispersa e ampla, sem a necessidade de recorrer a uma territorialidade, inventando novas relações entre elas, que agora não apenas recusam o julgamento prévio do feminino (a vadia, a puta, a mulher estuprável, a divisão entre a mulher para casar e a mulher para transar), mas promovem conexão através de redes autoproteção e combate coletivo aos parâmetros das sociedades machistas. Trata-se de uma solidariedade desterritorializada, formando comunidades de mulheres sem sedes, nações ou fronteiras.

Os ciclos de lutas globais que se iniciaram a partir de 2011 a partir da Tunísia e da Islândia configuram redes e também esboçam um contradispositivo de criação e luta na medida em que, sem qualquer decisão formal ou órgão central de coordenação, operaram recusando todas as formas de representação, reinventando assim o antigo princípio anarquista segundo o qual as decisões seriam tomadas por assembleias, em geral em acampamentos e/ou ocupações nos quais se rejeita a concentração de poder em líderes e partidos, bem como o uso

das assembleias para fins de propaganda política (Castells, 2013, p. 102-105). São movimentos descentrados que reivindicam igualdade, liberdade e livre acesso ao comum, esboçam práticas políticas experimentais – como tomadas de decisões em assembleias e o exercício de formas pactuadas de proteção e participação das minorias – e, enfim, produzem subjetividades capazes de relações democráticas. Estão, assim, preparando o terreno para um futuro que não conseguem prever e redigindo “um manual de como criar e viver numa nova sociedade” (Hardt; Negri, 2014, p.138).

A própria comunidade LGBT não contradispositiva e inventa um comum unicamente criando guetos e espaços exclusivos, mas inventando conexões que se acoplam aos saberes, às instituições, às relações de poder, às políticas de Estado e às tecnologias de si. É por isso que a exaustiva pesquisa de Leandro Colling (2015) sobre as ações LGBT e *queers* na Argentina, no Chile, na Espanha e em Portugal encontra formas de luta significativamente próximas em torno do casamento civil igualitário e das leis de identidade de gênero e percebe, ainda, tensões semelhantes nas dinâmicas do próprio movimento – como a dificuldade de inserção das pautas transexuais, a invisibilidade dos bissexuais e a discordância em relação ao papel das lutas em torno da modificação das leis –, sem qualquer necessidade de grandes líderes ou órgãos duros de coordenação das lutas para que tais simetrias existam.

A atual ascensão da extrema-direita é, precisamente, uma reação violenta à contradispositivação das lutas. Contra o desmanche das fronteiras rígidas no campo das sexualidade e dos gêneros, promovido pelas lutas minoritárias na direção da criação de novas existências, poderes reativos e conservadores tentam reestabelecer as fronteiras supostamente naturais entre os sexos. Contra a propagação de coletivos de estudantes e ocupações secundaristas, a direita extremada tenta emplacar leis silenciadoras a partir dos projetos chamados Escola sem



Partido e promove, ainda, linchamentos virtuais com os professores considerados “doutrinadores”. Contra a avolumamento dos levantes globais que se iniciam principalmente a partir de 2011, o rancor político da extrema direita convoca o novo/velho nacionalismo para a construção de muros fronteiriços que impediriam os movimentos semi-nômades da multidão de imigrantes, que percorrem o globo em busca de melhores condições de vida, e a conjunção de resistências que ameaçam formar um contradispositivo assustadoramente mundializado.

As condenações do “politicamente correto” e do “globalismo” são, assim, extensões de uma tentativa, altamente reativa, de impedir que as lutas do mundo se contradispositivem. Ou seja, as novas direitas autoritárias propõem uma operação de separação. Ou ainda, uma reinstalação das fronteiras rígidas. De todas as fronteiras: entre o homem e a mulher, o cidadão bem e o imigrante ilegal (ou o “bandido”), o natural e o artificial, o Eu e o Outro, entre uma sexualidade e outra e, finalmente, o nacional e o mundo. Isso, porém, só pode ocorrer pois as esquerdas foram incapazes de responder às novas lutas e suas proposições de uma nova forma subjetiva: sem partidos, sem rostos, sem líderes – de maio de 1968 à Junho de 2013.

Cartografar é, portanto, urgente. É seguir com olhos vidrados as experiências ativas e afirmativas do agora. É experimentar sem medo as multidões que questionam radicalmente a democracia representativa e suas constelações ministeriais homogêneas e higienistas – ou seja, formadas quase exclusivamente por homens ricos, brancos, heterossexuais e cisgêneros –, é assumir como nossa a herança da luta mascarada, anônima e vândala dos estilhaçadores de vidraças, é fazer amor com os drones e afirmar para além da simples naturalidade biológica dos gêneros e das orientações sexuais plurais, assumindo seu potencial maquínico e produtivo, é não temer o plural dos femininos – as mulheres com pênis – e a afirmação dos feminismos, é aprender com pedagogia da ocupação dos alunos e alunas secundaristas e é, enfim, produzir no e o comum das lutas.

# 4

## cartografias do silêncio I: resistências e pós-modernidade<sup>38</sup>

<sup>38</sup> O texto que se encontra neste capítulo foi reescrito e atualizado para a publicação deste livro. A publicação original pode ser encontrada em: <https://revistas.marília.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/7699>

Em que mundo vivemos? A modernidade acabou? Como nomear o período histórico no qual vivemos? Seríamos todos e todas sapiens pós-modernos? Uma breve cartografia da noção de “pós-modernidade” pode nos dizer algo sobre as possibilidades e dificuldades das resistências em nossa época, por isso, propomos um mapeamento da discussão, abordando algumas de suas principais interpretações e buscando suas ressonâncias para o problema das resistências.

Segundo o exaustivo levantamento feito por Perry Anderson (1999), o termo *postmodernismo* foi empregado pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930, por Federico de Onís e designava um refluxo poético conservador dentro do próprio modernismo. Cerca de vinte anos depois, a mesma expressão foi retomada na monumental obra do historiador britânico Arnold Toynbee, *Study of History*. No oitavo volume, publicado em 1954, Toynbee chamou de “Idade Pós-moderna” o período iniciado com a guerra franco-prussiana, quando as classes médias dominantes na modernidade teriam perdido sua posição de mando, ameaçadas pela ascensão de uma classe operária industrial e pelo convite de sucessivas *intelligentsias* fora do Ocidente a dominar os segredos da modernidade e a utilizá-los contra o próprio mundo ocidental. Essa gênese é significativa, pois indica, desde os primórdios, duas formas distintas de compreensão do pós-moderno que irão perdurar durante o debate que se sucederá. No primeiro caso, a pós-modernidade é vista como “categoria estética”, no segundo, inaugura-se a conotação de “época histórica”, embora em boa parte das bibliografias posteriores a sugestão de que algo próximo a um movimento resistente possa ser a pedra angular da pós-modernidade, feita por Toynbee, tenha sido deixada de lado.

## CARTOGRAFIAS DA CONDIÇÃO PÓS-MODERNA: UM SILÊNCIO

A *condição pós-moderna* de Jean-François Lyotard (2006), publicada pela primeira vez em 1979, que marca a primeira apreensão propriamente filosófica do termo. Diretamente ligado ao aparecimento de uma sociedade pós-industrial, o pós-moderno aparece aqui como momento em que o saber se tornou a principal força econômica de produção. A sociedade é entendida como uma rede de comunicações linguísticas ou uma multiplicidade agonística geral de jogos de linguagem; ou seja, trata-se de uma “atomização” do social que, aos poucos, caminha em direção a redes de linguagem mais flexíveis. A ciência se tornou apenas mais uma das peças desse jogo e já não pode reivindicar nenhum privilégio sobre as outras formas de conhecimento. Simplificando, a condição pós-moderna seria a incredulidade em relação aos metarrelatos, desarticulados por uma dupla evolução imanente das ciências que, por um lado, pluralizara seus argumentos e paradoxos e, por outro, impulsiona uma espécie de tecnificação da prova, na qual os comandos do capital e do Estado reduziram a ideia de Verdade ao desempenho, ou seja, é considerado verdade apenas aquilo que funciona.

Na condição pós-moderna, a ciência é colocada a serviço dos mecanismos de poder e encontra sua legitimação na *eficácia*. Por exemplo, em relação ao ensino, Lyotard sinaliza para um contexto de mercantilização do saber, quando os grandes relatos de legitimação deixam de ser pertinentes. A questão apresentada aos estudantes não é mais “isto é verdadeiro?”, mas: “para que serve isso?”, questão que pode ser traduzida também por “isto é vendável?” ou “isto é eficaz?”. Por meio da nova palavra de ordem – a interdisciplinaridade – e do estímulo ao trabalho em grupo, procura-se aumentar a eficiência, a competência e a produção do saber, estimular *brain storms* e a imagi-

nação. Na máxima de Lyotard (1996, p. xvii), “sede operatórios”, para participar desse jogo que não se realiza sem algum terror.

Na outra extremidade do debate, Jürgen Habermas (1992) tentou demonstrar que o modernismo estético não poderia ser plenamente culpado pela lógica comercial da modernização capitalista. Segundo o filósofo, a modernidade possui duas vertentes. A primeira diferencia de forma inédita ciência, moralidade e arte, consideradas esferas autônomas, ou seja, planos que não estão mais fundidos em uma religião revelada; a segunda vertente é constituída por uma espécie de liberação desses mesmos elementos no fluxo subjetivo da vida cotidiana, a enriquecendo. Foi esse o programa que perdeu sua orientação e se dissipou na condição pós-moderna. O diagnóstico de Habermas é o de que a modernidade é um projeto inacabado, travancado por alguns de seus próprios equívocos e por uma lista de conservadores que vai de Michel Foucault a Robert Venturi.

Em *Arquitetura Moderna e Pós-moderna*, conferência proferida em Monique no ano de 1981, Habermas (1987) retornou mais detidamente ao tema, buscando reencontrar a face real da arquitetura moderna que, segundo ele, havia sido apreendida de forma equivocada pelos seus críticos, que a reduziram à configuração monstruosa assumida pelas cidades europeias do pós-guerra. Para Habermas, a arquitetura moderna é uma das mais legítimas herdeiras da tradição iluminista e racional, a única que “brotou do espírito das vanguardas” e foi suficientemente forte para “se tornar clássica e fundar uma tradição que desde o início ultrapassava as fronteiras nacionais” (Habermas, 1987, p. 118). Depois das guerras mundiais, o projeto ficou indefeso diante das pressões da reconstrução capitalista, que o levou às desoladas paisagens urbanas pelas quais, mais tarde, seria culpado. Habermas admite a responsabilidade do modernismo em sua própria decadência, uma vez que abandonou suas origens e entregou-se à ausência de contradições entre o mundo da vida formado e os im-

perativos do dinheiro e do poder. Esses equívocos abriram as portas aos burocratas e corporadores, que financiaram e estimularam de bom grado o funcionalismo moderno. Porém, não foi apenas na lógica especulativa do capitalismo pós-guerra, com seus escritórios e arranha-céus, que Habermas buscou a falha do projeto moderno, mas também na utopia das formas de vida preconcebidas, que subestimavam a diversidade e a variabilidade das sociedades modernas, com suas interdependências funcionais que ultrapassavam as possibilidades de cálculo do projetista.

A análise de Habermas da derrocada do projeto arquitetônico moderno termina lamentando o fim do seu momento feliz, quando se uniam livremente o viés estético do construtivismo e as finalidades do funcionalismo estrito. O pós-moderno, por outro lado – em uma brevíssima cartografia do texto – é um movimento que embaralha a modernidade em “citações irônicas” sob a luz do néon. Confusão que tem como principal responsável o arquiteto e “artista pop” Venturi, que, ao invés de adotar uma postura crítica, opta por seguir “movimentos escapistas” (Habermas, 1986, p. 117).

Afastando-se das ofensas mútuas que marcaram o debate entre Lyotard e Habermas, Fredric Jameson foi um dos primeiros a indicar a intrigante relação entre pós-modernidade e sociedade de consumo. Jameson (1985) foi incisivo no emprego do conceito enquanto período histórico, com a função precisamente de correlacionar a vida cultural com a emergência de uma nova ordem econômica e social: o capitalismo tardio. Sua análise não abandona o universo artístico e as questões estilísticas. Os indícios do pós-moderno estão por toda parte: na reação ao modernismo e ao seu predomínio burocrático e canonizado nas universidades, nos museus, nas galerias e nas fundações, na dissolução das fronteiras que separam cultura erudita e cultura popular, na fascinação pós-moderna com o universo dos motéis baratos, os filmes “B” de Hollywood e os livros de bolso e na inteiramente diversa

teoria contemporânea, que pratica cada vez mais um tipo de escrita que é ao mesmo tempo todas e nenhuma das disciplinas clássicas da modernidade.

São dois os principais traços da pós-modernidade para Jameson (1985): o pastiche e a esquizofrenia. O pastiche não é uma paródia. Esta última estava ligada a um momento (a modernidade) em que havia claramente uma norma linguística e um grande estilo a serem parodiados. O pastiche é a “paródia sem seu senso de humor” (Jameson, 1985. p. 18). Neutro, sem motivações ocultas ou impulso satírico, lacunar, ele é fruto de um contexto em que a fragmentação social atingiu um nível tal que cada grupo passa a falar sua própria linguagem, cada profissão desenvolve seus códigos privados e, por fim, cada indivíduo passa “a ser uma espécie de ilha linguística, cindindo os demais” (Jameson, 1985. p. 18). Jameson observou que a morte da paródia está intimamente ligada a outro indício importante da pós-modernidade, a morte do sujeito. Para os efeitos desse ensaio não interessa mapear com detalhes os diversos posicionamentos sobre o tema da dessubjetivação, mas apenas constatar a questão colocada: está esgotada a experiência e a ideologia do *Eu* singular? Se a hipótese for verdadeira, isso quer dizer que a experiência da criação na pós-modernidade necessariamente terá que enfrentar a questão da extinção dos universos individuais e, portanto, da ausência um estilo para expressá-los. Nesse momento aparece o pastiche, quando a imitação estilística não é mais possível e só resta a imitação de estilos mortos. O pastiche é o sintoma da incapacidade contemporânea de lidar com o presente, assim como de uma sociedade que perde sua capacidade de se relacionar racionalmente com o tempo e a história.

O segundo traço da pós-modernidade é sua configuração temporal esquizofrênica. Não se trata de sugerir que os artistas pós-modernos sejam esquizofrênicos, nem tão pouco de diagnosticar uma patologia coletiva, mas de recorrer à teoria da esquizofrenia laciana para

apreender um sintoma fundamental da pós-modernidade: a incapacidade de vivenciar a experiência temporal cronológica, dividida claramente em passado, presente e futuro, vivenciando-se, ao contrário, uma espécie de *presente perpétuo*. A experiência temporal do esquizofrênico lhe é furtada justamente pela dificuldade em lidar com a linguagem e com a organização cronológica que ela proporciona. O sentimento de identidade pessoal depende justamente de uma sensação da persistência do *Eu* ou de *Mim* através do tempo. Em outras palavras, a construção do ser identitário depende de um reconhecimento de que, ainda que o referido *Eu* acumule experiência ou se transforme com o decorrer da experiência temporal, se trata de uma mesma identidade. É justamente esse modelo de vivência do tempo que o esquizofrênico não experimenta. Por outro lado, ele vivencia com mais intensidade e nitidez o instante do que aqueles que estão empenhados em apreender o presente como um ponto de passagem entre uma trajetória passada e um projeto futuro. O mundo surge diante do esquizofrênico em alta intensidade e contendo uma sobrecarga afetiva que é tão atraente quanto aterrorizante. A experiência pós-moderna é esquizofrênica na medida em que vivencia significantes sem significado, ou seja, vive de imagens que, por sua vez, remetem a outras imagens num ciclo de significantes que pairam no ar, ao mesmo tempo estáticos e supersônicos, como se todo significado tivesse simplesmente evaporado.

A emergência da pós-modernidade não se limita, porém, a uma experiência esquizofrênica com o tempo e ao aparecimento generalizado do pastiche nas artes. Essas características são, na verdade, consentâneas ao fim do poderio contestatório e subversivo da modernidade, agora plenamente institucionalizado e, principalmente, à emergência de uma nova fase do capitalismo avançado, multinacional e de consumo. Os meios de comunicação contemporâneos são o instrumento dessa espécie de amnésia histórica pois, com sua saturação informacional, retém a todos numa sensação de presente ininterrupto. Em *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, Jameson



(2004) reafirma a hipótese da *perda da historicidade* ou *surdez histórica* como característica fundamental do pós-modernismo, embora ela por si só não seja indício infalível da presença do pós-moderno. Reconhece assim a teoria do pós-moderno como:

(...) um esforço de medir a temperatura de uma época sem os instrumentos e em uma situação em que nem mesmo estamos certos de que existe algo com a coerência histórica de uma época, ou *Zeitgeist*, ou “sistema”, ou “situação coerente” (Jameson, 2004. p. 15).

Discutindo as variações da ideia de fim da arte e fim da história, Jameson (2001) apresenta o momento pós-moderno como um grande movimento de *desdiferenciação* que avança no sentido de mesclar economia e cultura e, no mesmo sentido, expande o mercado para os campos da política e da vida cotidiana. Teríamos, assim, o engendramento de uma sociedade do espetáculo ou da imagem. Essa é uma hipótese importante para Jameson e aparece em diferentes momentos de sua obra. Ou seja, na pós-modernidade, a própria cultura se transformou em objeto, sendo incorporada pelo mercado e, assim, transformando-se em um produto como outro qualquer. Conceitos de “fetichismo da mercadoria” de Marx ou “indústria cultural” de Adorno e Horkheimer seriam assim tão atuais quanto fotos em preto e branco ou seriados de televisão dos anos 50. A pós-modernidade opera uma espécie de colonização da realidade por formas visuais e espaciais, além de uma mercantilização dessa mesma realidade, que agora assumiu proporções globais. Para Jameson, Francis Fukuyama é seu exemplo máximo, pois sua ideia de um “fim da história” expressa justamente um bloqueio da imaginação histórica, fruto de uma dificuldade generalizada de imaginar qualquer forma de resistência ao sistema capitalista globalizado.

Diante destas breves indicações poderíamos apontar alguns traços básicos do debate. Primeiro, ao menos desde a década de 1960, estaríamos vivendo um momento novo da história, que segun-

do Lyotard é marcado por uma ruptura epistemológica, segundo Habermas uma barragem da completude do projeto moderno e, enfim, com Jameson, uma nova modulação do capitalismo. Um traço comum aos autores é o de que as novas formas de arte e pensamento do período em questão têm dificuldade de produzir mecanismos de resistência. Crise dos metarelatos, crise da racionalidade e nova fase do capitalismo: não nos parece exagero dizer que paira um silêncio sobre as possibilidades de resistência entre os principais representantes da discussão sobre o pós-moderno.

Não fomos exaustivos em nossa genealogia, mas já podemos sugerir que, se o debate caminhou na direção de um gradual e apropriado reconhecimento dos novos mecanismos de poder que governam nossos tempos, encerra também certo silêncio sobre o papel das resistências, não raro identificando a modernidade como lócus privilegiado de uma potência contestatória e crítica e, por outro lado, indicando a pós-modernidade como estilo ou época nos quais impera certa falência das resistências.

## RESISTÊNCIAS E PÓS-MODERNIDADE

Quando se trata de compreender o período pós-moderno, o ambiente dos anos 70 e 80 talvez torne a discussão nebulosa em relação às resistências. Isso sugere um desdobramento: aclimatados no final dos anos 70 e no início dos anos 80, os filósofos chegaram ao pós-moderno tarde demais para apreender suas resistências. Precisamos quebrar esse silêncio e recolocar o problema apropriadamente. Para tanto, dois movimentos são necessários: primeiro, demonstrar que o próprio deslocamento do moderno ao pós-moderno não pode ser apreendido sem levar em conta uma poderosa força resistente que impulsiona a mudan-

ça e, segundo, aceitar o desafio de colocar o problema das resistências em termos propriamente pós-modernos. Se estivermos corretos, as consequências desses dois movimentos podem ser seríssimas, uma vez que seríamos impelidos a reconhecer a dedicação da querela intelectual sobre o pós-moderno na descrição da mudança dos mecanismos do poder mas, por outro lado, seu ofuscamento explicativo no que diz respeito às causas da transformação. O problema se agrava ao notarmos que o reconhecendo de que vivemos uma condição histórica inédita não fez com que os próprios críticos do pós-moderno conseguissem deixar de ponderar as novas experiências resistentes por meio dos parâmetros conceituais modernos, como partido, vanguarda ou ideologia.

Michael Hardt e Antônio Negri parecem fazer coro à crítica corrosiva ao tempo presente. Sugerem que as diversas teorias pós-modernistas e pós-coloniais têm como ponto comum a tentativa inicial de libertar-se das formas passadas de domínio, voltando-se continuamente contra a influência do modernismo. Suspeitam também que tais teorias possam acabar num beco sem saída, caso não reconheçam adequadamente o objeto da crítica contemporânea. Para Hardt e Negri (2005a), os teóricos pós-modernistas, defensores de uma política da diferença, fluidez e hibridismo que desafia os binários e essencialismos do poder moderno, correm o sério risco de estarem atacando bastiões evacuados pelos poderes capitalistas e, ainda pior, é possível que esses mesmos poderes tenham dado a volta para alcançar a retaguarda, unindo-se ao ataque ao modernismo. Ou seja, o capitalismo retomou muitos aspectos das críticas que contra ele se levantaram nos anos 60 e 70 e os incorporou em um contra-ataque reativo: mais autonomia, criatividade, liberdade, crítica da hierarquia rígida, da burocracia, da alienação nas relações e no trabalho; é o próprio repertório de reivindicações de maio de 68 que parece ter sido incorporado pelas novas sociedades de controle.

Mas o que caracteriza exatamente as teorias da pós-modernidade? Para Hardt e Negri (2005a) seu ponto comum é o combate ao mo-

dermismo que enxerga o mundo por meio de oposições binárias, como o Eu e o Outro, o branco e o negro, o dentro e o fora, o dominador e o dominado. Assim, o pós-modernismo desafia o colonialismo, o patriarcalismo, o sexismo e o racismo, alimentando-se de hibridismos e ambivalências culturais. Politicamente, reivindica-se o legado das lutas de libertação contemporâneas: os movimentos de libertação nacional, os movimentos feministas e antirracistas, que também se colocam contra as lógicas binárias modernas. Se o moderno é o campo de poder do branco, do macho e do europeu, então a pós-modernidade seria o campo da libertação do não-branco, do não-macho e do não-europeu. Os pós-modernos pretendem incorporar os valores e as vozes das minorias, dos explorados e dos oprimidos. São contra fronteiras fixas, denunciam as culturas como formações parciais, locais e híbridas, recusam a dominação completa das estruturas, enfocam a interpretação e o discurso como armas contra rigidez institucional, valorizam a diferença e recusam as teorias que constroem totalidades sociais.

Hardt e Negri observam que a proclamada decadência pós-moderna do Estado-nação não quer dizer que a soberania enquanto tal esteja em declínio e que, ao contrário, ela adotou uma nova configuração, organizada em torno de uma lógica ou regra única, que é agora imperial. Isso significa, para eles, que o imperialismo moderno acabou e que, nas últimas décadas, nenhum país ocupa a posição que as nações europeias ocuparam. O imperialismo, realidade moderna, está sendo cada vez mais substituído pela dominação imperial, megamáquina de comando mais adequada ao contexto pós-moderno.

Ao sugerir tal reconfiguração das relações de mando global (ou seja, o imperialismo moderno deu lugar ao Império pós-moderno) Hardt e Negri parecem não diferir significativamente do debate sobre a pós-modernidade. Porém, a novidade de suas ideias está em convocar as resistências como elemento explicativo: a dinâmica das transformações mundiais que varreram o planeta nas últimas décadas do século

20 não pode ser compreendida simplesmente como uma transformação impulsionada pelo próprio capital, pois a construção do Império é uma resposta reativa às diversas lutas movidas pelo desejo de libertação e internacionalização da multidão contra o maquinário do poder.

Em termos históricos, sabemos que o compromisso social-democrata promovido pelo Estado de bem-estar social multiplica acordos multilaterais entre patrões, sindicatos e Estado, refletindo, por um lado, uma conquista das lutas operárias, mas construindo, por outro, uma captura que visa regular suas resistências mais radicais. Os mecanismos de controle advindos do *Welfare State* logo se tornam ineficazes para conter os novos fluxos de resistência micropolíticos que desacreditam o papel representativo e regulador do Estado e suas instituições. Emergem assim uma série de lutas heterogêneas contra o sexismo, o racismo, a destruição da natureza e a homofobia. Elas desertam não apenas em relação ao modelo keynesiano assumido pelos governos capitalistas, mas também não se sentem à vontade ao lado das grandes instituições opositoras, especialmente os sindicatos, excessivamente apoiadas nos assalariados, nos homens, nos partidos e em certos aspectos da doutrina socialista.

Em meados da década de 1970 aparecem alguns conflitos sociais, aparentemente desconexos, que debilitam as instituições sociais do capitalismo: as lutas das minorias negras e homossexuais contra a discriminação nos EUA, as ações contra a ditadura e a hegemonia norte-americana na América latina e na África e os conflitos do maio de 1968 francês ou o verão de 1969 na Itália são apenas alguns exemplos. Os escorrimientos resistentes se prolongam ainda em movimentos pós-socialistas que já não se contentam em tentar corrigir as injustiças cometidas pelos poderes ao distribuírem os lugares e as funções. Nos movimentos das mulheres, depois de uma fase de afirmação da igualdade, aparecem novas práticas de multiplicação das identidades mutantes, uma espécie de constituição de “mil sexos” moleculares:

lésbicas, transexuais, travestis, mulheres de cor, entre outras (Altamira, 2008). Aos poucos as resistências desertam também os modelos da guerrilha, buscando a construção de um projeto mais plural, não exatamente revolucionário, mas radicalmente democrático.

O Império contemporâneo tornou-se um poder fluidificado ou em rede porque, antes dele, as formas de resistência migraram para essa dinâmica de rede. Claro que poderíamos dizer, com Guattari (1992, p. 70), que se trata de “um falso nomadismo que na realidade nos deixa no mesmo lugar”, mas não devemos esquecer que seu funcionamento reativo se alimenta justamente potencial crítico e resistente nascido na condição pós-moderna. Assim, os movimentos de resistência e captura não podem ser confundidos sob o risco de, ao apreender o pós-moderno enquanto mecanismo capturado, aniquilar-se a possibilidade de pensar sua vitalidade criativa e resistente. Porém, não se trata tampouco de retomar a celebração pura e simples dos elementos pós-modernos originais – aplicando assim à condição pós-moderna a mesma análise que Habermas destinou à modernidade – uma vez que, nessa perspectiva, as contestações, rebeliões, protestos e resistências que enfrentaram os poderes imperialistas modernos e, agora, afrontam o Império pós-moderno são bem-vindas na medida em que localizam, corretamente, os coágulos e capturas que o capital reativamente impõe às resistências. De maneira reativa, o poder assumiu o formato de uma trama de multiplicidades conectivas e heterogêneas, de rupturas a-significantes, tornou-se descentrado e agora se movimenta inter-cambiando territorialização e desterritorialização.

Não teria sido justamente esse movimento de incorporação do potencial crítico dos anos 60 que Habermas e Jameson, e talvez mesmo Lyotard, teriam tomado pela pós-modernidade? Se a resposta for afirmativa, não há dúvidas de que isso torna obscuro o movimento criativo e agressivo das resistências que levaram à falência tanto o imperialismo como as sociedades disciplinares, conforme diagnosticadas por Michel Foucault (2004). É preciso levantar a questão que permaneceu silenciosa nas principais obras de Foucault: quais forças minaram as

sociedades de soberania? Ou mesmo: que forças deslocaram as sociedades disciplinares em direção ao biopoder? Não teriam elas, as resistências, atingido um volume capaz de impor uma reconfiguração geral das relações de poder? Ou, em nossos termos, não teriam formado um contradispositivo?

A configuração imperial e rizomática é um passo à frente, reativo e niilista, em relação aos velhos arranjos imperialistas e disciplinares arborificados. Mutação que se torna incompreensível sem um movimento ativo e resistente, sem um descontentamento em rela o ao moderno que, por sua vez, não pode ser confundido com o movimento que dele se alimenta. O trabalho imperial passa a ser, então, administrar a diferença. Parasitário e vazio, o poder imperial   uma rea o aos movimentos dinâmicos da multidão.   a anima o, a turbulência, o trabalho e a vida gerados pela multidão que empurra a megam quina imperial para a constante reconfigura o de seus mecanismos de captura. O Império não pode deixar de ser uma rea o ou uma contrainsurgência. A força ativa da multidão foi capaz de operar mudanças significativas no comando capitalista, desarticulando as forças do imperialismo e empurrando o capital em dire o ao formato imperial. Apesar do sucesso do comando capitalista em manter-se de p , foi-lhe inevitável tomar outra forma e ceder aos desejos de imanência e nomadismo da multidão.

## AFIRMAR   RESISTIR

Recentemente, sonhamos perigosamente. As resistências que circulam dos ocupantes da Praça Tarik aos indignados na Espanha, dos insurgentes na Grécia aos estudantes chilenos, dos moradores de Pinheirinho (SP) aos ocupantes secundaristas não deveriam permitir que nos entreguemos ao debate vazio que nos condena a esco-

lher entre duas interpretações anêmicas: de um lado, aquela que vê com saudosismo o evanescer das resistências modernas, atacando as lutas das minorias por reconhecimento e pela construção de novos espaços subjetivos como se fossem banalidades ou vestígios impotentes da verdadeira potência crítica que residia na modernidade e, de outro lado, os que celebram a chegada do pós-moderno como estado de plena liberdade e respeito às diferenças, no qual a exploração, as resistências e mesmo a revolução seriam realidades anacrônicas que remontam ao mundo moderno.

Se quisermos compreender a emergência da condição pós-moderna, precisamos perceber que as resistências não são um complemento negativo do poder, ao contrário, constituem um vetor próprio, um traço do qual os poderes não conseguem livrar-se, com o qual eles entram em combate; as resistências traçam as linhas que ele persegue e espreita, mas que, por outro lado, o ameaçam, o enfrentam e o recusam. Poder e resistência não são equivalentes. São as apenas as resistências avolumadas que podem assumir uma velocidade que ameaça desestabilizar a circulação dos poderes, pois há um momento em que elas escapam, a ponto de forçar o movimento (reativo) das linhas do poder e impeli-lo a se organizar em uma nova configuração. Toda linha de resistência comporta essa ameaça virtual: inventar uma nova organização para o dispositivo por contaminação, perfuração ou fuga.



# 5

## cartografias do silêncio II: resistências e educação<sup>39</sup>

<sup>39</sup> O texto que se encontra neste capítulo foi reescrito e atualizado para a publicação deste livro. A publicação original pode ser encontrada em: <https://bit.ly/3krajeK>

Durante um período longo demais, foi proclamado que no dispositivo escolar atua um conjunto nefasto de forças: ideologias dominantes, violências simbólicas, modalidades disciplinares e técnicas de aprisionamento, além de uma enorme proliferação de preconceitos cotidianos. Alertou-se aos incautos: cuidado, escola (HARPER *et al.*, 1987). Cuidado, pois trata-se de um mundo separado da vida, um espaço reprodutor das desigualdades sociais, um local de aprendizado da dependência e, enfim, uma peça ou engrenagem em uma máquina de dominação. Ou então, segundo a formulação crítica de Masschelein e Simons (2014, p. 9), a escola seria “uma invenção do poder até o último detalhe”.

Assinaladas as múltiplas relações de dominação que operam nas escolas, pretendeu-se, por outro lado, encontrar soluções ou saídas para lidar com esse mecanismo de sujeições. Anunciou-se que a emancipação estaria ao alcance dos estudantes por meio do diálogo com professores críticos, do contato com lideranças revolucionárias dialógicas ou, ainda, pela socialização do saber sistematizado historicamente pela humanidade. Enquanto isso, outros, incrédulos das potências da escola, abdicaram por completo do aparelho escolarizador e propuseram aboli-lo, afirmando sem rodeios: devemos desinstalar a escola.

É importante, no entanto, recolocar a questão. Não mais o que é uma escola?, como emancipar-se na escola?, como suprimir a escola? ou como defender a escola? Antes, talvez pudéssemos perguntar: *o que pode uma escola?* Seguindo as pistas de Deleuze (2002) – que em seu livro sobre Benedictus Espinoza indaga “o que pode um corpo?” –, se perguntar pelas potências da escola implica admitir uma ignorância e, ao mesmo tempo, fazer uma provocação. Fala-se, por exemplo, em reprodução, em dominação, em emancipação e em desinstalação, contudo, as lutas estudantis brasileiras na e pela escola, ensaiadas durante as ocupações escolares do século 21, forçam-nos a admitir que apenas começamos a entender do que uma escola é capaz.

Se nos perguntássemos *o que pode uma escola?*, talvez compreendêssemos o turbilhão de resistências que, frequentemente, agita a geografia escolar brasileira e nos faz pensar que há mais no dispositivo-escola do que operações de desigualdade e domesticação. São meninas que protestam na quadra de esportes gritando “poder feminino!”, reivindicando seu direito à prática do futebol. São coletivos feministas que recusam regulamentações de seus uniformes dizendo “vai ter shortinho, sim!” ou “legaliza a *legging!*”. São alunos e alunas que organizam “saiços” contra práticas machistas. São estudantes que entoam cantos contra ofensas racistas ou desastres ambientais. São formas auto-organizadas de promover debates, apresentar peças de teatro, declamar poemas, agenciar cineclubes, compor e apresentar músicas. São relações de amizade, confiança, cuidado, carinho e amor que se formam por meio dos corredores, dos pátios e dos dispositivos celulares. São técnicas secretas para trocar informações durante as aulas e formas de burlar as instâncias disciplinares. São, enfim, ocupações secundaristas que ressignificam e reorganizam radicalmente a lógica das escolas e reivindicam a invenção de outra escola na escola.

A escola foge de si, continuamente.

Estranhamente, porém, paira certo silêncio sobre as resistências estudantis no campo das filosofias da educação. Quem sabe não devêssemos nos concentrar apenas em repensar as dominações reinstaladas sobre as escolas, mas, antes, compor com as resistências operantes no dispositivo escolar? É hora de iniciar uma cartografia das lutas escolares. Para tanto, a questão *o que pode uma escola?* necessita de maior precisão. Talvez pudéssemos rearranjá-la, fazendo-a encontrar as lutas dos estudantes secundaristas da Argentina e do Chile que, em 2012, publicaram pela *Frente de Estudiantes Libertarios* um manual intitulado *Como ocupar um colégio?*, traduzido no Brasil pelo Coletivo *O Mal-Educado* e utilizado em ocupações no país (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). Se os ocupantes secundaristas mostraram

que uma escola pode ser completamente ocupada, rearranjada e horizontalizada, talvez seja também o momento de encarar as teorizações sobre a educação e perguntar: *como ocupar as filosofias da educação?*

## ESCOLAS DO PODER: NÃO SE APAIXONE PELO GRANDE IRMÃO!

Em 1948, George Orwell concluiu a escrita de uma de suas obras mais reconhecidas, o clássico *1984*. São frequentes as projeções de sua narrativa em nossos tempos, desde o uso do nome de uma de suas principais personagens, o Grande Irmão, no famoso *reality show* baseado na observação ininterrupta da vida pessoal alheia – *Big Brother* – até a insólita semelhança entre a tipificação do crime de expressar emoções dissidentes, o *facecrime*, e uma das mais utilizadas redes sociais da atualidade, o *Facebook*.

*1984* é uma distopia que descreve em detalhes um poder que usurpa e reorganiza todas as instâncias da vida. O romance é ambientado em um espaço controlado por um líder enigmático – chamado Grande Irmão – onde a guerra é perpétua, o passado é constantemente manipulado e uma vigilância governamental onipresente se abate sobre todos por meio de múltiplos dispositivos de vigilância. Há resistências, sem dúvida. O protagonista da obra, Winston Smith, flagra-se, num determinado momento, rabiscando inconscientemente em seu caderno a frase “Abaixo o Grande Irmão” (Orwell, 2005, p. 20) e idealiza sua morte como um possível momento de liberdade: “morrer a odiá-los, eis a liberdade” (Orwell, 2005, p. 268). Contudo, ao final do romance, após experimentar os horrores da sala de tortura no Ministério do Amor, Smith contempla o bigode negro do líder, admira seu sorriso e, finalmente, logra o que chama de uma vitória sobre si mesmo. Ele, agora, ama o Grande Irmão.

Orwell é, decerto, apontado como um dos escritores de ficção que melhor previram nossos tempos. Sua maior atualidade, porém, reside na própria produção de uma realidade que funciona a partir das relações de poder. Justamente por isso, por se prenderem aos diagramas do poder, as resistências aparecem enquanto *contramovimentos* e atuam de maneira reativa. São, por exemplo, pichações nas paredes dos banheiros, anotações em cadernos sigilosos ou mesmo o desejo por alguns segundos de liberdade antes do extermínio. Não para menos, o desfecho dos processos resistentes é, no mínimo, triste. A sugestão antifascista certa vez anunciada por Michel Foucault (1993, p. 200) – “não se apaixone pelo poder” – se transforma em seu oposto diametral: em amor pelo Grande Irmão, isto é, em paixão incondicional pelo poder.

Não faltam interpretações orwellianas para compreender nossos tempos. Uma lista extensa de proposições compreende o contemporâneo sob o prisma dominante das relações de poder. Há aquelas que apresentam a condição pós-moderna como uma mutação do capitalismo, em que a mercantilização da vida teria avançado a tal ponto que noções como *fetichismo da mercadoria*, de Karl Marx, ou *indústria cultural*, de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, tornaram-se anacrônicas e retrógradas (Jameson, 2004). A diferença teria sido transformada em exotismo voltado para turistas, enquanto o *outro* parece ter recuado para tornar-se mais do mesmo em uma sociedade do cansaço (Han, 2017). Ou, ainda, vivemos um momento no qual a bioquímica do hormônio e o desenvolvimento farmacêutico de moléculas engendram uma era farmacopornográfica que conjuga sexo, drogas e biopolítica (Preciado, 2018). Enfim, haveria a predominância de um poder soberano que faz do estado de exceção uma regra, tornando o campo de concentração um paradigma político. Residiríamos, assim, em uma zona de indistinção entre absolutismo e democracia, entre Auschwitz e Guantánamo (Agamben, 2004). Embora sejam interpretações muito distintas, nelas encontra-se determinada primazia – a mesma que encontramos em Orwell – das relações de poder sobre as resistências.

A tendência a apreender o contemporâneo sob certo determinismo das relações de poder e a consequente secundarização das resistências se repetem quando a questão é a escola. As resistências estudantis recebem sistematicamente menor atenção do que as relações de poder que perpassam as instituições escolares. Por exemplo, a partir dos anos de 1960, alguns marxistas passaram a se interessar pelo campo escolar. Nesse contexto, Louis Althusser (1996) escreveu um livro que se transformou em obra-base para as leituras ditas críticas da época. Em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* ele argumenta que, ao contrário dos regimes de produção anteriores, o capitalismo criou um espaço próprio para o treinamento da mão de obra: a escola. Ao colocar em funcionamento um duplo objetivo – um primeiro, que daria à escola uma utilidade direta, como aprender a ler, escrever e contar, e um segundo, no qual a aprendizagem reside no “bom comportamento” e nas “atitudes corretas” –, a escola operaria uma luta de classes vital para a sobrevivência da camada dominante. Para Althusser (1996, p. 138), os aparelhos ideológicos (como a escola, a mídia, a família e as igrejas) agenciam os corpos para que eles executem, sozinhos, “os gestos e atos de sua submissão” e inscrevam, na vida, as “admiráveis palavras da oração: ‘Amém – Assim seja’”. Nesse concerto de aparelhos de reprodução ideológica, Althusser considera que a escola tem papel dominante, substituindo a Igreja enquanto disseminadora ideológica principal.

Quatro anos depois da publicação do artigo de Althusser, Michel Foucault lançou *Vigiar e punir*, no qual afirmou que a disciplina (escolar, prisional, familiar, entre outras) conforma um treinamento para o bom comportamento. Ainda que entre em conflito com as teorias sobre o poder de sua época, Foucault (2004) afirma que o poder disciplinar se alastra infinitamente, adestrando corpos para multiplicar a própria disciplina, para potencializá-la, ligá-la e utilizá-la com maior facilidade. Trata-se de uma técnica específica, “um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos

de seu exercício” (Foucault, 2004, p. 143). Não é um poder triunfante, faustoso e espetacular. Antes, e sobretudo, os mecanismos disciplinares denotariam a presença de um poder modesto e desconfiado, que opera por meio de procedimentos menores, além de instrumentos simples e discretos. Nas escolas militares, Foucault (2004) encontrou instrumentos pedagógicos que trabalhavam sob o imperativo da saúde (adestrar corpos vigorosos), da qualificação (obter oficiais competentes), da politização (formar militares obedientes) e, enfim, da moralização (prevenir a devassidão e a homossexualidade), mas também localizou uma arquitetura que faz funcionar uma vigilância comunicativa constante. Tal caráter simples e discreto dos poderes tem por função reduzir os desvios e fazer correções disciplinares nos corpos, além de amenizar as resistências.

Althusser e Foucault reservam poucas linhas de seus textos para tratar diretamente da educação escolar. Enquanto Althusser está preocupado em desvendar o funcionamento da ideologia dominante nos Aparelhos Ideológicos de Estado, em especial a escola, Foucault, por sua vez, investiga os mecanismos de poder disciplinares, observando com mais tenacidade a instituição prisional – sem, entretanto, conferir a ela a centralidade que Althusser confere à escola. Ou seja, não são pesquisadores que tiveram por objetivo debruçar-se longamente sobre a escola, mas foram, sem dúvida, inspiração para a produção de uma extensa literatura dedicada às relações de poder que perpassam as escolas. Ambas são teorias que concebem a escola como um produto ou desdobramento das relações de poder, cuja função é produzir submissão enquanto, ao mesmo tempo, as resistências figuram como mera reação às dinâmicas produtivas do poder. São, assim, obras inaugurais daquelas tendências que compreenderão as escolas enquanto *escolas do poder*.

Não se pretende com isso sugerir que as filosofias em questão sejam seguidoras das ideias de Orwell, mas, antes, que a obra de Or-

well expressa, com uma nitidez deslumbrante, certa maneira, um tanto sintomática, de pensar as relações de poder (e as resistências). Tal tendência atravessa grande parte das tentativas de compreender o contemporâneo e suas escolas. Sob essa perspectiva, termos como ideologia, desigualdade, poder, disciplina, controle, violência e exclusão passam a ser ferramentas essenciais para pensar a educação escolar.

Contudo, a analítica das relações de poder escolares não deixou de gerar controvérsias. Uma delas diz respeito a sua falta de proposição pedagógica. Saviani (2013), por exemplo, usa o termo “crítico-reprodutivismo” para designar as teorias da educação que – advindas de um suposto fracasso do movimento de maio de 1968 na França – seriam apropriadas para explicitar os mecanismos do poder existentes, mas se limitam à mera constatação, sendo incapazes de propor uma intervenção prática<sup>40</sup>. Saviani, entretanto, não coloca o problema com a devida precisão. A dificuldade não é que tais teorias da educação não explicitem uma proposta de intervenção pedagógica, mas, antes, que pensem a dinâmica de qualquer escola como um subproduto direto das relações de poder, sejam elas estatais, institucionais ou microfísicas. Não é de um projeto pedagógico que uma cartografia escolar trata, mas de outra escola, subterrânea e virtual, que habita o *agora*. Ora, o que escapa aos pensadores das *escolas do poder* não é, como quer Saviani, que a escola possa se transformar ou que seja possível propor a ela outras pedagogias, mas que as deserções, os afetos, as resistências e as invenções que escorrem e atravessam a vivência escolar são uma *atualidade*.

Seria possível pensar a educação escolar para além das relações de poder?

40 O termo “crítico-reprodutivismo”, em Saviani, menciona diretamente os trabalhos de Louis Althusser, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, mas não faz referência a Michel Foucault nem aos pesquisadores da educação que se inspiraram em sua genealogia do poder. Estamos, ainda assim, levando em consideração que sua crítica à ausência de proposições pedagógicas poderia, em linhas gerais, ser estendida à microanalítica do poder nas escolas.



Para Gilles Deleuze (1993), os dispositivos de poder não são constituintes, uma vez que as linhas de fuga são primeiras. Uma sociedade se contradiz muito pouco pois, em primeiro lugar, tudo nela foge, resiste, escapa e transborda. As relações de poder são secundárias e compõem a parte reativa dos agenciamentos, reterritorializando as forças fugidias portadoras das potências de transformação e criação que desterritorializam os campos sociais. Trata-se de uma compreensão fundamental para as cartografias da escola: o poder é reativo, de forma que seu funcionamento depende, diretamente, da canalização e da administração das potências resistentes – ou fugidias. Sua produtividade é expressão de um exercício de separação em relação a tudo aquilo que é ativo, afirmativo e criador de mundos. Ou seja, as forças resistentes frequentemente ultrapassam as dominações, permitindo às novas forças criativas irem além da simples oposição ao poder (Hardt; Negri, 2016).

A escola pode, igualmente, ser maquinada por uma cartografia que leve em consideração essa outra configuração: uma cartografia das resistências escolares. Tal procedimento prefere seguir a dinâmica da educação escolar por seus combates, suas fugas, seus limiares, suas forças ativas e suas potências afirmativas. Cartografam-se forças resistentes que, sem qualquer referência a um futuro idílico ou apocalíptico, preferem compor com uma multiplicidade de *manas* e *manos* a adorar o Grande Irmão (seja ele quem for), pois estão organizadas horizontalmente, recusando a veneração de grandes líderes e se conjugando de forma viral em coletivos, grupos de afinidade, protestos e ocupações. Sob tal perspectiva, nota-se que o dilúvio de relações de poder que inundam as escolas só o fazem na tentativa, reativa, de domar ou gerenciar as potências radicais que elas comportam. Dessa forma, não se ignoram as relações de dominação que suturam o espaço escolar, mas opta-se por investigar, preferencialmente, suas resistências, pois somente por meio delas é possível apreender o funcionamento dinâmico do dispositivo escolarizante.

Para além das escolas do poder e da emancipação, está uma cartografia escolar que acompanha resistências específicas e compreende o escolar como trincheira ou, ainda, como tocas onde habitam ratos (Gallo, 2002). Busca-se acompanhar as sugestões do último Foucault (1995), notadamente aquelas que nos ensinam ser por meio daquilo que está à margem e interdito em seu papel criativo que se captam as potências de um campo social. São, enfim, aquelas que nos lembram de não “apenas nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente como identidade, mas como força criadora” (Foucault, 2014, p. 252). Portanto, para compreender os dispositivos escolares é necessário observar as forças que se colocam, de uma ou de outra maneira, em atrito com os poderes e, incessantemente, escapam e criam contra eles.

Assim, a partir das experiências das ocupações secundaristas, cartografamos um conjunto de teorias acerca da educação que se dedicaram não apenas à arte de formar e fabricar conceitos, mas que buscaram, igualmente, criá-los. Assumimos como filosofias da educação aquelas produções cujas proposições resultaram em algum tipo de proposta conceitual em relação à educação escolar, uma vez que a “filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em criar conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 2005, p. 13). Evidencia-se, entretanto, que um amplo conjunto dessas filosofias indica expressiva desatenção às potências das resistências estudantis em seu caráter fugidio, criativo e afirmativo. É esse silêncio incômodo que move as inquietações apresentadas neste artigo.

De alguma forma, para boa parte das filosofias da educação, ainda é 1984.

## O DESERTOR E O COMBATENTE

Uma criança alarmada lembra-se de seu professor: ele veste um sobretudo preto, grita e aponta a vareta em sua direção, sugerindo uma culpa qualquer. As aulas começam e não há escapatória: estudantes uniformizados em fila ingressam na linha de montagem de uma escola que é muito semelhante a uma fábrica. A primeira modulação imposta às crianças faz com que elas se sentem em carteiras enfileiradas, enquanto são arrastadas por uma esteira industrial. Em seguida, separados entre os gêneros masculino e feminino, estudantes marcham sob o comando do professor. Repentinamente, o sinal sonoro da escola toca e emerge a revolta. Estudantes iniciam a destruição da escola: carteiras quebradas, paredes devastadas, vidros estilhaçados e, finalmente, um grande incêndio reduz o prédio da escola a cinzas. Do lado de fora, alunas e alunos dançam e saltam em torno das fogueiras, onde mesas e cadeiras escolares queimam e labaredas são alimentadas pelas folhas de provas e exercícios. Enfim, o professor, expulso da escola pelos estudantes, desapareceu.

O leitor talvez reconheça essa trama. Trata-se do famoso videoclipe da banda britânica *Pink Floyd*, chamado *Another Brick in The Wall*. Inicialmente, o vídeo expressa a tonalidade analítica sobre a escola que convencionamos chamar de orwelliana, apontando seu aspecto fabril, disciplinar e homogeneizante. Contudo, o videoclipe também indica um limite para essas concepções orwellianas ao colocar em questão a revolta coletiva. Ou seja, em algum ponto misterioso, o maquinário de produção de vontades moduladas falhou. Mas o que aconteceu?

A proliferação de teorias que apreendem a escola como instrumento de produção de sujeitos subservientes fez emergir perguntas sobre possíveis resistências. O que fazer com o aparelho escolarizador? Não existem saídas? Alternativas? Atravessamentos? Formas de combate? Ivan Illich não hesitou em apresentar uma proposta radical para lidar com o aparelho escolarizador: a total desinstalação da escola. No livro *Sociedade desescolarizada*, Illich (2007, p. 26) sugere que a proliferação de escolas pelas sociedades “é tão destrutiva quanto a escalada armamentista, apenas menos visível”. Em pleno ambiente da Guerra Fria, ele aponta que o processo de mercantilização institucional dos saberes, promovido pela escola, funciona tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas. Em ambos os lados da disputa mundial, o ensinamento fundamental do aparelho escolarizador consiste em convencer as crianças de que elas precisam de uma instituição para aprender, inibindo a autonomia e o autoaprendizado.

Desinstalar a escola não quer dizer destruí-la fisicamente, mas inventar outras formas de interação pessoal, criativas, autônomas e capazes de criar valores que escapem ao controle tecnocrata. Illich (2007) sugere que as instituições podem ser divididas em conviviais e manipulativas. Entre as últimas estão as instituições militares, que impõem a lei e a guerra sob o pretexto da *pacificação*, cujo negócio não é outro senão a morte. As instituições manipulativas assumem também um caráter terapêutico e caritativo, como a prisão, o manicômio, o orfanato e o asilo. Uma das instituições manipulativas por excelência é a escola, pois contrata professores para forçar estudantes a encontrar tempo e vontade para estudar, uma vez que é, de todo, incapaz de operar pela aprendizagem automotivada. Tais instituições permanecem ativas por meio da produção artificial e falsa da necessidade de sua existência.

As instituições conviviais, por sua vez, respondem às necessidades espontâneas. Elas existem em forma precária, virtual ou larvar.

São os cabos submarinos, as vias postais, os mercados públicos, os sistemas de drenagem, os circuitos de distribuição de água potável, os parques e as calçadas. Tendem a formar redes que facilitam a comunicação e a cooperação e, além disso, a serem procuradas por iniciativa própria. A desinstalação da escola passaria por um processo de potencialização das instituições conviviais e, ao mesmo tempo, pela retração das manipulativas. O aspecto convivial é importante para Illich, pois lhe parece que, mesmo nas sociedades escolarizadas, a maior parte dos conhecimentos não provém das escolas, mas das amizades, dos amores, dos dispositivos de comunicação e dos encontros na rua.

Illich (2007) considera potente a revolta contra e para fora do aparelho escolarizador, vendo nesse espaço a possibilidade de uma revolução com menos riscos de derramamento de sangue. A luta pela desinstalação da escola passa, então, pela criação de teias educacionais e espaços conviviais, ou seja, pela produção de novas redes de aprendizagem prontamente disponíveis ao público em geral, oferecendo oportunidades iguais de aprendizagem e ensino para todos e todas.

Propondo um caminho radicalmente distinto – embora também acreditando na possibilidade de luta para além da reprodução –, Freire (2017) opta por confrontar um dos núcleos do aparelho escolarizador – a pedagogia –, propondo uma educação específica aos oprimidos. A pergunta, para Freire (2017), é outra: como os oprimidos podem participar ativamente da elaboração de uma pedagogia que leve em conta a sua libertação sendo, eles mesmos, espécies de seres duplos que hospedam valores opressores em si? Ou, ainda, como enfrentar – no campo dos processos educacionais – o desafio de realizar a emancipação humana de forma coletiva, uma vez que os sujeitos a serem emancipados reproduzem, continuamente, as próprias opressões que os oprimem?

No livro *Pedagogia do oprimido*, Freire (2017) sugere que a educação produtora de subjetividades servis é apenas uma entre outras

configurações possíveis. E dá a ela um nome: educação bancária. Trata-se de um processo centrado na narração ou dissertação realizadas por um sujeito ativo (narrador ou professor), destinadas aos objetos pacientes e ouvintes (alunos). A educação torna-se “um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (Freire, 2017, p. 80), produzindo, assim, humanos sem plenitude – uma vez que são, incessantemente, docilizados e objetificados. Em contrapartida, Freire (2017) propõe uma concepção de educação chamada problematizadora ou libertadora. A educação libertadora busca a superação da contradição entre educador e educandos, afirmando a dialogicidade como essência da educação. Enquanto a educação bancária opera de forma anestésica, inibindo todo potencial criador, a educação problematizadora permite um caráter reflexivo que implica um constante desvelamento da realidade. O objetivo da educação libertadora é que as pessoas lutem por sua emancipação, fazendo-se sujeitos de seu processo educacional e impedindo que o assalto desumanizante promovido pela educação bancária continue.

Restaria, assim, uma segunda proposição freireana: uma liderança revolucionária dialógica, isso é, um líder que “não impõe, não maneja, não domestica, não sloganiza” (Freire, 2017, p. 228), mas que confia nas massas. Essa confiança, porém, não pode ser plena, pois é preciso desconfiar dos oprimidos na medida em que se supõe um opressor hospedado neles, tornando-os “mortos em vida” (Freire, 2017, p. 233). Trata-se de um processo complexo, que nega o autoritarismo sobre as massas enquanto, ao mesmo tempo, rejeita o que chama de licenciocidade das massas. A criação de pautas para a ação, nesse sentido, só pode acontecer através da ação simultânea e bem acertada entre o povo e a liderança. O povo – em geral esmagado e oprimido – não pode, sozinho, elaborar teorias que promovam sua própria libertação, na medida em que tal procedimento só é tornado possível no encontro com as lideranças revolucionárias.

Assim, enquanto Illich apresenta a deserção como saída, Freire propõe um combate dialógico. A tendência desertora de Illich carece de corpos resistentes que possam confrontar os poderes da escola. Pouco combativo, ele parece encontrar conforto na ideia segundo a qual a escola estaria pouco preparada para um movimento coletivo de desinstalação. Illich parece entender que a autoaprendizagem poderia emergir, simplesmente, de um distanciamento físico do aparelho escolar, fornecendo poucas pistas sobre quais forças resistentes desinstalariam, de fato, a escola. Por outro lado, Freire apresenta-se ao combate acompanhado de forças demasiadamente centralizadoras que, por sua vez, desconfiam da capacidade de auto-organização e da autonomia dos estudantes. Conforma-se, assim, na busca por reformar as lideranças revolucionárias, para que essas se tornem menos hierárquicas e mais dialógicas. Em sua perspectiva, sem o devido contato com as lideranças esclarecidas, os educandos permaneceriam eternos hospedeiros do opressor.

## ESCOLAS SEM LUTA: REFREADORES, DEFENSORES E ACELERACIONISTAS

O pensamento que emergiu durante a década de 1970, com Ivan Illich e Paulo Freire, comportou, sem dúvida, indícios de resistências às *escolas do poder*. Contudo, tal impulso encontrou reações que, prematuramente, bloquearam suas potências, enviando suas tentativas de produção por três vertentes díspares: a refreadora, a defensora e a aceleracionista. A primeira delas veio da pedagogia histórico-crítica, que buscou *refrear* as críticas à educação tradicional e combinar, dialeticamente, os mecanismos automatizantes do ensino escolar com algumas das críticas advindas da Escola Nova. A segunda deriva das proposições belgas em *defender* a escola dos ódios, das críticas e

dos ataques dirigidas a ela, partindo para uma espécie de proteção do escolar e do seu comum essencial. Enfim, uma terceira tendência, *aceleracionista*, buscou precipitar o autonomismo e a horizontalidade a partir de um novo estágio evolutivo das aprendizagens.

No começo da década de 1990, Dermeval Saviani lançou um livro de grande repercussão chamado *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Sua proposta é rastrear os percursos históricos da educação tendo como guia o conceito marxiano de modo de produção. Saviani (2013) assume que o “homem” se faz, em grande medida, por meio do trabalho educativo, processo que tem como referência o saber objetivo produzido historicamente. A educação seria uma produção histórica humana que, por sua vez, realiza a própria produção de humanidade. Ou seja, por meio do conjunto dos saberes históricos gerados dialética e coletivamente pela humanidade, o trabalho educacional fabrica em cada indivíduo sua humanidade.

Na pedagogia histórico-crítica, um dos pontos mais importantes para traçar qualquer relação educacional é a identificação das formas mais desenvolvidas do saber objetivo, separando o essencial do acidental e o fundamental do acessório, sempre reconhecendo as condições de produção do saber, forjando, assim, o que Saviani (2013) chama de *clássico*. É preciso converter o saber objetivo em saber escolar, procurando descobrir as maneiras adequadas para desenvolver o trabalho pedagógico. Ao final do processo inicia-se o provimento dos alunos e alunas com os meios necessários para que assimilem tais saberes e apreendam seu processo de produção. O saber escolar depende, justamente, dos conhecimentos considerados indispensáveis para a humanidade, cabendo às escolas escolher aquilo que se firmou como essencial no conjunto da história humana para, apenas em seguida, organizar os conteúdos, os espaços, os tempos e os procedimentos de ensino e aprendizagem. É, afinal, sob a lógica da produção de humanidade, que o alunado de Saviani é fabricado.



A pedagogia histórico-crítica procura, abertamente, diferenciar-se da perspectiva adotada pela teoria dos aparelhos ideológicos de Althusser e, também, das proposições de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron acerca da violência simbólica. Saviani elogia a capacidade desses autores para fazer a crítica do existente, mas os desaprova por não esboçarem nenhuma proposta de intervenção prática (Saviani, 2013, p. 57). Assim, a pedagogia histórico-crítica é uma proposta pedagógica que emerge enquanto tentativa de abraçar o caráter contraditório da educação escolar, articulando propostas populares de transformação da sociedade com a valorização das competências técnicas. Para ela, a socialização dos meios de produção precisa ser acompanhada pela socialização de um saber elaborado que, nas sociedades capitalistas, tende a ser monopólio das classes dominantes.

Parece, portanto, ser preciso defender as escolas. Partilhando desse objetivo, Masschelein e Simons (2014) partem em busca da quintessência do escolar. Nesse sentido, o livro *Em defesa da escola: uma questão pública* desdobra-se na busca por uma espécie de configuração originária da escola que, segundo seus autores, precisa ser defendida. A posição de Masschelein e Simons (2014, p. 10) é explícita: “Nós nos recusamos, firmemente, a endossar a condenação da escola”.

Segundo Masschelein e Simons (2014), a escola é uma criação potente da *polis* helena, que surge na forma de uma usurpação dos privilégios da aristocracia. A instituição escolar cancela critérios de origem, raça ou natureza para o pertencimento à classe dos bons e dos sábios e, ao mesmo tempo, torna inoperantes os marcadores pessoais que determinam as ocupações sociais. Trata-se de uma suspensão da desigualdade *natural* que fornece tempo livre – entendido como tempo não produtivo – apenas para aqueles que, por sua posição social, não têm direito a reivindicá-lo. Ou melhor, a escola grega inventa um tempo e um espaço diferenciados tanto das normas sociais (*polis*) quanto dos

códigos familiares (*oikos*), distribuindo com maior equidade o tempo igualitário e promovendo uma democratização do tempo livre.

A história da escola é, porém, uma história das tentativas de roubar seu caráter essencial. O ódio à escola move constantemente tentativas de paralisar e capturar o tempo livre escolar pela lógica familiar, segundo a qual a escola deveria ser uma extensão da família, ou pela normatização social e governamental, para as quais a escola deve reforçar o mercado de trabalho e produzir bons cidadãos. Masschelein e Simons (2014) colocam-se em uma direção radicalmente contrária àquela que vê a escola como um prolongamento dos aparelhos de Estado, isto é, como mantenedora de desigualdades ou como engrenagem nos dispositivos disciplinadores dos corpos, distanciando-se também daquelas que pensam a escola, dialeticamente, como produto e produtora de modos de produção. Para os autores, a escola fornece uma composição particular de tempo, espaço e matéria, voltada para o tempo-feito-livre, proporcionando possibilidades de transcender a ordem social e as posições desiguais ocupadas pelos estudantes. Assim, as características do escolar – suspensão, profanação, atenção ao mundo, tecnologia, igualdade, amor, preparação e responsabilidade pedagógica – não são exatamente históricas, mas, antes, aquilo que faz com que uma escola seja, efetivamente, uma escola.

Já Tavares (2014) propõe um diálogo sobre os atuais modelos de ensino e aprendizagem nas sociedades tecnológicas, sugerindo uma intensificação dos processos autônomos entre estudantes e um atravessamento radical do ensino verticalizado. Tavares (2014) indica que vivenciamos os primeiros indícios de um acontecimento disparador de novos processos de aprendizado, imersos em uma espécie de autodidatismo libertário, tecnológico e cibernético. Em *Autodidatismo libertário: evolução e ontogênese do homo ciberneticus*, ele explora a emergência de um estágio evolutivo incerto: o homem cibernético. Tal acontecimento impõe a necessidade de rever os modelos educacionais, mecanicistas

e reducionistas, que recorrem a procedimentos verticais, como as medidas de desempenho previamente padronizadas, a distribuição de recompensas aos melhores e, ainda, de punição aos piores.

Para Tavares (2014), os sujeitos não precisam ser educados pela prescrição de moldes e padrões sociais, mas viver em um ambiente potencial. Seríamos movidos por uma espécie de curiosidade para conhecer inata aos genes que, por sua vez, pode ser ativada ou desativada a partir da relação com o ambiente. Porém, em vez de darmos boas-vindas ao *homo ciberneticus*, o consideramos uma ameaça. A tendência autodidata daqueles que renascem em meio à mesmice das esteiras de produção escolar é vista como perigosa, uma vez que as sociedades tendem a prezar pela moralidade, pelo coletivismo e pelo materialismo. Assim, lança-se sobre os sujeitos potencialmente autodidatas a imputação de *doenças* como, por exemplo, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A criação dessas doenças patologizam o que, no entender de Tavares, podem ser apenas reações às formas de aprendizagem endurecidas e subservientes que são impostas nas escolas.

A hipótese de Tavares (2014) é a seguinte: os processos de autodidatismo libertário são potencializados pelo contato com as redes de internet. Abastecido por *bits* computacionais, autopolitizando-se na rede cibernética ou se tornando um autoprodutor imanente, emerge um sujeito que se quer criador de sua própria existência. Dessa maneira, o *homo ciberneticus* faz nascer uma nova modalidade de respeito ao próximo, construída a partir de outras formas de identificação, agora formuladas nos termos de diferenças não comparáveis ou, em outras palavras, produzindo diferenças plenamente aceitas e respeitadas. Tavares (2014) propõe a pedagogênese como modelo de formação da estrutura cognitiva independente de imposições morais e institucionais, permitindo ao sujeito aprender por si mesmo. As novas pedagogias precisariam se centrar nas potências dos sujeitos

para, a partir de então, liberar sementes tecnológicas de uma era de cooperação, afeto, solidariedade e reciprocidade. Para tanto, um entendimento ao mesmo tempo simples e difícil precisaria se fazer: jamais “impor nada a ninguém forçosamente, mas sim, sermos gentis nas singularidades” (Tavares, 2014, p. 25).

Ao analisar tais obras, fica-se diante de tríplice estratégia de ignorância das lutas: refreamento dialético, defesa da escola ou aceleração cibernética. Ora, mediante as criações combativas e desertoras sugeridas por Freire e Illich, esses teóricos da educação propuseram à escola interpretações pouco afeitas às lutas estudantis na e pela escola. A proposta savianista, por exemplo, opera não apenas de cima para baixo, mas distante dos desejos dos estudantes e de suas resistências. A imagem de um triângulo invertido talvez possa ilustrar o seu método: ele se inicia com uma identificação de saberes históricos relevantes, passa por sua conversão a um formato assimilável e, apenas então, desemboca na devida assimilação dos estudantes que, instalados na ponta final do triângulo, assimilam e apreendem a produção dos saberes históricos. A própria linguagem utilizada não deixa dúvidas: trata-se de um processo de “provimento” (SAVIANI, 2013, p. 9). Saviani desconfia da capacidade estudantil para expressar suas necessidades, uma vez que, não raro, seus: “desejos e aspirações não correspondem necessariamente aos seus interesses reais” ou, ainda, que “nem sempre o que a criança manifesta à primeira vista como sendo de seu interesse é de seu interesse como ser concreto” (SAVIANI, 2013, p. 71). No fim das contas, pertence à pedagogia histórico-crítica uma desconfiança em relação aos estudantes ainda maior que aquela expressa por Paulo Freire na forma dos germes do opressor que habitariam os educandos. Aqui, são os pais, os professores, o aparato escolarizador e a própria pedagogia savianista que detêm as prerrogativas necessárias para determinar os interesses concretos das crianças e dos jovens estudantes, pois, dificilmente, os alunos estariam aptos para essa tarefa.

Já Masschelein e Simons estão empenhados em defender a existência essencial do escolar. A posição defensiva dos autores quer evitar as tentativas exteriores de domar a escola, visando a protegê-la daquilo que corrompe sua dimensão democrática e pública. Para eles, tais pressões exteriores são um cavalo de Troia que, uma vez dentro da escola, promovem a destruição do escolar. Propõe-se uma mudança de foco em nome da defesa da educação. Pede-se que todos os educadores se transformem em pedagogos, *guiando* as crianças e os jovens em direção à escola e, assim, se convocam “todos os pedagogos para se levantarem”, pois os professores “são os únicos que desbloqueiam e animam um mundo comum para as nossas crianças” (Masschelein; Simons, 2014, p. 166-167). Os autores, entretanto, deixam de lado a possibilidade de que as novas gerações e suas resistências possam, ativamente, participar do ato de refundar ou renovar a própria escola *enquanto habitam a escola* por meio de *lutas escolares*, desconsiderando também as infâncias e as juventudes como capazes de produzir o ócio sem serem instruídas. Trata-se, uma vez mais, de reservar a ação transformadora aos educadores a partir de seu papel condutor de estudantes. De tanto conduzir crianças e jovens para dentro da caverna escolar, de tanto circular pelas hierarquias educacionais, não se imaginam possibilidades para que professores e estudantes defendam a escola um ao lado do outro, *juntos*.

Tavares também dispensa as lutas escolares pela sugestão segundo a qual uma emergência biológica pode, um tanto espontaneamente, forçar as mudanças na escola. Acelerada, autoproductiva e autodidata, a nova configuração do sujeito cibernético tenderia a não aceitar facilmente os antigos modelos de controle de massas que, um dia, se abateram sobre seus pais e/ou mães, como os conteúdos lentos e pesados das religiões institucionalizadas, das mídias televisivas ou impressas e, também, aqueles advindos das velhas pedagogias verticais praticadas nas escolas. Romper com o peso verticalizado, hierárquico e duro pré-instalado nos processos

educacionais seria a condição para a chegada de um tempo humano-tecnológico, ou seja, um trans-humanismo cognitivo em que novos cérebros, mais rápidos em seu processamento, dançam em estruturas alteradas epigeneticamente. O começo do fim de nossa era advém, assim, de uma espécie de adaptação automaticamente necessária da escola ao *homo ciberneticus*.

As enormes diferenças entre refreadores, defensores e aceleracionistas ganham, dessa forma, uma proximidade preocupante: em todas elas emergem *escolas sem luta*. A pedagogia histórico-crítica abranda a luta contra as opressões apassivadoras, denominadas por Paulo Freire (2017) de educação bancária, e, ao mesmo tempo, aniquila, desde cima, as resistências que operam pela desinstalação da escola, proclamando uma resposta pactuada para uma dissidência que mal havia começado.

Masschelein e Simons (2014), por sua vez, sugerem uma recuperação defensiva da essência do escolar, com vistas a proteger seu núcleo originário, buscando estabelecer um critério que possa classificar sua forma autêntica, anunciando o que é ou não uma verdadeira escola. Enfim, Tavares (2014) busca saídas pela via do autodidatismo como se ele, por si só, fosse suficiente para nos transformar, fornecendo os meios para superarmos, automática ou evolutivamente, os conflitos sociais. Espera-se que essa espécie de despertar do autodidatismo possa vir de um processo pacífico e sem lutas, ou seja, um aguardo passivo, até que, finalmente, as estruturas verticalizadoras da educação caduquem e morram de velhice – apesar das provas seculares de sua capacidade de sobrevivência.

## ANO 2091 – POR UMA CARTOGRAFIA DAS RESISTÊNCIAS ESCOLARES

O desfile de teorias da educação ao qual recorremos neste ensaio é atravessado por uma diversidade de alas. Algumas delas acionam a noção de poder como elemento constituinte da escola. São *escolas do poder* precisamente na medida em que a concebem como produto dele, entendendo, por outro lado, as resistências no e ao corpo escolar como elementos reativos e secundários em relação ao maquinário escolarizante. Outras alas do desfile, contudo, questionam: o que fazer com esse maquinário e suas micropeças que não fazem circular, senão, poderes? Seria possível desertá-lo (Illich), emancipar-se nele (Freire), fazer dele um aparato de apropriação dos ensinamentos universais (Saviani), defender sua quintessência (Masschelein e Simons) ou recorrer ao autodidatismo libertário (Tavarez)? Em todos os casos se nublam os processos resistentes que fazem da escola um lugar de potências inventivas de um comum educacional. Ou seja, a filosofia da educação perde potência ao ignorar as resistências estudantis, em geral, e as ocupações secundaristas, em particular, e, ainda, abandona as lutas estudantis ao investir pouco ou nenhum pensamento nas redes de luta escolares contemporâneas.

Não é exagerado afirmar que paira, se não um silêncio, ao menos uma estranha falta de atenção à questão das resistências no e ao aparelho escolarizador contemporâneo. Às filosofias da educação coube, basicamente, responder à pergunta “como funciona o poder na escola?”. Se é verdade que as teorias pós-críticas foram capazes de trazer aos seus textos corpos até então esquecidos (Silva, 2013), é também expressiva sua pouca positividade em relação a como esses mesmos corpos lutam e criam escola. Perspectivas como essas compreendem as relações de poder como produtivas e inventivas, nublando as resistências enquanto forças combativas, fugidias, afirmativas

e criativas que, por sua vez, impelem o poder a movimentos reativos constantes que visam à gestão das diferenças. Sem dúvidas fundamentais para a investigação das micro-operações de (re)produção de subserviência nos espaços educativos, tais perspectivas, porém, não deixam de declarar que *estamos em 2091*, no mesmo sentido em que Orwell, invertendo os dois últimos números do ano de publicação de sua obra – 1948 –, concebeu o ano de 1984.

Trata-se de uma longa tradição filosófica acerca da educação na qual, curiosamente, as lutas dos estudantes não comparecem como elementos ativos. Entre os macro e micropoderes que constituiriam a escola, ou em meio às noções de emancipação, desinstalação, ensino universalizante, autodidatismo e defesa da escola, alunos e alunas em luta figuram zumbificados na forma de resíduos produzidos pelo maquinário do poder escolar, hospedeiros de germes opressores à espera do líder revolucionário emancipador, eternos espectadores de um ensino que lhes forneça uma educação humanista ou, finalmente, códigos genéticos a serem ativados. Estranhamente, nenhuma dessas perspectivas compreende as redes de luta estudantis como possível produtora da escola. Ou, ainda, são filosofias das escolas, basicamente, sem estudantes e sem lutas.

Nem 1984, nem 2091, mas ano 1 do calendário escolar: por uma cartografia das resistências escolares.

Ora, experiências como as ocupações estudantis levam ao chão o desfile de filosofias da educação das quais nos dispusemos. Seu choque com o solo, porém, não implica necessariamente erro ou aniquilamento, mas, antes, um encontro necessário com as lutas escolares e suas redes de criação. Movimento que nos atira em direção a uma cartografia das resistências escolares, redigida nas intermitências das lutas secundaristas, dos corredores e pátios de escolas e dos pensamentos sobre a educação, que impõe, ainda, a afirmatividade das ocupações às filosofias educacionais, colocando em suspensão noções



como aparelhos ideológicos, poder disciplinar, libertação, emancipação, desescolarização e autodidatismo biológico enquanto, por outro lado, compõe com o processo de lutas autônomas dos estudantes.

Apesar do prolongado silêncio das filosofias da educação em relação às resistências escolares, as linhas abertas pelas ocupações secundaristas não passaram totalmente despercebidas. Em *Carta aberta aos secundaristas*, Pelbart (2016) sugere que as ocupações esboçaram uma aula pujante de ética e política, introduzindo uma nova coreografia que é, ao mesmo tempo, paralela e contra a esgotada dinâmica representativa da política nacional. Na carta, lida publicamente no Colégio Fernão Dias Pais, em São Paulo, Pelbart (2016) indica que as “ocupas” delinearão uma atmosfera entremeada pelo frescor das lutas, por afetos coletivos inusitados e dinâmicas de proliferação que operaram um corte na continuidade do tempo político. Repentinamente, “todo um conjunto de coisas torna-se intolerável!” (PELBART, 2016, p. 9). Entre tais coisas estão a mercantilização da educação, as relações de poder disciplinares vigentes nos espaços escolares e os modos debilitados de ensino e aprendizado praticados nas escolas. Em contrapartida, coisas inimagináveis foram construídas: os alunos tomaram a frente da gestão do patrimônio escolar e instituíram um movimento autogestivo que se constitui a partir da primazia dos estudantes. Pelbart (2016) nota que a greve dos secundaristas assinalou a emergência de um desejo coletivo que experimenta o prazer da ocupação efetiva de espaços públicos antes policiados, a pulsão multitudinária, a produção de inteligência coletiva e a vivência do comum.

Em uma descrição detalhada que abrange a história das ocupações secundaristas paulistanas, a obra *Escolas de luta* (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016) – fornece pistas preciosas para a apreensão das possibilidades abertas pela greve secundarista, indicando que as ocupações auxiliaram os estudantes a visualizarem possibilidades de uma escola mais democrática e prazerosa. Generalizaram-se, assim,

formatos e modalidades de aprendizagem bastante diversos, como oficinas, debates, rodas de conversa, exposições de filmes e vivências que reconhecem os estudantes enquanto sujeitos do processo educativo. No prefácio ao mesmo livro, Ortellado (2016) insinua que as ocupações traçam novas relações sociais entre estudantes, professores e direções das escolas. Opera-se um rompimento do isolamento individualista característico do cotidiano escolar em favor da criação de novas sociabilidades baseadas “na corresponsabilidade, na horizontalidade dos processos decisórios e no cuidado com o patrimônio público” (ORTELLADO, 2016, p. 13). Entre os ecos gerados pelas experiências das lutas secundaristas, Ortellado (2016) aponta transformações como, por exemplo, grêmios mais horizontais desvinculados de partidos políticos, mudanças nas dinâmicas de sala de aula, pais e mães mais empoderados para cobrar e controlar a atuação das direções escolares, além da construção de uma vasta experiência política na qual se forjaram milhares de estudantes-ativistas.

As ocupações secundaristas podem transformar-se em assembleias constituintes diante da crise? É o que pergunta Mendes (2018) no livro *Vertigens de junho: os levantes de 2013 e a insistência de uma nova percepção*. Ao contextualizar a greve dos secundaristas brasileiros em um ciclo maior de ocupações, de 2010 a 2015, Mendes (2018) analisa as formas de organização das “ocupas” enquanto atravessadas pelos dilemas do poder destituente/constituente. O autor aponta algumas potências instituintes engendradas no contexto das ocupações secundaristas. Entre elas está, por exemplo, a passagem da *defesa* dos bens comuns, como era corriqueiro nas resistências altermundistas da década de 1990, para a *constituição* direta do comum, expressa na autogestão democrática que se reapropria dos serviços para torná-los, não estatais nem privados, mas comuns. Além disso, as ocupações abrem uma linha de rompimento “com a pesada tradição disciplinar que transforma os alunos em uma figura passiva, apática e

obediente, tolhendo a criatividade e o desejo de participar e colaborar com o processo de aprendizagem” (MENDES, 2018, p. 209).

Mendes (2018) define o poder constituinte enquanto procedimento aberto e vivo que agencia um movimento duplo, a saber: de um lado, o radical questionamento das relações de poder vigentes e, de outro, constituição de práticas coletivas de resistência e inventividade que não se encerram em um projeto, estado, instituição ou comunidade identitária. As “ocupas” fazem proliferar o compartilhamento autônomo de saberes e organizam, de maneira democrática, serviços relacionados diretamente à vida – como a energia, a água e a tecnologia –, reivindicando pleno direito à produção de nossos próprios espaços de vida e interação com o outro. Contudo, tais forças instituintes ainda comportam bloqueios em relação ao seu potencial destituente, pois apresentam, em graus variados, dificuldades em alavancar potências de recusa, especialmente devido às influências de movimentos sociais ligados às esquerdas mais tradicionais e partidárias, que endurecem as lutas e limitam seu poder de contágio (MENDES, 2018).

Embora não produzam exatamente uma filosofia da educação, as obras acima fornecem alguns indícios ou linhas que permitem vislumbrar possibilidades de uma reorganização do pensamento filosófico a partir da experiência das ocupações secundaristas, abrindo caminho para uma *cartografia das resistências escolares*. Na companhia de Deleuze e Guattari (2006), tal cartografia lembra às filosofias da educação que, nas escolas, existem, ao mesmo tempo, linhas de fuga e endurecimentos para prevenir essas fugas. Assim, ao lado dos pontos de repressão, controle e acoplamento dos poderes, há também “pontos relativamente livres ou libertados, pontos de criatividade, de mutação, de resistência” (Pellejero, 2008). O desafio de uma cartografia das lutas escolares é produzir filosofias da educação *ao lado* das linhas moleculares estudantis, compostas por fluxos, possibilidades e intensidades. Nesse plano, as lutas dos estudantes são compreendidas

como fluxos desterritorializantes e inventivos em relação às práticas de disciplinamento e controle exercitadas nas escolas; e não simples enfrentamentos fragmentários contra os mecanismos de poder, pois, em certo sentido, são os dispositivos de poder que oferecem *resistência* aos movimentos de desterritorialização estudantis.

Uma cartografia das lutas escolares não é um programa, um manifesto ou uma profecia, já que não se trata de proporcionar o vislumbre de um mundo que está por vir ou dar existência a um novo sujeito. Seguir as linhas de fuga das resistências secundaristas denota, conforme sugerem Hardt e Negri (2014), acompanhar, crítica e criativamente, os agentes da mudança que já afluíram às ruas e, nesse caso, ocuparam escolas. Tal cartografia procede por delineamento e encaicho das resistências escolares, tomando-as como forças produtoras de diferenças escolares. Ora, “a última palavra do poder é que a resistência tem o primado” (DELEUZE, 2005, p. 96), de forma que as redes escolares são, frequentemente, atravessadas por pontos, focos e circuitos resistentes, que tornam possível a mudança. Trata-se, portanto, de espreitar as potências de recusa e invenção das lutas escolares, produzindo pensamento de resistência.

As ocupações expressam o que há de mais potente nas filosofias da educação que figuraram aqui. As lutas escolares ou as “ocupas” fazem da escola um espaço comum e contra-hegemônico, apropriam-se das disciplinas para potencializar corpos politizados – em vez de dóceis politicamente. Em uma “ocupa”, desinstala-se a escola nela mesma, sem necessidade de abandoná-la e, também, se pratica uma pedagogia libertadora que parte das questões radicalmente concretas trazidas pelos estudantes – questões que apenas as lutas em rede (e não um líder dialógico) podem proporcionar. Na forma de um autodidatismo libertário, uma “ocupa” produz tempo livre, plena profanação, e um comum educativo que estão para além

do ataque ou da defesa da escola, inventando democracias. Ao invés de perguntar “como morrem as democracias?”, conforme fizeram Levitsky e Ziblatt (2018), as ocupações estudantis questionam: como criar democracia a partir da escola? Encastelados em escolas fechadas, sem a presença de diretores, coordenadores, professores ou pedagogos, estudantes em luta são capazes de esboçar práticas educativas assembleares, colaborativas, auto-organizadas, extremamente potentes e criativas. No entanto, parece que as filosofias da educação se recusam a calçar os sapatos dos educandos, negando-se a produzir pensamento com as “ocupas” e as lutas estudantis.

Acatamos a sugestão de Judith Butler (2015a), segundo a qual, diante das artimanhas do poder, nosso ofício é descobrir as melhores formas de criar problemas, para finalizarmos com uma pergunta: como as resistências escolares secundaristas podem nos orientar na reinvenção das filosofias da educação? Mediante o silêncio em relação às lutas estudantis, a única conclusão possível talvez seja aquela que Nietzsche (2007) escreveu em 1888 – ano, aliás, impossível de ser invertido segundo a metodologia de Orwell: o resto nasce a partir daqui.

## CONCLUSÃO

O poder chegou por último: fim da esquerda?

“Chegar à penitenciária é como descer ao inferno”, foi o que pensou Igor Mendes (2017, p. 69) ao entrar na triagem masculina do presídio José Frederico Marques, mais conhecido como Bangu 10. “Qual a tua bronca, vagabundo?”, “não te perguntei porra nenhuma!” e “todo mundo de cara na parede!” são algumas das frases e berros que acompanharam sua entrada no presídio. Nesse momento, seu primeiro dilema foi o seguinte: aceitar ou não o ritual da raspagem dos cabelos? Quando a máquina de cortar cabelos se aproximou de sua cabeça, a dúvida, imediatamente, dissipou. Ele ergueu a cabeça e disse: “Sou um preso político e me recuso a raspar o cabelo!” (Mendes, 2017, p. 76).

Mendes foi um dos presos das Jornadas de Junho de 2013 no Rio de Janeiro. Ele narrou suas experiências nas prisões em um livro chamado *A pequena prisão*, obra que, guardadas as devidas proporções, está para os governos petistas (2003-2016) como o livro *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (2009), está para o Regime Militar (1964-1985). Mendes conta que, algum tempo depois de sua entrada pelos portões de Bangu 10, ele escutaria a voz televisiva da então presidente Dilma Rousseff dizendo o seguinte: em seu governo, ninguém mais era perseguido por manifestar suas opiniões. Mais tarde, também na televisão, veria os rostos de suas companheiras de manifestação, Karlayne Moraes Pinheiro (Moa) e Elisa Quadros, marcados com os dizeres “procuradas”. De dentro do cárcere, Igor sentiu vontade de gritar.

Entre as esquerdas existe relativo consenso sobre o fato de que não se promoveu a devida responsabilização dos culpados pelas prisões ilegais, torturas e pelos assassinatos praticados pelo Regime Militar brasileiro. Assim, “preferiu-se, como memória, o silêncio. Em outras palavras, o silêncio como forma de memória” (REIS, 2014 p. 136). Isso teria legado alto grau de autoritarismo, não apenas às forças armadas e polícias, como, também, à própria constituição da cultura brasileira. Trata-se, sem dúvida, de um problema renovado, uma vez que, antes de ser eleito, o atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, chegou ao extremo de elogiar as ações do militar Carlos Brilhante Ustra, reconhecido como torturador durante o período do Regime Militar brasileiro.

Contudo, parece que não aprendemos a lição. Em entrevista ao jornal *Nexo*, Juana Kweitel (2020), diretora-executiva da ONG *Connectas Direitos Humanos*, conta que as Jornadas de Junho de 2013 podem ser lembradas pela reação violenta das autoridades e das forças de segurança. A repressão se repetiu inúmeras vezes desde então. Kweitel ressalta que há uma falta de interesse generalizada em averiguar os abusos dos agentes e das autoridades, que não foram responsabilizados pela violência contra manifestantes. Dessa forma, não se pergunta quais as consequências, para as esquerdas, desse silêncio sobre o incrível aparelho de repressão e vigilância que se abateu sobre as manifestações na vigência do governo de esquerda de Dilma Rousseff. Parece que uma nova lei de anistia paira sobre as renovadas violências do Estado brasileiro, com pleno apoio da máquina polarizadora, à direita e à esquerda.

Não é nossa intenção sugerir a formação de uma nova Comissão Nacional da Verdade para as Jornadas de Junho de 2013. Não desejamos provar nossa inocência, nem punir os culpados. Diante dos discursos que poderíamos chamar de conservadores e progressistas, este livro desejou, diferentemente, uma cartografia das resistências do ano 1. Ora, se as narrativas da polarização política no Brasil perma-

neceram centradas nos grandes fatos históricos ruidosos do poder, buscamos, por outro lado, cartografar as criações, os embates e as flutuações das lutas micropolíticas no século 21, bem como suas conexões com os fluxos de transformação globais.

É importante ressaltar que a tentativa de apagamento das lutas cobra um preço alto, lançando um fantasma sobre a esquerda: o fantasma da extinção. Atualmente, as temáticas do fim, do extermínio e da extinção parecem mais reais do que uma possível renovação da esquerda ou desinstalação do sistema capitalista em favor de outras possibilidades. A esquerda está esgotada. Não sem motivos concretos, ela se encontra avassalada por linhas distópicas de pensamento e ação, semelhantes aos horripilantes filmes pós-apocalípticos de Hollywood e das séries de *streaming* de tonalidade distópica.

Não faltam diagnósticos sugerindo que estamos à beira da extinção. Por exemplo, uma das principais vozes da intelectualidade de esquerda no Brasil, Vladimir Safatle, cogitou a hipótese de que a esquerda teria terminado. Em artigo publicado no *El País*, Safatle (2020) sugere que vivemos uma “inoperância completa do que um dia foi chamado de ‘a esquerda brasileira’ enquanto força opositora”. Sob essa perspectiva, a adesão popular ao governo de Bolsonaro estaria ligada, diretamente, ao vazio de uma esquerda incapaz de propor alternativas viáveis. A hipótese de Safatle (2020) é a seguinte: “a esquerda brasileira conhece apenas um horizonte de atuação, este que atualmente chamaríamos de ‘populismo de esquerda’”. O populismo brasileiro de esquerda seria caracterizado pela tentativa de construção de hegemonia a partir de um levante do povo contra as oligarquias. Na prática, porém, o “povo” que emergiu com a esquerda governista foi uma junção entre a burguesia e o proletariado, ou, ainda, uma mistura de JBS Friboi com MTST. É essa versão populista da esquerda brasileira que teria se esgotado, sem que fôssemos capazes de passar para outra fase. No fim das contas, conclui o autor, veio o colapso dos governos petistas, marcado por um



Golpe Parlamentar e pela criação um corpo político fascista, entendido como antídoto aos desmandos da esquerda.

Para além disso, nos parece que a morte que assombra a esquerda é uma espécie de morte por inanição. Não se trata exatamente da falta de nutrientes necessários para manter o corpo humano vivo, mas, antes, de uma inanição computacional. Na computação, a inanição acontece quando os programas rodam indefinidamente e não fazem progresso em seu processamento. Isso ocorre porque, em um sistema dinâmico, requisições de recursos operam a todo o tempo. Pode acontecer, porém, de os processos permanecerem bloqueados, esperando indefinidamente pela liberação dos recursos por eles alocados. É o que ocorreu com a máquina da esquerda brasileira diante das intensas requisições do ano 1 brasileiro. As Jornadas de Junho de 2013, as ocupações secundaristas e a Greve dos Caminhoneiros esbarraram numa imensa dificuldade de processamento.

Os velhos computadores vermelhos travaram diante da criatividade e da inovação propostas pelas redes de luta do ano 1. Para lidar com o problema, os profissionais especializados no desenvolvimento de programas da esquerda, ao invés de atualizarem o sistema operacional a partir dos novos desafios, optaram por defender uma versão altamente defasada do sistema político. Um sistema obsoleto desse tipo tem como consequências o isolamento virtual e a dificuldade de se acoplar a outras máquinas. Ou seja, a esquerda brasileira não foi capaz de se refazer a si mesma por meio das lutas. De outro modo, ela ativou uma verdadeira política de segurança virtual/policial contra as novidades trazidas pelas lutas, fazendo uso, não raro, da repressão e do encarceramento de manifestantes, como ocorreu com Igor Mendes.

Talvez pudéssemos brincar com um texto de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2015) chamado “68 não ocorreu”. Se substituíssemos “maio de 1968” por “junho de 2013”, teríamos a seguinte construção: Junho de 2013 não foi a consequência de uma crise, nem a reação a

uma crise. Diferentemente, são os impasses da crise atual no Brasil que decorrem diretamente da incapacidade da sociedade brasileira para assimilar o que aconteceu em 2013. Nós demonstramos uma radical impotência para operar, no nível coletivo, com uma reconversão subjetiva do tipo que junho de 2013 exigia. E não soubemos propor nada às pessoas, às escolas, às avenidas e às estradas. Tudo o que era novo foi caricaturizado ou silenciado. Todo agenciamento de uma nova existência, de uma outra subjetividade coletiva, foi esmagado, antecipadamente, pela reação contra 2013 – tão forte à esquerda, quanto à direita. Um possível foi fechado.

No entanto, se as mortes são sempre plurais, uma mesma morte pode, também, comportar várias causas. A morte da esquerda foi provocada não apenas pela inanição de tipo computacional, mas, além disso, por uma overdose nos corpos de carne e osso. Uma overdose que, como qualquer outra, decorreu da exposição do organismo a grandes doses de uma substância química. O nome da substância que provocou a sobredose é *poder*. O poder subiu à cabeça da esquerda. Com essa expressão não desejamos sugerir, simplesmente, uma mudança de comportamento ou uma traição advinda da ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, mas, antes, uma intoxicação a partir do centramento excessivo do pensamento no poder. Ao menos a partir das Jornadas de Junho de 2013, desvendar os enigmas do poder se tornou um centro nevrálgico para a esquerda. Toda vez que uma revolta emergia, o pensamento político de esquerda voltava suas atenções, com cada vez mais dedicação, para a ameaça do retorno da direita. Tal perspectiva tanto foi inútil na barragem das linhas fascistas, quanto, pior ainda, evitou qualquer encontro realmente frutífero entre a esquerda institucional e as resistências descentralizadas e virais do ano 1 no Brasil.

Contra essa desconexão, que separa os levantes da multidão do pensamento hegemônico de esquerda, propusemos uma cartografia das resistências, um reencontro com o ano 1 ou uma dobragem

das linhas de força sobre si mesmas. Cartografar é reinventar encontros com resistências que não estão atreladas, de forma especular, aos movimentos do poder, não são seu reverso, seu oposto ou seu subproduto. Ao contrário, elas carregam uma potência política própria, podendo criar modos de vida, afetos políticos, relações sociais e tecnologias produtivas. Toda cartografia é uma perseguição às linhas ativas de resistência que combatem e desertam, mas, ao mesmo tempo, e principalmente, criam uma plataforma subjetiva.

Conforme sugere Peter Pál Pelbart (2019) em *Ensaio do Assombro*, trata-se de reconhecer que as existências potentes estão focadas não exatamente naquilo que somos, mas sim naquilo que estamos em vias de nos tornar. É esse segundo movimento inventivo que permanece bloqueado por inanição, falta de abertura e superdosagem de poder. Com isso, não estamos sugerindo ignorar o sucesso eleitoral da extrema direita, nem sua eficiência ao produzir suas próprias máquinas de subjetivação. Tampouco, trata-se de uma saída fantasiosa ou escapista na direção de uma idealização das resistências do ano 1 brasileiro. Nada disso! Cartografar resistências implica colocar uma questão de máxima seriedade. Se o ano 1 brasileiro foi atravessado, como tentamos demonstrar, por um potente contradispositivo democrático que levou milhões às ruas pelo direito à mobilidade urbana, protestou ininterruptamente pelos direitos das minorias, lado a lado com feministas, antirracistas e pessoas LGBT, ocupou escolas e espaços de decisão política e, ainda, realizou greves selvagens, como tudo isso terminou na violência da máquina bolsonarista?

Uma das análises mais cuidadosas sobre o funcionamento do maquinário político ativado por Jair Bolsonaro se encontra no livro *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. Nele, Marcos Nobre (2020) destrincha o governo de Bolsonaro com uma sensibilidade espantosa. Nobre sugere que chamar Bolsonaro de burro ou louco não ajuda a compreender o que estamos vivendo. Operando

com categorias diferentes das nossas, o autor indica que a ameaça à democracia advém da passagem da polarização para a guerra. Essa transição marcaria a verdadeira vitória de Jair Bolsonaro. Analisando as escolhas do atual governo brasileiro durante a crise sanitária ligada ao Covid-19, Nobre busca desvelar a racionalidade do atual governo. Segundo ele, Bolsonaro poderia, perfeitamente, ter utilizado a crise como oportunidade para aumentar sua popularidade, mas não o fez. Por quê? A resposta é direta: para tanto, ele precisaria correr o risco de, realmente, governar o Brasil. Bolsonaro optou, contudo, por uma política de guerra que envolveu a banalização da crise, classificada por ele como uma “gripezinha” ou um “resfriadinho”, opção que vem se concretizando sobre os cadáveres de mais de 100.000 (cem mil) brasileiros mortos por SARS-CoV-2.

A pandemia escancarou o projeto político do bolsonarismo, qual seja: a fidelização absoluta de cerca de um terço do eleitorado nacional. Cultivar essa parcela dos brasileiros sob um rígido controle político significa, para Bolsonaro, conquistar uma vantagem tripla: primeiro, a manutenção de um apoio político servil ao seu mandato; segundo, evitar as possibilidades de um *impeachment*; e, enfim, garantir um lugar no segundo turno das eleições de 2022. Segundo Nobre, tal fidelização vem sendo sustentada por uma dinâmica na qual o poder executivo trabalha, quase exclusivamente, em prol das temáticas de interesse de seu próprio eleitorado, excluindo o restante do país. Com a chegada da pandemia, Bolsonaro escolheu a manutenção de seu próprio poder, em detrimento da vida dos brasileiros, recusando-se a construir uma governança de amplo alcance nacional voltada para combater a pandemia. A máquina política bolsonarista escolheu a desinformação e o dissenso, hostilizando as medidas sanitárias adotadas por prefeitos e governadores, enquanto acelerou sua política de guerra e fidelização bélica. Ou seja, Bolsonaro decidiu, conscientemente, não governar a nação. Formou-se, assim, uma espécie de Brasil dentro do Brasil. É

para esse povo específico que Bolsonaro governa com exclusivismo – recebendo de seus compatriotas um altíssimo grau de fidelidade.

Um calculista poderia, então, perguntar: o que impede os outros 70% da população brasileira de articular uma unidade política capaz de fazer frente ao bolsonarismo? Uma breve incursão no movimento “Somos70porcento” pode nos dizer algo sobre isso. O movimento se iniciou com uma *hashtag* que se espalhou pelas redes sociais, com conjugação com outras alianças suprapartidárias que emergiram recentemente, voltadas à defesa da democracia. Frequentemente notamos que, nos grupos do movimento no Facebook, a conjugação de pessoas de diferentes tendências políticas – com a condição de serem oposição a Bolsonaro – oferece um excelente panorama das nossas dificuldades. Sem dúvida, o ponto mais interessante do agrupamento virtual é a tentativa de positivar a oposição ao presidente. O grupo assumiu as percentagens de rejeição contra Bolsonaro como uma aliança em potencial. No entanto, a composição de uma unidade é praticamente impossível. Proliferam todos os tipos de acusação como, por exemplo, a designação de “fascista” para todos aqueles que ousam criticar os governos petistas; votos brancos, nulos e abstenções são, frequentemente, entendidos como colaboracionistas do fascismo bolsonarista; os eleitores de Bolsonaro arrependidos são hostilizados; enfim, se busca a todo o tempo lavar a roupa suja do segundo turno das eleições de 2018, fazendo proliferar uma tensão entre os eleitores de Ciro Gomes e os apoiadores de Fernando Haddad.

A tão sonhada união não se faz, precisamente, porque a esquerda brasileira tenta, sem sucesso, repetir a fórmula de fidelização de Bolsonaro, almejando produzir seu próprio povo servil. Boa parte das plataformas políticas da esquerda brasileira dá sinais de tentar adotar uma dinâmica que se assemelha àquela que Bolsonaro desenvolveu com eficiência, ou seja, a busca pela construção de plataforma fechada de servidão voluntária. Com alguma sorte e certa estratégia,

o bloco de esquerda sonha em tornar-se maior que a extrema direita, conquistando novas vitórias eleitorais – de preferência para o PT.

Nossa cartografia das resistências no Brasil do ano 1 demonstrou, contudo, que as lutas da multidão brasileira sugerem uma direção diferente. Buscar construir uma plataforma de oposição nos moldes polarizadores e sob o rígido comando de um líder que conduz seu povo em tonalidade bélica, conforme Bolsonaro vem fazendo, é tentar fazer esquerda à revelia das lutas. As experiências políticas que se insurgiram nas avenidas de junho de 2013, nas escolas ocupadas pelos secundaristas e nas estradas que atravessam o Brasil, convocam outro desenho para as alianças, construídas por conectividades cada vez mais abertas, transformadoras e criativas, operadas por meio de relações políticas horizontais e radicalmente democráticas. Os manifestantes em assembleia, os ocupantes de casas legislativas ou escolas de ensino médio e, ainda, os grevistas acampados ao largo das estradas forjam uma democracia possível, que acabou sendo cunhada sem que a esquerda se deixasse afetar e transformar. Quando insinuamos, anteriormente, que a máquina polarizadora funciona como uma reação, projetada especialmente para esmagar as destituições virais, estamos insinuando, sem maiores delicadezas, que nós, enquanto esquerda, participamos ativamente da tentativa de interrupção das resistências brasileiras. Trata-se de um movimento suicidário que, no fim das contas, favorece o sucesso do poder bolsonarista.

A esquerda, historicamente, se fez a partir de lutas. Esse talvez seja um dos segredos de sua vitalidade: a abertura à positividade das lutas. Foi no emaranhado das lutas históricas que surgiram os principais direitos trabalhistas, os direitos humanos, a liberdade religiosa, o fim da escravidão e o respeito pelas diversidades de gênero e sexualidade, por exemplo. O ano 1 brasileiro – ou seja, as duas primeiras décadas do século 21, pelo falso calendário – produziu um contradispositivo de lutas, sugerindo novas formas de direito à cidade,

reivindicações de acesso a serviços públicos de qualidade, escolas amplamente democráticas e autogestadas e desejos de melhores condições de vida para os trabalhadores autônomos. Não foram simplesmente propostas ou reivindicações dirigidas ao Estado, mas práticas de democracia real colocadas em funcionamento nas entrelinhas da sociedade brasileira. Não se faz esquerda sem abertura a essas lutas. Nossa proposta foi, portanto, uma cartografia dessas resistências no Brasil do ano 1 para uma esquerda em composição com as lutas.

Se o seu programa político parou de responder, pressione Ctrl+Alt+Del e clique em “Encerrar tarefa”. Para evitar problemas futuros, marque a opção “Abertura para as lutas” e tecele *Enter*.

## POSFÁCIO

### Um cartógrafo rebelde

Rogério Rosa Rodrigues (UDESC)

Ao ler *Ano 1 no Brasil: como cartografar resistências?* me pus a refletir sobre as afinidades entre a análise feita por Davis Moreira Alvim e os lampejos teóricos de Walter Benjamin, o filósofo judeu-almeão que viveu a experiência da emergência do fascismo na Europa. Em suas famosas teses sobre o conceito da história Benjamin afirmou que “A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas um tempo preenchido pelo agora (*Jetztzeit*)” (Benjamin, tese XIV, p. 18). É dele também a ideia de que “o dia com que se inicia um calendário funciona como um dispositivo de concentração do tempo histórico” (Benjamin, tese XV, p. 18). Me parece ser disso que trata este livro: rebelar-se contra uma abordagem historicizante que desconhece a potência do tempo do agora (*Jetztzeit*) e ao mesmo tempo propor um novo começo para um país em frangalhos pela polarização política, mas nem por isso, ausente de experiências de lutas e de resistências.

A primeira ousadia que percebi no livro é a recusa em abordar as resistências do século XXI como embriões que prometem salvar a história no futuro. A negação de uma perspectiva teleológica orientada de forma causal por um tempo pretérito é parte de uma tradição que Benjamin chamou de tempo homogêneo e vazio, por ele identificada como temporalidade própria da filosofia historicista. A segunda diz respeito a empreitada em criticar certa tradição interpretativa das resistências do século XXI com lentes treinadas para olhar os séculos anteriores. Como metodologia utiliza como referência maior nada menos



que um filósofo do século XIX. É com Nietzsche que abre e encerra o livro. Como corolário dessas duas articulações identifico a terceira ousadia: a ênfase em um tempo saturado de *agoras*. Com isso, ele destaca as potências do acontecimento e não cede à tentação de buscar regularidades entre as resistências. Prefere falar de um agora aberto, explosivo, carregado de energias. E é dos resíduos dessa energia que ele faz sua cartografia. A quarta ousadia se encontra no subtítulo do trabalho. *Ano 1 no Brasil* sugere uma nova temporalidade para a história das resistências e, com isso, inaugura um novo calendário daquilo que ele denomina de contradispositivo. Ele chama isso de cartografia, mas gosto de pensar esse mapa como uma Constelação. As estrelas dessa constelação incluem as resistências brasileiras, mas também se conectam com experiências vividas em outros cantos do planeta, seja na Islândia, na Turquia, na França, no Chile ou nos EUA. A quinta, e nem por isso menos importante ousadia que identifico nesse livro, diz respeito ao fato de se tratar de uma análise que eu denominaria de rebelde, tanto teórica e metodológica, quanto politicamente falando. Como tentarei demonstrar, em Davis Alvim essa rebeldia se encontra presente do título às referências bibliográficas.

Peço desculpas se traio expectativas ao falar antes do autor que do texto. Mas a escrita do Davis é tão coerente com sua personalidade que é difícil aplicar a ideia presente no famoso poema de Fernando Pessoa, aquele que diz que “O poeta é fingidor. Finge tão completamente. Que finge ser dor. A dor que deveras sente”. A dor, e por extensão os afetos dos personagens visitados pelo olhar atento de Davis, são também vivenciados e narrados pelo pesquisador. Impossível distingui-los neste, ou em outros escritos que tenha lido de sua autoria. São textos tão sinceros que melhor faz lembrar o anunciado por outro poeta, o pernambucano João Cabral de Mello Neto. É dele a poesia que diz que “um galo sozinho não tece uma manhã”. Fiodor de manhãs, me parece uma imagem justa para o livro que Davis endereça ao leitor. A manhã do inesperado, quando o dia e a noite estão ainda em estado único,

com seu frescor que pode vingar em tormenta ou explodir em luz. É nesse estado que ele captura o movimento dos corpos juvenis em suas reivindicações pelas ruas, escolas, avenidas e periferias.

Alguns vão dizer que não se trata de poesia, mas de análise acadêmica sobre o contemporâneo. Os vínculos entre o texto do poeta e do historiador é tema clássico da tradição historiográfica ocidental. Aristóteles já dissera que a poesia é mais filosófica que a história porque enquanto a poesia fala sobre o universal – sobre o que poderia ter acontecido –, a história se preocupa em narrar o singular, portanto o acontecido em si. A resposta de Davis para esse imbróglio é ao mesmo tempo astuciosa e apaixonante: surpreender o acontecimento em suas expressões mais fugazes e disparatadas. E fazê-lo antes que seja apropriado pelos dispositivos de poder. E para isso utiliza do recurso da cartografia, tal como pensada por Foucault e Deleuze, mas por ele profanada para usar visitar espaços em que os mestres pouco se arriscaram: a escola como espaço, a rebeldia como antimétodo e os corpos adolescentes como vetores. Isso é falar do acontecimento em si, mas ao mesmo tempo reconhecer sua potência criativa e desestabilizadora do poder, o que significa, contrariando o filósofo grego, universalizar o singular.

E isso é feito sem nenhum interesse em entrar numa luta pelo poder de dizer a verdade sobre a história. Davis nos convida a olhar de dentro, a desconfiar dos discursos, a desarmar nossas vigílias. Especialmente aquelas acionadas pelos dispositivos que tentam controlar os fluxos pluridirecionais dos acontecimentos rebeldes. Munido de ferramentas teóricas e de sensibilidade, a análise de Davis consegue enxergar resistência onde outros vêm desarticulação. Ele é contemporâneo ao seu próprio tempo. Isso porque mantém uma relação muito singular com o presente, visto que consegue tanto aderir ao tempo vivido, como tomar distância em relação a ele.

Agamben afirma que ser contemporâneo significa “perceber no escuro do presente essa luz que procura nos alcançar e não pode

fazê-lo” (Agamben, 2009, p. 65), ou seja, alguém capaz de enxergar nas cintilâncias de um presente tumultuado. Um presente que ao invés de organizar nossas percepções, acaba por desarticular nossos sentidos. Por isso, ser contemporâneo exige mais que régua e compasso, método e teoria. Ser contemporâneo envolve intuição e sensibilidade.

Ainda na brecha aberta por Agamben, merece registro que “ser contemporâneo é, antes de tudo, uma questão de coragem: porque significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós” (Agamben, 2009, p. 65). Nessa vulnerabilidade do imediato, do aberto, se instalam forças desarticuladoras que impõe interpretações fechadas que dizem mais sobre quem tenta se apropriar das experiências de luta no presente, do que sobre as ações rebeldes e suas potencialidades enquanto resistência. Forças que Davis batiza, apropriada e criativamente, de “legitimação maquinopolar”.

A arquitetura de sua análise não se limita à formulação de uma boa pergunta, aplicação de método e bons referenciais teóricos (lição que ele dá conta de forma exemplar), sua base, eu diria, é solidificada pelo fato do pesquisador olhar por dentro das resistência e do seu interior abordá-la com paixão. É assim que reconhece e nos fala da potência das mobilizações de estudantes secundaristas, das Jornadas de Junho de 2013, dos feminismos em curso, das manifestações LGBT, do movimento “Vai ter shortinho, sim” e do cineclubes improvisado. Seu olhar se detém, em especial, para os corpos rebeldes de adolescentes que estão desestabilizando as máquinas do poder. Onde o senso comum, e até pesquisas de ponta veem desarticulação, conformismo, reprodução, ele mostra projetos de gestão, organização e desejos de mudança.

A pergunta bem formulada o *que pode uma escola?* vira de ponta cabeça a tradição da historiografia educacional, desconfia dos clássicos,

questiona as vozes autorizadas e, acima de tudo, incita um novo olhar que seja menos estruturante e mais atento aos movimentos aberrantes que tomam as ruas, as redes sociais e as escolas. Como bem afirma: “se nos perguntássemos o que pode uma escola?, talvez compreendêsemos o turbilhão de resistências que, frequentemente, agita a geografia escolar brasileira e nos faz pensar que há mais no dispositivo-escola do que operações e desigualdade e domesticação” (Alvim, p. 70). Sempre atento, nos alerta: “As resistências estudantis recebem sistematicamente menor atenção do que as relações de poder que passam a se interessar pelo campo escolar” (Alvim, p. 73). Diante disso questiona Althusser e desafia Foucault e Deleuze, não para negá-los, mas para convidá-los a juntar-se à sua análise e, dessa forma, inventar um contradispositivo de poder capaz de cartografar as resistências juvenis.

É como cartógrafo rebelde que ele se põe atento não apenas aos movimentos internos do *Ano 1 do Brasil*, mas ao conjunto de manifestações pelo mundo que desafiam cotidianamente a lógica dos poderes constituídos. Para isso, olha ao mesmo tempo para o acontecimento da escola de periferia de Vitória, ES, como para as ruas da Tunísia, da Islândia, dos Estados Unidos e do Chile. Viaja da manifestação *Black lives matter* nos EUA às múltiplas estratégias dos escravizados e libertos do Brasil durante o século XIX. E em todos os casos, ao invés de repousar o olhar sobre o poder que age como regulador dos corpos, chega um pouco antes para falar das práticas que antecedem o fato histórico. E faz tudo isso sem hierarquizar, sem comparações, mas como exercício de construir pequenas constelações que desenham para o leitor uma imagem potente dessas experiências. Experiências distintas no tempo e no espaço, mas que podem ser vistas em um mesmo desenho no céu da história.

Outro aspecto rebelde é a palheta bibliográfica que constrói, as referências cruzadas que apresenta. Ela inclui clássicos como Nietzsche, Foucault, Deleuze, Guatarri, Michael Hardt e Antonio Negri, mas

também Hakin Bey, Julian Assange, Bruno Cava, Giuseppe Cocco, Paul Preciado, Igor Mendes. Atualizado, nos brinda com autores pouco conhecidos na tradição historiográfica nacional, o cientista social italiano Paolo Gerbaudo é um deles. Com essa rica e selecionada bibliografia, investe em análise singulares e autorais sobre o objeto escolhido e nos insere em uma constelação de referências que trafega entre as estrelas intelectuais de grande projeção e reconhecimento internacional, até aquelas miudinhas, muitas vezes desprezada pela tradição acadêmica.

Embora informe que não se propõe a fazer uma história do tempo presente, eu reconheço no trabalho de análise uma abertura para quem deseja se arriscar a escrever sobre acontecimentos em que se é ao mesmo tempo sujeito, testemunha e pesquisador. Fazer história do imediato é um desafio que implica mais do que apreender o acontecimento em sua dinâmica multiforme e fugidia. Envolve, sobretudo, o risco de ser questionado pelas testemunhas e ser desautorizado pelos agentes. Impõe-se um compromisso ético e político com o outro. Essa talvez seja uma das dimensões mais arriscadas da análise a quente. E, talvez, por esse motivo, seja tão evitada por historiadores e historiadoras que preferem se refugiar na tradição que inaugurou a história como ciência no século XIX. Sobretudo aquela que defendia o recuo como método que regula as paixões e as idiossincrasias do pesquisador, crentes que estavam que dessa forma teriam condições de enxergar o passado “tal como ele de fato foi”. O texto de Davis corrompe essa tradição página por página.

Se durante todo o percurso do texto o leitor se questionou sobre o envolvimento do autor com os acontecimentos que narra, se alguma dúvida paira sobre seu vínculo afetivo e político com as causas cartografadas, ele faz o favor de registrá-lo literalmente na conclusão, ao declarar: “Não é nossa intenção sugerir a formação de uma nova Comissão Nacional da Verdade para as jornadas de Junho de 2013. Não desejamos provar nossa inocência, nem punir os culpados” (Alvim, p. 92). Esse “nós” destacado na conclusão atravessa todo o trabalho.

Ao abordar a vida pulsante das escolas, ao tematizar as Jornadas de Junho, a marcha das vadias, a luta contra o racismo, contra o machismo e a misoginia, o movimento LGBT e tantas outras causas “menores” do presente, Davis não almeja ser imparcial. Há um exercício efetivo de observação e análise que pressupõe tomada de posição. Posicionamento que é desejo e aposta na mudança. Que é também um acampar, marchar, militar e andar junto, sem medo de ser surpreendido ou identificado com os rebeldes com os quais se solidariza e com os quais, creio, alimenta sua vontade de saber e de mudar.

Curioso notar que ele não declarou de forma literal que essas experiências também nasceram de sua atuação como professor da rede básica de ensino. Que trabalha com estudantes rebeldes e com eles aprende sobre resistências, organização e conexão com os corpos. Desconfio que considerou por demais óbvio ter que localizar esse lugar social de onde parte sua análise. O que me faz lembrar um comentário que o escritor Jorge Luis Borges atribuiu a Edward Gibbon. Afirma Borges que o historiador inglês observou que no livro do Alcorão não existe sequer uma menção ao camelo. Essa ausência, afirma Borges, pode ser vista como prova da autenticidade da composição do livro e da importância desse animal no cotidiano dos povos árabes muçulmanos. Fosse alguém de fora dessa cultura, encheria os textos de tendas, camelos e cores exuberantes, bem ao gosto estrangeiro. O mesmo digo em relação ao silêncio sobre a atividade docente nas páginas desse livro. Isso sugere não apenas sua identificação com a sala de aula, a paixão que move sua relação com o ensino, quanto a forma não hierarquizada que estabelece entre o professor e o aluno. Talvez por isso consiga cartografar as resistências antes que elas sejam capturadas pela máquina polarizadora de poder. É que mais que chegar antes do poder que aprisiona as experiências, Davis caminha e chega junto com os rebeldes que cartografa.

## REFERÊNCIAS

- AARÃO, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *In*: **Outra Travessia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. p. 9-15.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo**. Chapecó-SC: Argos, 2009.
- Aguiar, Ana Luiza; Moretto, Marcio; Ortellado, Pablo. **Pesquisa “Juntos contra o centrão” Avenida Paulista, 26 de maio de 2019**. Disponível em: <https://bit.ly/2Y1T76l>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- Aguiar, Plínio. **Campanha “Vai Ter Shortinhos Sim!” derruba proibição de “roupa curta” para meninas em escola de SP**. Disponível em: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/campanha-vai-ter-shortinhos-sim-derruba-proibicao-de-roupa-curta-para-meninas-em-escola-de-sp-08112015>. Acesso em: 28 out. 2016.
- ALTAMIRA, César. **Os marxismos do novo século**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. *In*: Žižek, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.
- ALVIM, Davis Moreira. O que é um contradispositivo? *In*: **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, 2012. p. 120-127.
- ALVIM, Davis Moreira; RODRIGUES, Alex. Coletivos, ocupações e protestos secundaristas: a fênix, o leão e a criança. **ETD – Educação Técnica e Digital**, Campinas, v. 19, p. 75-95, março 2017.
- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana: Editora SBTHH, 2018.
- ASSANGE, Julian et al. **Cypherpunks**: liberdade e o futuro da internet. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo**: transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEY, Hakim. **Taz**: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad, 2011.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Rio de Janeiro: Alfabet, 1996.

BOLDRINI, Angela. Movimentos de esquerda se dizem contrários à tática black bloc. **Folha de São Paulo**. 03 nov 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3e4erhd>. Acesso em: 24 nov. 2018.

BOLSONARO, Eduardo. **Sabe o que é um isentão?** Disponível em: <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1198017258120982528>. Acesso: 31 jun. 2020.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2016**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getTexto.asp?t=192255&c=PDF&tp=1>. Acesso em: 16 out. 2016. Texto Original.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: histórias de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BÜLOW, Marisa von. **Demandas do século XIX, manifestantes do século XXI**. Disponível em: <http://noblato.globo.com/artigos/noticia/2015/05/demandas-do-seculo-xix-manifestantes-do-seculo-xxi.html>. Acesso em: 06 ago. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio Moretto. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016.



CARVALHO, Alexandre Filordi de; CAMARGO, André Campos de. Guattari e a topografia da máquina escolar. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, volume 17, nº 1, jan./abr, 2015. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8634821>. Acesso em: 07 out. 2016.

CARVALHO, Daniel. Líder do PT sugere que CIA esteve envolvida nas manifestações de domingo. **Estadão**. São Paulo. 16 mar. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/30FOEYT>. Acesso em: 24 nov. 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013 (junho- outubro). São Paulo: Annablume, 2013.

CAVA, Bruno. O 18 de Brumário brasileiro. In: CAVA, Bruno; PEREIRA, Márcio. **A terra treme**: leituras do Brasil de 2013 a 2016. São Paulo: Annablume, 2016. p. 11-86.

CAZÉ, Bárbara Maia Cerqueira. **O uso e os atravessamentos do cineclube (e do cinema) na tessitura dos currículos em redes nos cotidianos**. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES. 2015.

CEI, Vitor. Contra-isso-que-está-aí: o niilismo nas Jornadas de Junho. In: CEI, Vitor; BORGES, David G. (Orgs.). **Brasil em crise**: o legado das jornadas de junho. Vila Velha: Editora Praia, 2015. p 137-169.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHANGE.ORG. **Vai ter shortinho sim**. Disponível em: <https://www.change.org/p/col%C3%A9gio-anchieta-vai-ter-shortinho-sim>. Acesso em: 10 out. 2016.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **A falácia da escola sem partido**. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/noticias/falacia-escola-sem-partido/>. Acesso em: 06 set. 2016.

Cineclube Nome Provisório. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/cinemomeprovisorio/about/>. Acesso em: 20 out. 2016.

COCCIA, Emanuele. **O vírus é uma força anárquica de metamorfose**. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/021>. Acesso em: 15 maio 2020.

Cocco, Giuseppe. Greve e levante dos caminhoneiros: amanhã será maior! **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, v. 52, p. 3-6, agosto, 2018.

COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. **Enigma do disforme**: neoliberalismo e biopoder no Brasil global. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

CONSTANTINO, Rodrigo. Esprema um “isentão” que logo sai um esquerdista do outro lado. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-isentao-e-neutralidade-ideologica/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. **Escola contra o Estado**. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/escola-contra-estado/>. Acesso em: 05 nov. 2016.

COSTA, Henrique. **Junho de 2013 e a greve dos caminhoneiros**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3hoJLcK>. Acesso em: 06 out. 2019.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. 68 não ocorreu. **Revista Trágica**: estudos de filosofia da imanência. 1º quadrimestre de 2015. Vol. 8. nº 1, p.119-121.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. Prefácio para a edição italiana.

**Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005.

DELEUZE, Gilles. Desejo e prazer. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 13-26, 1993.

DELEUZE, Gilles. Desejo e prazer. *In*: PELBART, Peter Pál; ROLNIK, Suely (orgs.). **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo: PUC-SP, v. 1, n. 1, 1993. p. 12-20.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Porto, Portugal: Res-Editora, 2001.

DELEUZE, Gilles. Sobre capitalismo e desejo. *In*: DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 331-343.

DELEUZE, Gilles. What is a dispositif? *In*: **Michel Foucault Philosopher**. New York: Routledge, 1992.

DUMOULIÉ, Camille. A capoeira, arte de resistência e estética da potência. *In*: LINS, Daniel (org.). **Nietzsche / Deleuze**: arte, resistência: Simpósio Internacional de Filosofia (2004). Rio de Janeiro: Forense Universitária, Fortaleza, CE: Fundação da Cultura, Esporte e Turismo, 2007. p. 1-13.

FEMINIFES. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/feminifes/about/>. Acesso em: 02 nov. 2016.

FILHO, Kleber Prado; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas**. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471/2743>. Acesso em: 26 fev. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Black blocs” agem com inspiração fascista, diz filósofa a PMs do Rio**. Disponível em: <https://bit.ly/2C7DUZe>. Acesso em: 24 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: **Ditos & Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 201-220.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. v. 9. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. Introdução a uma vida não-fascista. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 197-200, 1993.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-255.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. *In*: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 243-276.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2017.

Gabeira, Fernando. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GALLO, Silvio. Em torno de uma educação menor. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 169-178, 2002.

GALLO, Sívio; FIGUEIREDO, Gláucia Maria. Entre maioria e minoridade: as regiões de fronteira no cotidiano escolar. **Aprender: cadernos de Filosofia e Psicologia da Educação**, ano IX, nº 14, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/5299/5076>. Acesso em: 13 out. 2016.

Gerbaudo, Paolo. **The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest**. London: Hurst & Company, London, 2017.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações de junho de 2013 e praça dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

GUATTARI, Félix. Restauração da cidade subjetiva. *In: Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

GUATTARI, Félix. **Psicanálise e transversalidade**. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Arquitetura moderna e pós-moderna. *In: Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 18, setembro de 1987.

HABERMAS, Jürgen. Modernidade: um Projeto Inacabado. *In: ARANTES, Otília; ARANTES, Paulo (orgs). Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 99-123.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005a.

HARDT, michael. The Common in Communism. *In: DOUZINAS, Costas; ZIZEK, Slavoj (orgs.). The idea of communism*. London / New York: Verso, 2010. p. 131-144.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Declaração** – Isto não é um manifesto. São Paulo: n-1 edições, 2014.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005b.

HARPER, Babette *et al.* **Cuidado, escola**: desigualdade, domesticação e algumas saídas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens d a mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

Heckert, Ana Lúcia Coelho. **Narrativas de resistências**: educação e política. 2014. 313f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2014. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=35&id=419&tipo=1>. Acesso em: 11 fev. 2016.

ILLICH, Ivan. **Sociedade desescolarizada**. Porto Alegre: Deriva, 2007.

JAMESON, Fredric. Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo. *In*: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, nº. 12, p. 16-26, junho de 1985.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2004.

JAMESON, Fredric. **Modernidade singular**: ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heteronormatividade e vigilância de gênero no cotidiano escolar. *In*: RODRIGUES, Alexsandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (orgs.). **Transposições**: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EDUFES, 2014. p. 99-124.

Kóka, Lucas Penteadó. **“O movimento secundarista é 100% horizontal”, defende aluno que ocupou colégio em SP** [01/06/16]. Entrevista concedida a Leandro Melito. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/05/ocupacoes-nas-escolas-entenda-o-movimento-estudantes-secundaristas>. Acesso em: 09 out. 2016.

Kweitel, Juana. **O que foram afinal as Jornadas de Junho de 2013**. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>. Acesso em: 06 ago. 2020.

LA BOÉTIE, Étienne. **The politics of obedience**: the discourse of voluntary servitude. New York: Free Life Editions, 1975.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEVI, Lucio. Legitimidade. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de política**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 675-679.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

MENDES, Alexandre. **Ocupações estudantis**: novas assembleias constituintes diante da crise? 2015. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/ocupacoes-estudantis-novas-assembleias-constituuintes-diante-da-crise-2/>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MENDES, Alexandre. **Vertigens de junho**: os levantes de 2013 e a insistência de uma nova percepção. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

MENDES, Igor. **A Pequena Prisão**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MOREIRA, Matheus. **Secundaristas**: anarquismo temporário contra governabilidade partidarista. 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/diariodeestudante/2015/12/07/secundaristas-anarquismo-temporario-contra-governabilidade-partidarista/>. Acesso em: 13 out. 2016.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva**: por que Bolsonaro venceu. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Movimento FALA BOCA - #ocuparecreioimh. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/movimentofalaboca/about/>. Acesso em: 22 out. 2016

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Petrópolis: Vozes, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **O anticristo**: maldição ao cristianismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Nobre, Marcos **Ponto-final**: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

O GLOBO. **Colégio Pedro II extingue distinção de uniforme por gênero**. disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/colegio-pedro-ii-extingue-distincao-de-uniforme-por-genero-20139240>. Acesso em: 07 out. 2016.

Ocupa Irmã Maria HOrta. **Facebook** Disponível em: <https://www.facebook.com/OCUPAIMH/posts/1782163445332612>. Acesso em: 05 nov. 2016.

OLIVEIRA, Hanna; PUERTA, Sara. **A revolução será secundarista**. Disponível em: <http://www.ueesp.org.br/noticia/295/a-revolucao-sera-secundarista.html>. Acesso em: 03 out. 2016.

ORTELLADO, Pablo. A primeira flor de junho. *In*: CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio Moretto (orgs.). **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

Ortellado, Pablo. **Partidários acreditam que opinião conveniente é verdade fatural**. Disponível em: <https://bit.ly/2AyB8M0>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ORTELLADO, Pablo. Prefácio. *In*: CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio Moretto. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016. p. 12-18.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PARENTE, Marlon. **Bichas, o documentário**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0cik7j-0cVU>. Acesso em: 02 fev. 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Veja como foi o ato pela democracia no RJ com Lula e Dilma**. 2017. (2h07m). Disponível em: <https://bit.ly/3cZJkSU>. Acesso em: 24 nov. 2018. [Esta reportagem contém um vídeo publicado por Luiz Inácio Lula da Silva em <https://bit.ly/2YyCE99>. Acesso em: 24 nov. 2018.]

PASSE LIVRE, Movimento. Não começou em Salvador, não vai acabar em São Paulo. *In*: MARICATO, Hermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 21-31.

PEDROSA, Silvio. **Depois de Bolsonaro, o que fazer?** Disponível em: <https://bit.ly/2Y100VP>. Acesso em: 20 nov. 2018.

PELBART, Peter Pál. **Carta aberta aos secundaristas**. São Paulo: n-1, 2016.

PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro**. São Paulo: n-1, 2019.

PELBART, Peter Pál. **Tudo o que muda com os secundaristas**. Outras Palavras: comunicação compartilhada e pós-capitalismo. 2016. Disponível em:

<http://outraspalavras.net/brasil/pelbart-tudo-o-que-muda-com-os-secundaristas/>. Acesso em: 09 out. 2016.

PELLEJERO, Eduardo. Dos dispositivos de poder ao agenciamento da resistência. **Com Ciência**, Campinas, n. 98, 2008. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=35&id=419&tipo=1>Acesso em: 09 jun. 2020.

Pinheiro-Machado, Rosana. Você pode achar que Lula é culpado e considerar sua soltura positiva. Sem 'doisladismo': Lula merece o julgamento imparcial que não teve até agora. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/12/lula-soltura-positiva/>. Acesso em: 31 jun. 2020.

POMR, Marcelo. **Entrevista ao Brasil de Fato**. Disponível em: <https://bit.ly/37wldst>. Acesso em: 14 ago. 2013.

PRECIADO, Paul B. **Nós dizemos revolução**. Disponível em: <http://uninoma-de.net/tenda/nos-dizemos-revolucao/>. Acesso em: 22 jun. 2016.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1, 2018.

REVEL, Judith. **Resistências, subjetividades, o comum**. Disponível em: [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/110210120912Resist%C3%AAncias%20subjetividades%20o%20com%20um%20-%20Judith%20Revel.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110210120912Resist%C3%AAncias%20subjetividades%20o%20com%20um%20-%20Judith%20Revel.pdf). Acesso em: 29 fev. 2013.

SAFATLE, Vladimir. **Bem-vindo ao estado suicidário**. Disponível em: <https://n-1.edicoes.org/004>. Acesso em: 02 ago. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **Como a esquerda brasileira morreu**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-02-10/como-a-esquerda-brasileira-morreu.html> Acesso em: 05 ago. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2013.

Scalzilli, Guilherme. **O "isentão" e a neutralidade ideológica**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-isentao-e-neutralidade-ideologica/> Acesso em: 31 jun. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SOUZA, Jessé. Para Jessé Souza, golpe nasceu em junho de 2013. In: **GGN: o jornal de todos os brasis**. Entrevista concedida a Lilian Milena. Disponível em: <https://bit.ly/3d3lnZy>. Acesso em: 14 nov. 2018.



TAVARES, David Ribeiro. **Autodidatismo libertário**: evolução e educação na ontogênese do homo ciberneticus. Curitiba: Itahala, 2014.

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). **Primavera secundarista**: a luta de quem ocupa as escolas. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/primavera-secundarista-a-luta-de-quem-ocupa-as-escolas-do-brasil/>. Acesso em: 09 out. 2016.

Vai Ter Shortinhos Sim. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/Vai-ter-shortinhos-sim-579551658849480/?fref=ts>. Acesso em: 14 set. 2016.

Vasconcellos, Hygino. **Alunos usam shorts femininos em apoio às meninas em escola do RS**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/02/alunos-usam-shorts-femininos-em-apoio-meninas-em-escola-do-rs.html>. Acesso em: 28 out. 2016.

YOUTUBE. **Anti-Édipo (1)**: La Boétie e a servidão voluntária. (23m29s). Disponível em: <https://bit.ly/2UDWNcH>. Acesso em: 09 fev. 2019.

YOUTUBE. **Escola sem Opressão. Movimento Fala Boca**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EAla2K-LU6k>. Acesso em: 05 out. 2016.

YOUTUBE. **Notícias de Última Hora – Caminhoneiros em Greve – Bolsonaro Manda Recado Para Caminhoneiro**. 2018. (3m00s). Disponível em: <https://bit.ly/30GnQrv>. Acesso em: 23 nov. 2018.

## SOBRE O AUTOR

Davis Moreira Alvim



Possui doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e realizou pós-doutorado em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017). É professor do ensino médio, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH - Ifes) e coordenador do grupo Práticas educativas e polarização política: cartografias das guerras culturais escolares.

[www.pimentacultural.com](http://www.pimentacultural.com)

# ANO 1 NO BRASIL



como cartografar resistências?